



**DIÁRIO**



**República Federativa do Brasil**

**DO CONGRESSO NACIONAL**

**SEÇÃO II**



**ANO XLIX - Nº 134**

**QUARTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 1994**

**BRASÍLIA - DF**

## **CONGRESSO NACIONAL**

**EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 652, DE 13 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE CARGOS DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS - DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO". REEDIÇÃO MP 613/94.**

**CONGRESSISTA**

**EMENDA Nº**

**Deputado AUGUSTO CARVALAHO**

**001.**

**MP00652**

**00001**

**MEDIDA PROVISÓRIA nº 652/94**

**Acrescente-se o seguinte artigo 5º a esta Medida Provisória, renumerando-se os demais artigos:**

## EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES  
Diretor-Geral do Senado Federal  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor Executivo  
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR  
Diretor Administrativo  
LUIZ CARLOS BASTOS  
Diretor Industrial  
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA  
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

Semestral \_\_\_\_\_ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

Art. 5º O parágrafo único do artigo 6º da Lei 8.911, de 11 de julho de 1994, passará a ter a seguinte redação:

"A designação para as funções de direção, chefia e assessoramento recairá, exclusivamente, em servidor ocupante de cargo efetivo, da Administração Pública Federal, Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, exceto quando se tratar do limite estabelecido no inciso III do artigo 5º da Lei 8.911/94".

## J U S T I F I C A T I V A

Tradicionalmente o Executivo recorre aos quadros de pessoal da Administração Pública Indireta na busca de funcionários habilitados ao desempenho de cargos de direção, chefia e assessoramento. A restrição atualmente imposta pela Lei 8.911 impossibilita este intercâmbio entre os órgãos, na medida em que obsta a nomeação de empregados da Administração Indireta para aqueles cargos. Parece-nos mais adequada a flexibilização do normativo para que o titular da pasta tenha a liberdade de escolher seus auxiliares dentro de universo mais amplo - Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional.

  
-----  
Deputado Augusto Carvalho

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 653**, DE 13 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "QUE AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - FMM, EM FAVOR DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO - LLOYDBRÁS", (Reedição da MP nº 614/94),

<b>CONGRESSISTA</b>	<b>EMENDA Nº</b>
Deputado CLÓVIS ASSIS. ....	0001

MP 00653

00001

1 DATA 17 / 10 / 94	2 PROPOSIÇÃO Emenda à Medida Provisória nº 653, de 13 de outubro/1994
3 AUTOR Deputado Clovis Assis	4 Nº PRONTUÁRIO
5 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
6 PÁGINA 01/02	7 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
8 TEXTO	

De-se ao caput do Art. 29. a redação seguinte:

"Art. 29. Após a promulgação desta Lei o estatuto social da empresa Lloyd Brasileiro - LLOYDBRAS - será adequado ao sistema de administração por co-gestão, não participando do Programa Nacional de Desestatização."

Suprime-se o Parágrafo único do Art. 29.

Suprima-se o inciso III do Art. 39.

### JUSTIFICATIVA

O Lloyd Brasileiro, empresa de 104 anos de idade, foi a entidade que abriu nossas linhas de navegação através do mundo. Fruto de enfrentamento entre sua administração e a Presidência da República, durante o governo Collor, a qual antiga administração mandou para portos onde o Lloyd tinha dívidas os melhores navios, para estes serem arrestados e, desse modo, se forçar o governo a resolver pendências financeiras passadas, foi o Lloyd levado à situação de perder credibilidade junto aos clientes (arrestos) e, conseqüentemente, ir tendo dificuldades cumulativas. As tentativas de solução não eram globais; intentava-se sanar um problema sem dar-se condições de recuperação global à Companhia.

Lamentamos tudo acima descrito e louvamos a iniciativa do Congresso Nacional que no dia 14 de junho do corrente ano aprovou a Medida Provisória 499/94, adotando, na forma do Projeto de Lei de Conversão, providências tendentes a recuperação do Lloyd Brasileiro, esvaziando, no que diz respeito à venda de ativos da empresa -- Art. 29 e seu Parágrafo Único e inciso III do Art. 39 --, o conteúdo da presente Medida Provisória. A emenda ora apresentada tem por escopo garantir, respeitando decisão já tomada por este Parlamento, a inteira realização de um plano completo que visa a plena recuperação da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro -- Lloydbrás.

Por oportuno lembra-se que a supressão do Parágrafo Único e respectivo Art. 29 e inciso III, do Art. 39, se justifica porque o empréstimo foi concedido por conta e risco do Fundo de Marinha Mercante e ao determinar tais dispositivos, a "imediata venda de ativos" da Companhia para pagamento do empréstimo, fica frustrado o objetivo maior da operação financeira, porque ao invés de apoiá-la, muito ao contrário, contribuirá para a liquidação de suas unidades produtivas, dificultando mais ainda a obtenção de receitas necessárias à manutenção da Empresa e ao pagamento da obrigação contraída.

Diante de todo o exposto, tomo por prudente e justa a emenda por nós apresentada, ao confirmar decisão já firmada por esta Casa Congressional evitando um conflito de posições. Neste termos, solicito dos nobres pares a aprovação presente emenda.

**EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 655, DE 13 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DOS DIREITOS PREVISTOS NO ACORDO DE SUBSÍDIOS E DIREITOS COMPENSATÓRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". REEDIÇÃO MP 616/94.**

**CONGRESSISTA**

**EMENDA Nº**

**Deputado VICTOR FACCIONI**

**001.**

**SCOM**

**MP 00655**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**00001**

19 / 10 / 94	MEDIDA PROVISÓRIA 655, DE 14.10.94
DEPUTADO VICTOR FACCIONI	1579-9
<input type="checkbox"/> SUPLENTE <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GLOBA	
01/01	acréscimo

-Acrescente-se à MP 655, que dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, o seguinte artigo, onde couber:

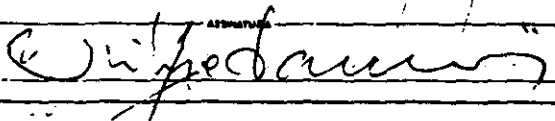
"Artigo - Quando ocorrerem importações de produtos agrícolas provenientes de países que notoriamente subsidiam seus setores agrícolas, a Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo iniciará de "moto-próprio", nos termos facultados pelo Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios objeto do Decreto Legislativo nº 22, de 15 de dezembro de 1986, investigação através de processo administrativo."

#### JUSTIFICATIVA

A Emenda visa aumentar o grau de proteção da economia nacional contra a concorrência desleal e predatória das importações de produtos agrícolas.

Os danos causados à economia nacional por importações subsidiadas são imensos. O setor privado não tem conseguido se defender adequadamente. Nos últimos anos assistimos a destruição parcial da cotonicultura. Hoje encontra-se em risco a rizicultura. As diversas petições apresentadas pelo setor privado foram insuficientes para proteger a economia, interesse não só dos produtores como também dos consumidores, a longo prazo. Ademais, é dever do Poder Executivo investigar, apurar os danos e em função dos resultados, impor Direitos Compensatórios.

A possibilidade de iniciar uma investigação de "auto-próprio" está prevista no Código de Subsídios. A presente Emenda visa facilitar a ação do Poder Executivo. Com a Emenda aprovada, o Poder Executivo ficará responsável pela investigação por obrigação legal, mediante ação do Poder Legislativo. Eliminará eventuais retaliações diplomáticas e comerciais, pois trata-se de legislação nacional.



Publicada no DCN , de 20.10.94

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 666, DE 21 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE A ASSUNÇÃO, PELA UNIÃO, DE CRÉDITO DA EXPORT DEVELOPMENT CORPORATION - EDC E DE DEBÊNTURES EMITIDAS PELA EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A., BEM COMO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO JUNTO À EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A..

CONGRESSISTA

EMENDA NÚMERO

DEPUTADO ERNESTO GRADELLA.....001.



MP00666

00001

26/10/94 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 666, de 21 de outubro de 1994

AUTOR DEPUTADO FEDERAL ERNESTO GRADELLA - PSTU/SP Nº PRONTUÁRIO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

ARTIGO PARÁGRAFO INCISALÍNEA 4º

ACRESCENTE-SE O SEGUINTE ART. 4º, RENUMERANDO-SE OS DEMAIS:

"Art. 4º - Fica a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - Embraer excluída do Programa Nacional de Desestatização, criado pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990".

# JUSTIFICATIVA

A EMBRAER, empresa do ramo aeronáutico que lida com tecnologia de ponta, é estratégica para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Mais que necessidade, é imprescindível para o Brasil que a EMBRAER continue sob o controle da União.

Sala das Sessões. 26 de outubro de 1994

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 668**, DE 21 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL ATIVO DOS PODERES DA UNIÃO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (Reedição da MP nº 628/94),

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputado PAULO PAIM. ....	0001

MF00668

EMENDA MODIFICATIVA

00001

*À Medida Provisória nº 668, de 21 de outubro de 1994, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas e dá outras providências.*

Dê-se, ao artigo 1º, "caput" da Medida Provisória nº 668/94, a seguinte redação:

"Art. 1º. A contribuição mensal do servidor civil, ativo, incide sobre sua remuneração conforme definida no inciso III do art. 1º da Lei nº. 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, e será calculada mediante a aplicação das alíquotas estabelecidas na tabela a seguir, com vigência a partir de 26 de dezembro de 1994 e até a data da entrada em vigor da lei que disporá sobre o Plano de Seguridade Social do Servidor público civil:"



### JUSTIFICAÇÃO.

A Lei nº 8.688, de 21 de julho de 1994, que fixou as alíquotas de contribuição para o plano de seguridade social do servidor, disciplinou, em seu artigo 2º, que as mesmas teriam vigência até 30 de junho de 1994.

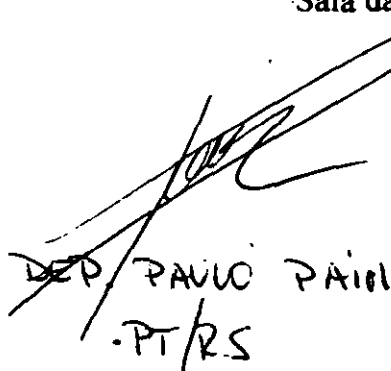
A Medida Provisória nº 560, editada em 26 de julho de 1994, ao fixar A PARTIR DE 1º DE JULHO - em caráter retroativo, portanto - a vigência das alíquotas nela estabelecidas, as quais são DIFERENTES das previstas na Lei nº 8.688/94, infringiu gravemente o artigo 195. § 6º da Constituição, que determina, expressamente, que

"...§ 6º. As contribuições sociais de que trata este artigo somente poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b"."

A presente reedição repete o mesmo problema. A emenda proposta visa afastar, portanto, os dois vícios de inconstitucionalidade contidos no artigo 1º, de um lado fixando que as alíquotas ora instituídas somente terão vigência A PARTIR DE 26 DE DEZEMBRO DE 1994 - noventa dias após a publicação da Medida Provisória - e ATÉ A ENTRADA EM VIGOR DA NOVA LEI que disporá sobre o Plano de Seguridade Social do Servidor, para que se evite novo intervalo de 90 dias. Caso se mantenha a redação original, a publicação da referida Lei, fixando novas alíquotas, não será suficiente para a vigência das mesmas, pela obrigatoriedade do interstício de noventa dias.

A presente emenda visa, então, preservar o direito dos servidores, a racionalidade do processo e a obediência ao texto constitucional, que não pode ser prejudicado pelo descaso dos órgãos públicos encarregados da aplicação de seus mandamentos.

Sala das sessões, 26/10/94

  
DEP. PAULO PAIVA  
-PT/RS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 670, DE 21 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "ALTERA A LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", (Redação da MP nº 630/94).

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado BERALDO BOAVENTURA. ....	002
Deputado FETTER JÚNIOR. ....	001
Deputado GERMAÑO RIGOTTO. ....	003
Deputado PAULO ROCHA. ....	004, 005, 006
Deputado RONIVON SANTIAGO. ....	007

MF 00670

00001

DATA 26 / 10 / 94		PROPOSIÇÃO Medida Provisória 670, de 21 de outubro de 1994	
AUTOR Deputado Fetter Júnior		Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO

TEXTO  
Dê-se ao parágrafo 3º do artigo 2º da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, a seguinte redação :

"Art. 2º .....  
.....

**Parágrafo 3º** - Não se aplicam os dispositivos deste lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do artigo 21, art. 159, inciso I, alínea "c" e o artigo 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S.A., à Caixa Econômica Federal e, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II do artigo 192 da Constituição Federal....."

#### JUSTIFICATIVA

A Caixa Econômica Federal exerce atividade típica de Governo, administrando os fundos sociais e operando programas sociais de interesse do Governo.

Ela constitui, assim, o braço financeiro do Governo Federal, para execução da política social, papel impossível, portanto, de ser exercido pelo setor privado.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 670/94

MP 670

002

Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

#### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo 3º do artigo 2º da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, a seguinte redação:


"Art.2º .....  
.....

**Parágrafo 3º** - Não se aplicam os dispositivos desta Lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de

competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do artigo 21, artigo 159, inciso I, alínea "c", e o artigo 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias integrais e, ainda, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II do artigo 192 da Constituição Federal, com relação aos quais a União deverá manter participação acionária que lhe assegure, no mínimo 51% do capital votante, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações."

#### JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa assegurar que a União mantenha em seu poder o controle societário das empresas que exercem atividades de sua competência exclusiva, como no caso específico do Banco do Brasil e suas subsidiárias integrais.



BERALDO BOAVENTURA

Deputado Federal

MP 670

003

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 670/94

Altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências

#### EMENDA MODIFICATIVA

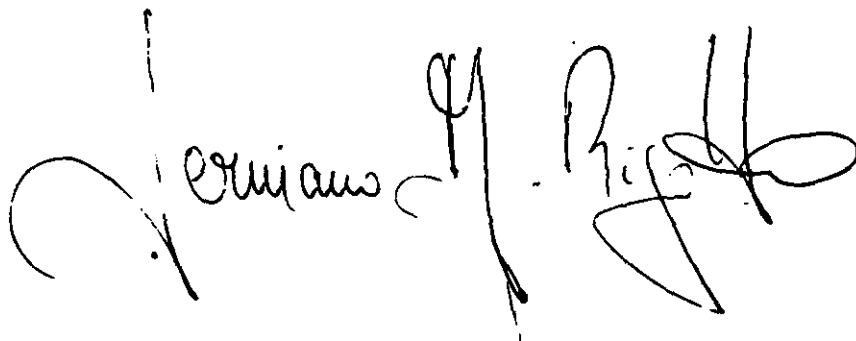
Dê-se ao parágrafo 3º do artigo 2º da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, a seguinte redação:

"Art. 2º .....  
....."

parágrafo 3º Não se aplicam os dispositivos desta Lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do artigo 21, artigo 159, inciso I, alínea "c", e o artigo 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias integrais e, ainda, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II do artigo 192 da Constituição Federal, com relação aos quais a União deverá manter participação acionária que lhe assegure, no mínimo, 51% do capital votante, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações."

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa assegurar que a União mantenha em seu poder o controle societário das empresas que exercem atividades de sua competência exclusiva, como no caso específico do Banco do Brasil e suas subsidiárias integrais.



Deputado Germano Rigotto

MP 670

004

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 670, DE 21 DE OUTUBRO DE 1994

### EMENDA SUPRESSIVA

Dê-se a seguinte redação ao 3º, do art. 2º, da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990.

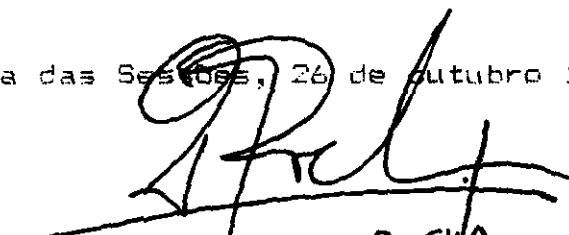
" 3º - Não se aplicam os dispositivos desta lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os

incisos XI e XXIII, do art. 21, art. 159, inciso I, alínea "c", e o art. 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S.A. e, ainda, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II, do art. 192, da Constituição Federal, com relação às quais a União deverá manter participação acionária que lhe assegure, no mínimo, 51% do capital votante."

#### JUSTIFICATIVA

A emenda visa resguardar o conteúdo da Lei nº 8.031/90 em vigor e, assim, afastar a possibilidade da demasiada ampliação do programa de privatização, o qual tem se revelado como um instrumento danoso aos interesses nacionais, promovendo uma verdadeira política de desmonte do setor público e de transferência do patrimônio público a grupos privados em condições privilegiadas.

Sala das Sessões, 26 de outubro 1994.



DEP. PAULO ROCHA  
PT/PA

MP 670  
005

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 670, DE 21 DE OUTUBRO DE 1994

#### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 5º, da Lei nº 8.031/90, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 630, a redação seguinte:

"Art. 5º. O Programa Nacional de Desestatização terá uma Comissão Diretora, diretamente subordinada ao Presidente da República, e vinculada tecnicamente ao Ministério da Fazenda, composta de quinze membros titulares e quatorze suplentes, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada sua indicação pelo Congresso Nacional, sendo:

I - o Presidente da Comissão Diretora, indicado pelo Presidente da República;

II - sete membros e respectivos suplentes indicados pelo Presidente da República;

III - quatro membros e respectivos suplentes indicados pela Câmara dos Deputados;

IV - três membros e respectivos suplentes indicados pelo Senado Federal;

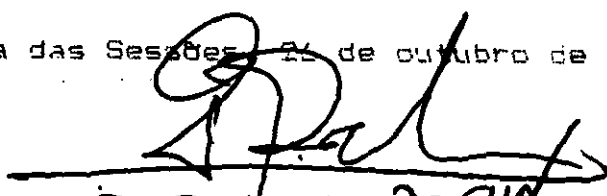
1º - Os cargos de membro titular e respectivo suplente serão exercidos por cidadãos brasileiros de notórios conhecimentos em direito econômico, em direito comercial, em mercado de capitais, em economia e finanças.

2º - Em cada processo de privatização, deverão participar das reuniões da Comissão Diretora do PND, três representantes da empresa e três representantes dos trabalhadores.

#### JUSTIFICATIVA

A emenda visa assegurar que seja democratizada a composição da Comissão Diretora do PND, com a indicação de seus membros compartilhada pelo Poder Executivo e Poder Legislativo, bem como pela participação de representantes da empresa e dos trabalhadores no processo decisório no âmbito da referida Comissão.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 1994

  
 DEP. DAVIO ROCHA  
 PT/PA

MP 670

006

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 670, DE 21 DE OUTUBRO DE 1994

#### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art 13, da Lei nº 8.031/90, modificado pelo art. 1º, da Medida Provisória nº 557, a redação seguinte:

Art. 13.....

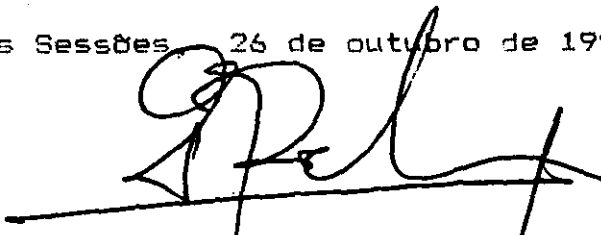
.....

IV - a alienação de ações de empresas a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras será efetivada em moeda de circulação preferencial nos mercados internacionais e poderá atingir 100% do capital votante, salvo determinação expressa do poder Executivo, que determine percentual inferior.

#### JUSTIFICATIVA

A emenda visa estabelecer alguma distinção de tratamento para o investidor estrangeiro e o investidor nacional que tencione assumir o controle de empresa privatizada. Nesse sentido, a abertura ao capital estrangeiro é viabilizada mediante a obtenção de uma contrapartida em moeda forte que permitirá ampliar as possibilidades de aplicação produtiva destes recursos internamente.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1994.



DEP. PAULO ROCHA  
PT/PA

MP 670  
007

Brasília-DF., 26 de outubro de 1.994

A

COMISSÃO MISTA DO SENADO FEDERAL

N E S T A: -

Ref.: Emenda Aditiva ao texto da MEDIDA PRO-  
VISÓRIA Nº 670 de 22 de outubro de  
1.994 (Publicada no D.O.U - dia 22.10.  
94). -

Senhor Presidente,



Solicito incluir, onde couber o adendo abaixo, com a seguinte redação:

"São créditos líquidos e certos contra empresas controladas pela União Federal os líquidos com recursos orçamentários ou extra-orçamentários".-

J U S T I C A T I V A:

=A INTRODUÇÃO DO DISPOSITIVO ACIMA VISA DE FINIR A QUESTÃO, POSSIBILITANDO A UNIÃO HONRAR SEUS COMPROMISSOS COM PAPEIS DE PRIVATIZAÇÃO, SECURITIZANDO AS DIVIDAS, SEM USAR AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS COM OS ESCASSOS RECURSOS DO TESOURO NACIONAL. =

Atenciosamente,

DEPUTADO RONIVON SANTIAGO

Publicada no DCN (Seção II), de 12-11-94

**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
**Subsecretaria de Comissões**  
**Serviço de Comissões Mistas**

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671**, DE 21 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES INTITUCIONAIS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL E PROVISÓRIO, E DÁ

**OUTRAS PROVIDÊNCIAS", (Reedição da MP nº 631/94),  
MENSAGEM Nº /94-CN:**

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Senador ÁUREO MELLO. . . . .	007, 009, 010, 011, 025
Deputado MARCELINO ROMANO MACHADO	008, 016, 023
Deputado MIRO TEIXEIRA. . . . .	005, 012, 015
Deputado NÉLSON TRAD. . . . .	003, 006, 013, 021, 022, 024
Deputado PAULO PAIM. . . . .	001, 002, 004, 014, 017, 018, 019, 020

MP00671

00001

**EMENDA SUPRESSIVA**

*À Medida Provisória nº 671, de 21 de outubro de 1994, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.*

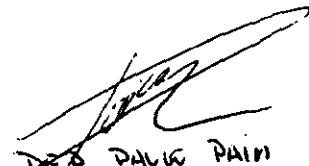
Suprima-se o parágrafo único do artigo 5º da Medida Provisória nº 485/94:

**JUSTIFICACÃO:**

O parágrafo em tela exclui a aplicação da cominação de revelia e confissão à União, nas causas de natureza trabalhista. Trata-se da instituição de privilégio processual injustificado, que tem como objetivo tornar a União isenta dos ônus de sua omissão. A interrupção dos prazos processuais a seu favor, operada pelas Medidas Provisórias 316, 321, 325, 330 e reedições não foi, percebe-se, suficiente para permitir que a União viesse a ser

representada a contento em juízo. A instituição de novos mecanismos que venham a favorecer unilateralmente a União em juízo, especialmente nas causas trabalhistas, revela-se, assim, contrária ao interesse do trabalhador e cerceadora do seu *jus postulandi*, merecendo, portanto, a nossa rejeição.

Sala das sessões, 25/10/94

  
DEP. PAULO PAIM  
PT/RS

HF00671

00002

EMENDA SUPRESSIVA


*A Medida Provisória nº 671, de 21 de outubro de 1994, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.*

Suprima-se o artigo 6º da Medida Provisória nº 671, de 21 de outubro de 1994.

JUSTIFICACÃO

Da mesma forma que o parágrafo único do artigo 5º, o artigo 6º procura instituir privilégio processual à União, ao tornar obrigatória a intimação pessoal do membro da AGU. Embora dispositivo idêntico seja válido para o Ministério Público (artigo 236, § 2º do Código de Processo Civil), não nos parece justificável a sua extensão genérica aos membros da Advocacia-Geral da União, até porque as missões institucionais dos dois órgãos não se confundem. Propomos, portanto, a supressão do dispositivo.

Sala das sessões, 25/10/94

  
DEP. PAULO PAIM  
PT/RS

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MF-005-1

4

00003

27 / 10 / 94

Medida Provisória nº 671

NELSON TRAD

Nº PROPOSTA

1

SUPLENTE

2

SUBSTITUTA

3

MODIFICAÇÃO

4

ADITIVA

9

CONSTITUTIVA GERAL

1/1

6º

Único

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, de 21 de Outubro de 1994

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DÊ-SE AO ARTIGO 6º E AO SEU PARÁGRAFO ÚNICO, A SEGUINTE REDAÇÃO:

"ART. 6º - A intimação de membro da Advocacia Geral da União, e dos seus órgãos Vinculados, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Parágrafo Único - o disposto neste artigo se aplica aos representantes Judiciais da União designados na forma da lei."

## JUSTIFICAÇÃO

A aprovação da presente emenda se faz necessária, porquanto são os integrantes dos departamentos jurídicos dos Órgãos Vinculados os responsáveis pela defesa de 80% (oitenta por cento) das ações de interesse da União, tarefa cada dia mais difícil em virtude do considerável aumento de processo judiciais e da expressiva diminuição de seus quadros ao longo dos últimos anos, além de ser medida de vital importância para a defesa do Erário.

Plenário Ulysses Guimarães,

ASSINATURA

Nelson Trad  
Câmara dos Deputados

Setor IV - Câmara dos Deputados

70.100

MP 562/94

00000

EMENDA MODIFICATIVA

*À Medida Provisória nº 671, de 21 de outubro de 1994, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.*

Dê-se ao artigo 17 a seguinte redação:

"Art. 17. Até que seja implantado o quadro de cargos efetivos da Advocacia-Geral da União, os servidores requisitados na forma do artigo 47 da Lei Complementar nº 73, de 1993, farão jus à Gratificação de Representação de que trata o artigo 20 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1992, com as alterações decorrentes do disposto no artigo 13 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992.

§ 1º. A Gratificação de que trata o "caput", compatível com as demais vantagens específicas atribuídas ao cargo efetivo detido por servidor em exercício na Instituição, não se incorpora ao vencimento ou soldo, nem aos proventos de aposentadoria ou pensão, bem assim não integra a base de cálculo de quaisquer outros benefícios ou vantagens.

§ 2º. Em nenhuma hipótese a Gratificação referida neste artigo será paga aos que sejam titulares de cargo ou função de confiança ou de gratificação de representação devida em virtude de outro ato autorizativo.

§ 3º. O Advogado-Geral da União, observado o disposto no parágrafo anterior, poderá deferir a vantagem de que trata este artigo aos representantes judiciais da União, designados na forma do artigo 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

§ 4º. Ao Advogado-Geral da União caberá disciplinar a concessão da vantagem objeto deste artigo, segundo as atribuições de cada beneficiário e observados os níveis constantes do Anexo VI da Lei nº 8.460, de 1992.


§ 5º. Os quantitativos de Gratificações a serem concedidos em decorrência do disposto neste artigo serão fixados em ato do Presidente da República, ouvida a Secretaria da Administração Federal."

JUSTIFICAÇÃO

A redação original proposta pela Medida Provisória nº 562/94 tem dois inconvenientes: 1º) cria mais um tipo de gratificação pelo exercício de órgão específico, a par das Funções Gratificadas, das Gratificações de Representação devidas pelo exercício nas Secretarias da Presidência e das Gratificações de Representação de Gabinete devidas pelo exercício nos órgãos essenciais da Presidência da República; 2º) por ter valores que podem ser equivalentes aos de um cargo em comissão, gera a possibilidade de um servidor que a receba ser melhor remunerado do que se estivesse investido num cargo em comissão, provocando desmotivação e desinteresse pelos encargos de chefia. Entendemos, assim, como solução mais

adequada que seja concedida gratificação de representação idêntica à deferida pelo exercício nos órgãos essenciais da Presidência, para que se evite a proliferação de vantagens diferenciadas e a quebra da hierarquia. Entendemos, contudo, que oportunamente esta Gratificação poderá vir a ser tornada permanente, ou estendida aos Advogados da União, como já ocorre hoje com os demais órgãos da Presidência que têm quadros próprios e mesmo assim deferem vantagens especiais a seus servidores, em caráter permanente.

Sala das sessões, 25/10/94

  
DEP. PAULO PAIM  
PT/RS

HP00671

00005

#### EMENDA Nº

À medida provisória nº 671/94, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências.

Dê-se ao artigo 19 a seguinte redação:

Art. 19 - São transpostos, para as carreiras da Advocacia-Geral da União, os atuais cargos efetivos de Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional, Procurador da Fazenda Nacional e de Assistentes Jurídicos da Administração Federal direta.

§ 1º - A transposição objeto deste artigo abrange os cargos e seus titulares;

§ 2º - A transposição observará as correlações estabelecidas no anexo IV, desta Medida Provisória.

Suprima-se os incisos I e II, assim como os §§ 1º e 4º.

#### JUSTIFICATIVA

A presente proposta de modificação visa corrigir inequívoca determinação às classes aludidas no artigo supra mencionado, cujas investiduras decorreram de atos perfeitamente legítimos, fundamentados em dispositivos legais que regularam a matéria, sendo de evidência, portanto, a licitude dos procedimentos da Administração Pública Federal, obrigatoriamente submetidas ao exame do Tribunal de Contas da União.

A própria Constituição Federal vigente, ao convalidar os atos anteriores, deu o cunho legal aos concursos, processo seletivo - ascensão funcional, pois, se assim não o quisesse teria suspenso seus efeitos, a partir de então. Se o Constituinte não disse, não é lícito à ninguém mais fazê-lo. É de se anotar que a nova Carta Magna já encontrou esses servidores em situação consolidada, ou seja, detentores de cargo público.

Brasília, 26 de outubro de 1994

  
Deputado Miro Teixeira  
PDT-RJ

MF 00671

00000

EMENDA ADITIVA

Medida Provisória nº 671/94

Dispõe sobre o exercício da Advoca  
cia Geral da União, em caráter emer  
gencial e provisório, e dá outras  
providências

Dê-se ao artigo 19 a seguinte redação:

Art. 19 - São transpostos, para as carreiras da  
Advocacia-Geral da União, os atuais cargos efetivos de Subpro  
curador-Geral da Fazenda Nacional, Procurador da Fazenda Nacio  
nal e de Assistentes Jurídicos da Administração Federal direta.

§ 1º - A transposição objeto deste artigo abran  
ge os cargos e seus titulares;

§ 2º - A transposição observará as correlações  
estabelecidas no anexo IV, desta Medida Provisória.

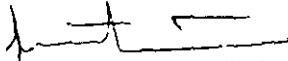
Suprima-se os incisos I e II, assim como os §§  
1º a 4º.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de modificação visa corrigir  
inequívoca discriminação às classes aludidas no artigo menciona  
do, cujas investiduras decorreram de atos perfeitamente legíti  
mos, fundamentados em dispositivos legais que regularam a maté  
ria, sendo de evidência, portanto, a licitude dos procedimentos  
da Administração Pública Federal, obrigatoriamente submetidas ao  
exame do E. Tribunal de Contas da União.

A própria Constituição Federal vigente, ao conva  
lidar os atos anteriores, deu o cunho legal aos concursos, pro  
cesso seletivo - ascensão funcional, pois, se assim não o qui  
sesse teria suspenso seus efeitos, a partir de então. Se o  
Constituinte não disse, não é lícito a ninguém mais fazê-lo. É  
de se anotar que a nova Carta Magna já encontrou esses servido  
res em situação consolidada, ou seja, detentores de cargo públi  
co.

Sala das Sessões, de de 1994.

  
Deputado NELSON TRAD  
Líder do PTB

MF 00671

00007

1 DATA		2 PROPOSIÇÃO	
3 AUTOR		4 SE PRONTUÁRIO	
5			
6 <input type="checkbox"/> SUPLENÇÃO	7 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	8 <input type="checkbox"/> MODIFICAÇÃO	9 <input type="checkbox"/> ADITIVA
10 <input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO DE FUNDAMENTO			
11 ARTIGO	12 PARÁGRAFO	13 INCISO	14 ALÍNEA
15 TEXTO			

## EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671 de 21 de Outubro de 1994.

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

## DÊ-SE AO ARTIGO 19 E SEUS PARÁGRAFOS A SEGUINTE REDAÇÃO:

Art. 19 - São distribuídos para as carreiras da Advocacia-Geral da União os atuais cargos efetivos de subprocurador-geral da Fazenda Nacional e procurador da Fazenda Nacional, os de assistente jurídico da Administração Federal direta e, para as carreiras dos Órgãos Vinculados da mesma Instituição, os cargos efetivos de procurador autárquico, procurador, advogado e assistente jurídico, estes últimos da Administração Federal indireta, os quais:

I - tenha titulares cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias, anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a essa data, tenham decorrido de aprovação em concurso público, ou de incidência do § 3º do art. 41 da Constituição ou do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II - estejam vagos;

§ 1º Nas hipóteses previstas no inciso I, a distribuição objeto deste artigo abrange os cargos e seus titulares.

§ 2º A distribuição deve observar a correlação estabelecida no Anexo IV.

§ 3º À Advocacia-Geral da União incumbe examinar, caso a caso, a licitude da investidura nos cargos aos quais alude este artigo.

§ 4º Verificada a ocorrência de investidura ilegítima, ao Advogado-Geral da União compete adotar, ou propor, as providências cabíveis.

## ANEXO IV

## ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

-Subprocurador Geral da Fazenda Nacional	-Procurador da Fazenda Nacional de Cat. Especial
-Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria	-Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria
-Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria	-Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria
-Assistente Jurídico Classe A	-Assistente Jurídico de Categoria Especial
-Assistente Jurídico Classe B	-Assistente Jurídico de 1ª Categoria
-Assistente Jurídico Classe C e D	-Assistente Jurídico de 2ª Categoria
-Procurador Autárquico, Procurador, Advogado e Assistente Jurídico Classe A	-Procurador Categoria Especial
-Procurador Autárquico, Procurador, Advogado e Assistente Jurídico Classe B	-Procurador 1ª Categoria
-Procurador Autárquico, Procurador, Advogado e Assistente Jurídico Classe C e D	-Procurador 2ª Categoria



# JUSTIFICACÃO

O texto original da MP nº \_\_\_\_/94, cuida de efetuar a transposição de dois cargo efetivos previsto no Título III da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993: Omite no entanto, os cargos efetivos dos Órgãos Vinculados, previstos na Composição da AGU - mesma Lei Complementar - § 3º do Art. 2º e Arts. 17 e 18.

Por se tratar de regulamentação, a omissão é extremamente injusta e discriminatória, a saber:

I- Tanto os Procuradores e Assistentes de Administração direta como indireta estão contemplados, em situação de igualdade, na Advocacia -Geral da União, ex-vi do art. 131 da Constituição Federal, que reza:

Art. 131 - Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de Órgão Vinculado... (grifo nosso). E quem integra os Órgãos Vinculados em cargos efetivos, são os atuais Procuradores Autárquicos, Procuradores, Advogados e Assistentes Jurídicos das Autarquias e Fundações Públicas Federais.

São eles membros efetivos das Procuradorias e Departamentos Jurídicos das Autarquias Federais e das Universidades Fundacionais Públicas (art. 29 do ADCT)

II - Os cargos efetivos desses Órgãos Vinculados, na mesma situação de igualdade com a administração direta, integravam o antigo Serviço jurídico da União e a ex-Advocacia Consultiva da União, que deu origem à atual Advocacia-Geral da União.

III- Tanto os Assistentes jurídicos da União como os Procuradores das Autarquias e Fundações permanecem no mesmo quadro funcional, com idênticos vencimentos e vantagens, constando do mesmo plano de cargos e salários, além de habilitados no mesmo tipo de Concurso Público.

IV- A importância dos Advogados Autárquicos e Fundacionais, no contexto da nova Advocacia-Geral da União, é inequívoca, por atuarem em cerca de 80% (oitenta por cento) das causas de interesses da mesma e serem os únicos a deter o procuratório automático em todas as instâncias judiciais.

V- Não teria sentido portanto, regulamentar pela metade os cargos dos órgãos previstos na Carta Magna e na Lei Complementar, mais ainda depois que se implementou a isonomia constitucional, consubstanciada na Lei Delegada nº 13/92 e na Lei nº 8.460/92. Não há, na espécie, aumento de despesa, evitando-se, com esta Emenda, desigualdades flagrantes e o caminho nem sempre desejável da via judicial reparadora.

VI- Substituiu-se, no texto original da MP, a expressão " são transpostos para as carreiras...", por " são distribuídos para as carreiras..." - eis que a transposição de cargos veio a ser recentemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Não é este o caso dos integrantes da AGU, mas o termo empregado poderia dar margem a equivocada interpretação do artigo.

Por último, incluiu-se, no tocante à distribuição dos atuais ocupantes de cargos efetivos, a efetivos, a preservação dos direitos daqueles que foram beneficiados pela estabilidade do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Picnário Úlysses Guimarães,

ASSINATURA

SENADOR AUREO MELLO

MEDIDA PROVISÓRIA 671/94		MP 00671 00008	
AUTOR Deputado Marcelino Romano Machado		CÓDIGO 1815-1	
DATA 27 10 94	ARTIGO 19	PARÁGRAFO 1	PÁGINA 1/2

### Emenda Modificativa

Dê-se ao inciso I do art. 19 da Medida Provisória nº 671/94, a seguinte redação:

"Art. 19 .....

I - tenham titulares cuja investidura haja observado as normas constitucionais e ordinárias".

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva evitar discriminação esboçada no art. 19, inciso I, da MP nº 671/94, afastando, dessa forma, flagrante injustiça ensejadora de possíveis medidas na órbita do judiciário.

2. A proposta acima não viola os arts. 37, inciso II e 48, inciso X, da atual Carta Magna, pretendendo, todavia, apenas abrigar, na transposição, os atuais cargos efetivos de Subprocurador-Geral e procurador da Fazenda Nacional, e os de Assistente Jurídico, onde estes foram providos antes e depois da atual Lei Maior em virtude de lei específica.

3. Frisa-se, por oportuno, que o Concurso Público sempre foi exigido pelas Constituições da República Federativa do Brasil (1946, 1967, EC nº 1/69 e 1988), no entanto, é sabido por todos que antes da Carta de 1988, houve na Administração Federal investiduras sem o devido Concurso Interno ou Externo, inclusive nas carreiras objeto da presente transposição.

4. O eminente Juiz Plauto Ribeiro do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, relator do Mandado de Segurança nº 93.01.05276-8 (DJ de 23/03/93), ao deferir a liminar pleiteada pela impetrante União Federal, entendeu "que as leis que previam provimento de cargos, mediante ascensão funcional, transferência e aproveitamento, somente tornaram-se inaplicáveis a partir da publicação da ADIN nº 837-4-DF, 17 de fevereiro de 1993, nos termos do julgado". Assim, os atos de ascensão funcional praticados até a publicação da citada ADIN (DJ 17/02/93) são legítimos, porque alicerçados na legislação vigente, que, só na data supra foi suspensa a eficácia do item III do art. 8º da lei nº 8.112/90, com efeito ex nunc (de agora em diante, para o futuro).

Assim, não há razão plausível para a patente discriminação ora declinada na supramencionada MP, contrariando, portanto, a Lei Complementar nº 73/93 (arts. 2º, § 5º, 20, incisos I e II, e 69), onde esta, hierarquicamente superior, não fez qualquer distinção referente à investidura nas carreiras em comento.

*[Handwritten signatures and initials]*

MP00671

00009

1 <input type="checkbox"/> - SUPLENÇÃO 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUIÇÃO 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICAÇÃO 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5				
01	19		I	

reção:

Dê-se ao inciso I do art. 19 da Medida Provisória nº 671/94, a seguinte

"Art. 19.

1 - tenham titulares cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias".

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda objetiva evitar discriminação esboçada no art. 19, inciso I, da MPV nº 671/94, afastando, dessa forma, flagrante injustiça ensejadora de possíveis medidas na órbita do Judiciário.

2. A proposta acima não viola os arts. 37, inciso II e 48, inciso X, da atual Carta Magna, pretendendo, todavia, apenas abrigar, na transposição, os atuais cargos efetivos de Subprocurador-Geral e Procurador da Fazenda Nacional, e os de Assistente Jurídico, onde estes foram providos antes e depois da atual Lei Maior em virtude de lei específica.

3. Frisa-se, por oportuno, que o Concurso Público sempre foi exigido pelas Constituições da República Federativa do Brasil (1946, 1967, EC, nº 1/69 e 1988), no entanto, é sabido por todos que antes da Carta de 1988, houve na Administração Federal investiduras sem o devido Concurso Interno ou Externo, inclusive nas carreiras objeto da presente transposição.

4. O eminente Juiz Plauto Ribeiro do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, relator do Mandado de Segurança nº 93.01.05276-6 (DJ de 23/03/93), ao deferir a liminar pleiteada pela impetrante União Federal, entendeu "que as leis que previam provimento de cargos, mediante ascensão funcional, transferência e aproveitamento, somente tomaram-se inaplicáveis a partir da publicação da ADIN nº 837-4-OF, 17 de fevereiro de 1993, nos termos do julgado". Assim, os atos de ascensão funcional praticados até a publicação da citada ADIN (DJ 17/02/93) são legítimos, porque alicerçados na legislação vigente, que, só na data supra foi suspensa a eficácia do item III do art. 8º da Lei nº 8.112/90, com efeito ex nunc, (de agora em diante, para o futuro).

Assim, não há razão plausível para a patente discriminação ora declinada na supramencionada MPV, contrariando, portanto, a Lei Complementar nº 73/93 (arts. 2º, § 5º, 20, incisos I e II, e 69), onde esta, hierarquicamente superior, não faz qualquer distinção referente à investidura nas carreiras em comento.

ASSINATURA

*[Handwritten signature of Senador Aúreo Mello]*

SENADOR AÚREO MELLO

MP 00671

1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA				00010
PÁGINA 01	ART 100 19	PARÁGRAFO 10 a 40	I e II	

De-se ao art. 19 a seguinte redação, e suprimam-se seus itens (I e II), e parágrafos (1º, 2º, 3º e 4º), da Medida Provisória nº 671/94:

"Art. 19. São transpostos, para as carreiras da Advocacia-Geral da União, os atuais cargos efetivos de Subprocurador-Geral e Procurador da Fazenda Nacional, de Assistente Jurídico e de Procurador Autárquico da Administração Federal, com os seus respectivos titulares, inclusive os cargos vagos, observada a correlação estabelecida no Anexo IV."

#### JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva evitar discriminação esboçada no art. 19, inciso I, da MPV nº 671/94, afastando, dessa forma, flagrante injustiça ensejadora de possíveis medidas na órbita do Judiciário.

2. A proposta acima não viola os arts. 37, inciso II e 48, inciso X, da atual Carta Magna, pretendendo, todavia, apenas abrigar, na transposição, os atuais cargos efetivos de Subprocurador-Geral e Procurador da Fazenda Nacional, de Assistente Jurídico e de Procurador Autárquico, onde foram providos antes e depois da atual Lei Maior em virtude de lei específica.

3. Frisa-se, por oportuno, que o Concurso Público sempre foi exigido pelas Constituições da República Federativa do Brasil (1946, 1967, EC nº 1/69 e 1988), no entanto, é sabido por todos que antes da Carta de 1988, houve na Administração Federal investiduras sem o devido Concurso Interno ou Externo, inclusive nas carreiras objeto da presente transposição.

4. O eminente Juiz Plauto Ribeiro do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, relator do Mandado de Segurança nº 93.01.05278-8 (DJ de 23/03/93), ao deferir a liminar pleiteada pela Impetrante União Federal, entendeu "que as leis que previam provimento de cargos, mediante ascensão funcional, transferência e aproveitamento, somente tornaram-se inaplicável a partir da publicação da ADIN nº 837-4-DF, 17 de fevereiro de 1993, nos termos do julgado". Assim, os atos de ascensão funcional praticados até a publicação da citada ADIN (DJ 17/02/93) são legítimos, porque sicercados na legislação vigente, que, só na data supra foi suspensa a eficácia do item III do art. 8º da Lei nº 8.112/90, com efeito ex nunc (de agora em diante, para o futuro).

Assim, não há razão plausível para a patente discriminação ora declorada na supramencionada MPV, contrariando, portanto, a Lei Complementar nº 73/93 (arts. 2º, § 5º; 20, incisos I e II; e 69), onde esta, hierarquicamente superior, não fez qualquer distinção referente à investidura nas carreiras em comento. Sendo, por conseguinte, inconstitucionais os itens e parágrafos do art. 19 em questão por ferirem o disposto no art. 5º, caput, e incisos XIII e XXXVI, da CF.

ASSINATURA

SENADOR AUREO BELLO

MP 00671

1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA				00011
PÁGINA 01	ART 100 19	PARÁGRAFO 10 a 40	I e II	

De-se ao art. 19 a seguinte redação, e suprimam-se seus itens (I e II), e parágrafos (1º, 2º, 3º e 4º), da Medida Provisória nº 671/94:

"Art. 19. São transpostos, para as carreiras da Advocacia-Geral da União, os atuais cargos efetivos de Subprocurador-Geral e Procurador da Fazenda Nacional, e os de Assistente Jurídico da Administração Federal direta, com os seus respectivos titulares, inclusive os cargos vagos, observada a correlação estabelecida no Anexo IV."

#### JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva evitar discriminação esboçada no art. 19, inciso I, da MPV nº 671/94, afastando, dessa forma, flagrante injustiça ensejadora de possíveis medidas na órbita do Judiciário.

2. A proposta acima não viola os arts. 37, inciso II e 48, inciso X, da atual Carta Magna, pretendendo, todavia, apenas abrigar, na transposição, os atuais cargos efetivos de Subprocurador-Geral e Procurador da Fazenda Nacional, e os de Assistente Jurídico, onde estes foram providos antes e depois da atual Lei Maior em virtude de lei específica.

3. Fria-se, por oportuno, que o Concurso Público sempre foi exigido pelas Constituições da República Federativa do Brasil (1946, 1967, EC nº 1/69 e 1988), no entanto, é sabido por todos que antes da Carta de 1988, houve na Administração Federal investiduras sem o devido Concurso Interno ou Externo, inclusive nas carreiras objeto da presente transposição.

4. O eminente Juiz Plauto Ribeiro do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, relator do Mandado de Segurança nº 93.01.05278-8 (DJ de 23/03/93), ao deferir a liminar pleiteada pela impetrante União Federal, entendeu "que as leis que previam provimento de cargos, mediante ascensão funcional, transferência e aproveitamento, somente tornaram-se inaplicáveis a partir da publicação da ADIN nº 837-4-DF, 17 de fevereiro de 1993, nos termos do julgado". Assim, os atos de ascensão funcional praticados até a publicação da citada ADIN (DJ 17/02/93) são legítimos, porque alicerçados na legislação vigente, que, só na data supra foi suspensa a eficácia do item III do art. 8º da Lei nº 8.112/90, com efeito ex nunc (de agora em diante, para o futuro).

Assim, não há razão plausível para a patente discriminação ora declinada na supramencionada MPV, contrariando, portanto, a Lei Complementar nº 73/93 (arts. 2º, § 5º; 20, incisos I e II; e 69), onde esta, hierarquicamente superior, não fez qualquer distinção referente à investidura nas carreiras em comento. Sendo, por conseguinte, inconstitucionais os itens e parágrafos do art. 19 em questão por ferirem o disposto no art. 5º, caput, e incisos XIII e XXXVI, da CF.

10

AUREO MELLO SENADOR

MP02671

00012

#### EMENDA Nº

À medida provisória nº 671/94, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências.

Inclua-se o parágrafo 5º no artigo 19:

§ 5º - A Advocacia Geral da União determinará aos setores de pessoal para que cometam, no prazo máximo de 15 dias, as informações cadastrais dos titulares dos cargos referidos qo. caput para cumprimento da disposição contida no presente artigo, devendo àquela proceder, no prazo máximo de 30 dias a publicação do ato convalidatórios das mencionadas titularidades.

**JUSTIFICATIVA**

A titularidade dos cargos, objeto da exposição acima, promana de atos administrativos editados pelo Poder Público, os quais gozem de pressuposto de legalidade até prova em contrário.

Deve-se, atenta ainda para o instituto do direito adquirido, decorrência da prescrição administrativa, sendo certo que o poder revisional da Administração encontra-se submetido a esse mesmo princípio.

Ademais, busca-se atender ao fator emergencial para prover a Advocacia Geral da União os meios para que possa desincumbir-se da magna tarefa que é a defesa dos interesses da União.

Brasília, 26 de outubro de 1994

  
Deputado Miro Teixeira  
PDT-RJ

MP 66671

**EMENDA ADITIVA**

00010

Medida Provisória nº 671/94

"Dispõe sobre o exercício da Advocacia Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências".

Inclua-se o § 5º no art. 19

§ 5º - Os setores de pessoal que possuam nos seus Quadros servidores incluídos nas hipóteses dos parágrafos anteriores são obrigados a remeterem à Advocacia Geral da União as informações cadastrais necessárias ao cumprimento do presente artigo, afim de que no prazo máximo de 40 (quarenta) dias contados da vigência desta lei, sejam editados, pelo órgão competente, todos os atos convalidatórios e complementares.


**JUSTIFICATIVA**

A titularidade dos cargos objetos da exposição acima, promana de atos administrativos editados pelo Poder Público, os quais gozam do pressuposto da legalidade até prova em contrário.

Deve-se atentar ainda para o instituto do direito adquirido, decorrente da prescrição administrativa, sendo certo que o Poder revisional da Administração encontra-se submetido a esse mesmo princípio.

Ademais disso, busca-se atender ao fator emergencial para prover Advocacia Geral da União os meios para que possa de sincumbir-se da magna tarefa que é a defesa dos interesses da União.

Sala das Sessões,

  
Deputado NELSON TRAD  
Líder do PTB

2 - (MAV95)

MF 00671

EMENDA ADITIVA

00014

*A Medida Provisória nº 671, de 21 de outubro de 1994, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.*

Acrescente-se, ao artigo 19, o seguinte parágrafo:


"Art. 19...

§ 4º. Os servidores que tenham sido investidos nos cargos efetivos mencionados no "caput" sem aprovação em concurso público somente poderão ser efetivados nas respectivas carreiras mediante aprovação em concurso público para fins de efetivação, a ser implementado no prazo de até 180 dias; se reprovados, permanecerão nos atuais cargos em quadro suplementar em extinção, mantidas a situação remuneratória do cargo original."

JUSTIFICAÇÃO:

O artigo 19 resulta da reivindicação justa dos servidores cujos cargos devem integrar as Carreiras da AGU previstas na Lei Complementar nº 73/92. Todavia, a Lei Complementar não autorizou, por inconstitucional, a simples transposição para a nova situação dos servidores não concursados para os novos cargos integrados em carreira. Para que se preserve o texto constitucional e a lisura do provimento dos cargos de carreira, propomos a presente emenda, determinando a sujeição dos assistentes jurídicos e procuradores da fazenda eventualmente não concursados a concurso público para fins de efetivação, como exige o art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sala das sessões. 25/10/94

  
DEP. PAULO DALILA  
PT/RS

MP00671

00015

## EMENDA Nº

À medida provisória nº 671/94, que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências.

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. - No prazo de trinta dias o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a remuneração dos demais cargos das carreiras da Advocacia Geral da União, sobre a estrutura permanente do órgão e sobre as dotações orçamentárias a serem consignadas para o custeio de suas atividades.

## JUSTIFICATIVA

A emenda visa determinar prazo para que o Poder Executivo adote as providências necessárias ao funcionamento em caráter definitivo da AGU, para atender a complexidade das atribuições do órgão e prover os meios para possa desincumbir-se de suas tarefas. A Emenda visa, ainda, sanar equívoco técnico decorrente da omissão quanto ao vencimento básico das carreiras funcionais de Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico, também integrantes da AGU, haja visto o insculpido nos artigos 20 e 26 da Lei Complementar nº 73 de 1993.

Brasília, 26 de outubro de 1994

*Miro Teixeira*  
Deputado Miro Teixeira  
PDT-RJ

MP00671

00015

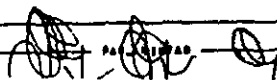
MEDIDA PROVISÓRIA 671/94		CÓDIGO 1815-1	
AUTOR Deputado MARCELINO ROMANO MACHADO		PÁGINA 1/1	
DATA 27, 10, 94	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
TÍTULO			
Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:			



"Art. São estendidos aos inativos e aos pensionistas os benefícios e vantagens da transposição dos cargos previstos nesta Medida Provisória, nos termos do art. 40, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal."

#### JUSTIFICATIVA

De conformidade com o art. 40, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal, são estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens concedidos aos servidores em atividade. Assim, não há como excluir os inativos e os pensionistas da aludida Medida Provisória.



MP 00671

00017

#### EMENDA ADITIVA

*À Medida Provisória nº 671, de 21 de outubro de 1994, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.*

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo.

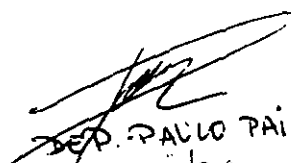
"Art. No prazo de trinta dias o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a remuneração dos demais cargos das Carreiras da Advocacia-Geral da União, sobre a estrutura administrativa permanente do órgão e sobre as dotações orçamentárias a serem consignadas para o custeio de suas atividades."

#### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa determinar prazo para que, finalmente, o Poder Executivo adote as providências necessárias ao funcionamento em caráter definitivo da AGU. Até o momento foram adotadas apenas medidas paliativas, que tem se revelado insuficientes para atender a complexidade das atribuições do órgão e prover os meios para que possa plenamente desincumbir-se de suas tarefas. É o caso, por exemplo, da fixação da remuneração dos cargos de Advogado da União, que deveriam ser fixados conjuntamente com as dos demais cargos. Da mesma forma, a estrutura administrativa permanente da AGU permanece inexistente, tanto que o artigo 1º da Medida Provisória prevê mecanismos para que outros órgãos possam supri-la de meios suficientes para o seu funcionamento. A presente MP já está na sua 11ª edição, e nada foi feito para dotar a AGU de estrutura definitiva! Quanto às dotações orçamentárias, o órgão não

tem orçamento próprio, subsistindo à conta das dotações absorvidas da Consultoria-Geral da República e, a partir de agora, dos meios que o Ministério da Fazenda lhe possa destinar, com prejuízo de suas próprias responsabilidades. Assim, fixar prazo para que sejam adotadas as medidas permanentes terá o mérito de aferir se o Executivo deseja ou não que a AGU funcione, defendendo a contento os interesses da União em Juízo.

Sala das sessões, 25/10/94

  
DEP. PAULO PAIM  
PT/RS

MP00571

00018

#### EMENDA ADITIVA

*À Medida Provisória nº 671, de 21 de outubro de 1994, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.*

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. . . Considera-se, para todos os fins, incorporado aos vencimentos devidos aos servidores ocupantes de cargos integrantes da advocacia consultiva da União e aos advogados integrantes da tabela de especialistas em virtude da Tabela do Anexo III da Lei nº 8.460, de 1992, o adicional de representação de que trata o artigo 1º, inciso I do Decreto-lei nº 2.333, de 1987."

#### JUSTIFICATIVA

O parecer AGU/WM-01/93, de 26 de março de 1993, reconheceu como ainda devidas aos advogados integrantes das tabelas de especialistas o adicional de representação instituído pelo Decreto-lei nº 2.333/87. Todavia, os demais membros da Advocacia-Consultiva (Assistentes Jurídicos, Procuradores Autárquicos) e os cargos de Advogado da União não fazem jus à mesma vantagem, por ter sido incorporada aos vencimentos pela Lei nº 7.923/89. Assim, é estendida ao Advogado da União e demais advogados apenas a Gratificação prevista no artigo 7º da Lei nº 8.460/92, além da Gratificação de Atividade de 160%. A bem da isonomia, esta situação não pode persistir: a Lei nº 8.460/92 atribuiu aos advogados das tabelas de especialistas, bem como os assistentes jurídicos, a mesma tabela de vencimentos, que não é outra senão aquela que resultou da incorporação do referido adicional de representação. Percebem, assim, os mesmos vencimentos, a mesma Gratificação de Atividade, mas os advogados das tabelas de especialistas são privilegiados com um adicional de 100% cuja manutenção não se justifica, à luz do bom senso. Se for o caso de mantê-lo, deve ser estendido aos demais membros da Advocacia-Geral da União, de forma a estabelecer um equilíbrio interno entre os cargos. O que não pode ocorrer é o pagamento irregular de vantagens, por força de

entendimentos que não tem amparo na Lei, e a discriminação de servidores que, por exercerem funções idênticas, fazem jus a remunerações idênticas.

Sala das sessões. 26/10/94

DEP. PAULO PAIM  
PT/RS

MF00671

00019

**EMENDA ADITIVA**

*À Medida Provisória nº 671, de 21 de outubro de 1994, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.*

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. É restabelecido e estendido aos ocupantes de cargos efetivos das carreiras da Advocacia-Geral da União de que trata o artigo 20 da Lei Complementar nº 73, de 1993, o adicional de representação referido no artigo 1º, inciso I do Decreto-lei nº 2.333, de 1987."

**JUSTIFICACÃO**

O parecer AGU/WM-01/93, de 26 de março de 1993, reconheceu como ainda devidas aos advogados integrantes das tabelas de especialistas o adicional de representação instituído pelo Decreto-lei nº 2.333/87. Todavia, não há previsão legal para que seja paga aos demais membros da Advocacia-Consultiva (Assistentes Jurídicos, Procuradores Autônomos) e aos cargos de Advogado da União, por ter sido incorporada aos vencimentos pela Lei nº 7.923/89. Assim, a Medida estende ao Advogado da União e demais advogados apenas a Gratificação prevista no artigo 7º da Lei nº 8.460/92, além da Gratificação de Atividade de 160%. A bem da isonomia, esta situação não pode persistir: a Lei nº 8.460/92 atribuiu aos advogados das tabelas de especialistas, bem como os assistentes jurídicos, a mesma tabela de vencimentos, que não é outra senão aquela que resultou da incorporação do referido adicional de representação. Percebem, assim, os mesmos vencimentos, a mesma Gratificação de Atividade, mas os advogados das tabelas de especialistas são privilegiados com um adicional de 100% cuja manutenção não se justifica, à luz do bom senso. Se for o caso de mantê-lo, deve ser estendido aos demais membros da Advocacia-Geral da União, de forma a estabelecer um equilíbrio interno entre os cargos. O que não pode ocorrer é o pagamento irregular de vantagens, por força de entendimentos que não tem amparo na Lei, e a discriminação de servidores que, por exercerem funções idênticas, fazem jus a remunerações idênticas.

Sala das sessões. 25/11/94

DEP. PAULO PAIM  
PT/RS

MF-00671

00020

EMENDA ADITIVA

*A Medida Provisória nº 671, de 21 de outubro de 1994, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.*

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Nas causas movidas contra a União e suas entidades, de natureza trabalhista ou em que o objeto do pedido seja a aplicação de reajustes de vencimentos e remunerações, será concedida, em caso de condenação do autor decorrente da aplicação de interpretação jurisprudencial formulada posteriormente à data do ingresso da ação, anistia referente a 80 % (oitenta por cento) da importância devida à União e suas entidades por conta de honorários advocatícios de sucumbência."

JUSTIFICAÇÃO

A aplicação aos sindicatos e servidores públicos de condenações ao pagamento de honorários advocatícios por conta de ônus de sucumbência em ações relativas aos Planos Econômicos em que - apesar do evidente *fumus boni juris* - foram objeto de interpretação do Supremo Tribunal Federal como indevidos, está trazendo graves prejuízos financeiros à atividade destas entidades, com graves repercussões sobre o seu patrimônio. Na defesa de direitos tidos como líquidos e certos, são agora penalizadas por força de interpretação jurisprudencial que se funda, basicamente, no ônus que acarretaria, o reconhecimento do direito, à estabilidade das finanças públicas. Todavia, a inversão do ônus, pela via da condenação e atribuição de honorários elevados a serem custeados pelas partes, com o fito de desmotivar o ingresso de tais ações, acaba por tornar nulo o direito de ação, tornando mais distante do servidor a possibilidade de recorrer ao Judiciário. A emenda que propomos visa assegurar que, em situações como esta, a interpretação jurisprudencial superior superveniente ao ingresso da ação não venha penalizar as entidades sindicais e servidores, por meio da concessão de anistia de oitenta por cento do valor arbitrado pela autoridade judicial na sentença.

Sala das Sessões

25/10/94

DEP. PAULO PAIM  
PT/RS

MF-00671

EMENDA ADITIVA

00021

Medida Provisória nº 671/94

Dispõe sobre o exercício da Advocacia Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. - É restabelecido e estendido aos ocupantes de cargos efetivos das carreiras da Advocacia-Geral da União, de que trata o artigo 20. da Lei Complementar nº 73, de 1993, o adicional de representação referido no artigo 1º do Decreto-Lei nº 2333 de 1987.


#### JUSTIFICATIVA

O parecer AGU UM-01/93, de 26 de março de 1993, reconheceu como, ainda, devida aos Advogados, integrantes das tabelas de especialistas, o adicional de representação instituída pelo Decreto-Lei nº 2333/87. Todavia, não há previsão legal para que seja para os demais membros da advocacia consultiva (Assistentes Jurídicos, Procuradores Autárquicos) e aos cargos de Advogados da União, por ter sido incorporada aos vencimentos pela lei nº 7.923/89. Assim, a medida estende ao Advogado da União e demais Advogados apenas a gratificação prevista no artigo 7º da Lei nº 8.460/92, além da gratificação de atividade de 160%. A bem da isonomia, esta situação não pode persistir: a Lei 8.460/92, ao atribuir aos advogados das tabelas de especialistas, bem como aos Assistentes Jurídicos, a mesma tabela de vencimentos, que não é outra senão aquela que resultou da incorporação do referido adicional de representação. Percebem, assim, os mesmos vencimentos, a mesma gratificação de atividade, mas os advogados das tabelas de especialistas são privilegiados com adicional de 100%, cuja manutenção não se justifica à luz do bom senso. Se for o caso de mantê-lo, deve ser estendido aos demais membros da Advocacia-Geral da União, de forma a estabelecer um equilíbrio interno entre os cargos. O que não pode ocorrer é o pagamento irregular de vantagens por força de entendimentos que não tem amparo na lei, é a discriminação destes servidores que por exercerem funções idênticas, fazem jus a remunerações idênticas.

A Carta Magna vigente, (artigo 39, parágrafo 1º), assegura isonomia de vencimentos para cargos iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e presente Emenda visa estender a esse preceito constitucional, ou seja, tratamento igualitário para iguais, desigual para desiguais, conforme cada igualdade e cada desigualdade, nos parâmetros estabelecidos pelo Poder Público.

Sala das Sessões, de

de 1994.

  
Deputado NELSON TRAD  
Líder do PTB

MP 60671

00022

EMENDA ADITIVA

Medida Provisória nº 671/94

"Dispõe sobre o exercício da Advocacia Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências".

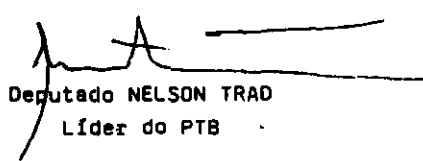
Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. - No prazo de 30 (trinta) dias o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a remuneração dos demais cargos das carreiras da Advocacia Geral da União, sobre a estrutura permanente do órgão e sobre as dotações orçamentárias a serem consignadas para o custeio de suas atividades.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa determinar prazo para que o Poder Executivo adote as providências necessárias ao funcionamento em caráter definitivo da AGU, para atender a complexidade da atribuição do órgão e prover os meios para que possa desincumbir-se das suas tarefas. A Emenda visa, ainda, sanar equívoco técnico decorrente da omissão quanto do vencimento básico das carreiras funcionais de Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico, também integrantes da Advocacia-Geral da União, haja vista o insculpido nos artigos 20 e 26 da Lei Complementar nº 73/93.

Sala das Sessões,



Deputado NELSON TRAD  
Líder do PTB

MODO DE PROVISÃO 671/94			
AUTOR Deputado MARCELINO ROMANO MACHADO		CÓDIGO 1815-1	
DATA 26 / 10 / 94	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA
			PÁGINA 1/2

Inclua-se onde couber

"Art. Fica assegurada, àqueles que a vêm recebendo, a percepção da vantagem de que trata o artigo 1º, inciso I e § 1º do Decreto-lei nº 2.333, de 11 de junho de 1987, com suas alterações, mantida a respectiva disciplina".

Parágrafo único - Fica estendida aos integrantes das carreiras de que trata o artigo 20 da Lei Complementar nº 73, de 1993, a percepção da vantagem a que se refere este artigo.

#### JUSTIFICATIVA

O Parecer AGU/MW-01/93, de 26 de março de 1993, reconheceu como, ainda, devidas aos advogados integrantes das tabelas de especialistas o adicional de representação instituído pelo Decreto-lei nº 2.333/87, mas que os demais membros da Advocacia-Geral (Assistentes Jurídicos, Procuradores Autárquicos) e os cargos de Advogado da União não fazem jus à mesma vantagem, por ter sido expressamente incorporada aos vencimentos da Lei nº 7.923/89.

Referido Parecer foi tornado sem efeito pelo Despacho do Advogado-Geral da União, no Processo nº 401.000088/93, publicado no D.O.U. de 13 de maio de 1993, p. 6370. Antes disso, pela aplicação do Parecer nº 512/92-DRH-SAF, os Assistentes Jurídicos (e, em corolário, os Procuradores Autárquicos) voltaram a receber a representação mensal em tela. Com base nesse Parecer a ANAJUR - Associação Nacional dos Assistentes Jurídicos, propôs Ação Cautelar Inanimada com pedido de concessão de liminar, que foi, parcialmente, deferida pela MM. Juíza da 4ª Vara Federal.

Assim, em virtude do mencionado Parecer nº 512/92-DRH-SAF e de liminar concedida pela Justiça, Assistentes Jurídicos, Procuradores Autárquicos, Procuradores da Fazenda Nacional e demais integrantes da Advocacia Consultoria da União, vêm recebendo o adicional de representação, desde o ano de 1993. E, frise-se, continuam a percebê-lo. Houve, conseqüentemente, previsão orçamentária. Se o percebem, não se trata de restabelecer, de criar, mas de assegurar a percepção. E isto deve ser feito para dirimir, de vez, qualquer dúvida.

Quanto aos Advogados da União, a eles deve ser, pelo princípio da isonomia estendida a vantagem. A falta de previsão orçamentária não constitui óbice, uma vez que os cargos não estão preenchidos e nem mesmo foi realizado qualquer concurso.

*[Assinaturas]*

NF-00671

00024

27/10/94

Medida Provisória Nº 671

NÉLSON TRAD

1 ☐ SUPLENTE 2 ☐ SUBSTITUTO 3 ☐ MODIFICADO 4 ☒ ANEXO 9 ☐ CONSTITUCIONAL

1/3

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, de 21 de Outubro de 1994.

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

EDITE-SE, ONDE COUBER, OS SEQUINTES ARTIGOS E PARÁGRAFOS:

\* Art. -As Procuradorias e Departamentos Jurídicos das Autarquias, inclusive aquelas em regime especial, e das Fundações Públicas Federais, são Órgãos Vinculados da Advocacia-Geral da União, cujos cargos de procurador autárquico, procurador, advogado e assistente jurídico passam ter a denominação única de procurador.

Parágrafo Único - Os servidores alcançados pelo disposto no caput deste artigo continuarão percebendo os vencimentos e vantagens a que fizerem jus na data da vigência desta lei, observado o disposto no artigo 64 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

\* Art. -A representação judicial e extrajudicial, bem como as atividades de consultoria e assessoramento jurídico de autarquia e fundação pública federal, são decorrentes de investidura no cargo efetivo de procurador.

\* Art. -Aplicam-se às Autarquias e Fundações Públicas Federais os mesmos prazos e prerrogativas deferidos à defesa dos interesses da União, sem prejuízo do que estabelece o parágrafo único do artigo 67 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

\* Art. -Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União e dos seus Órgãos Vinculados, titulares de cargos privativos de Bacharel em Direito, são regidos pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e gozam das prerrogativas de lei nº 2.123, de 1º de dezembro de 1993.

\* Art. -Os Órgãos Vinculados da Advocacia-Geral da União, de acordo com a disponibilidade de seus quadros jurídicos, poderão prestar auxílio mútuo na defesa dos interesses das Autarquias e Fundações Públicas Federais.

§ 1º - O Auxílio mútuo compreende, também, a representação judicial.

§ 2º - O credenciamento para os fins deste artigo consistirá em cópia do pedido de auxílio contendo a atestação do solicitante e designação de procurador para acompanhar o caso.

## JUSTIFICACÃO

O art. 131 da Constituição é claro, ao definir a Advocacia-Geral da União como instituição que, diretamente ou através de Órgão Vinculado, representa a União judicial ou extrajudicialmente.

01. A Lei Complementar nº 73/93, por sua vez, no § 3º do art. 2º, estabelece que esses Órgãos Vinculados são as Procuradoria e Departamentos Jurídicos das Autarquias e Fundações Públicas Federais. Num total de 114, esses Órgãos são responsáveis por cerca de 80% (oitenta por cento) das causas de interesse da União.

Os seus quadros jurídicos compõem-se de 2.895 advogados, encarregados de milhares de ações judiciais nas áreas trabalhistas, de contribuição social, de patrimônio e desapropriação, de seguros, de valores mobiliários, de abastecimento e preços, de ensino e patrimônio cultural, de assistência médica, do meio ambiente e outras.

02. As emendas apresentadas visam a regularizar, em caráter de urgência, a participação dos Órgãos Vinculados no contexto da defesa dos interesses da União, a começar pela denominação única para os atuais ocupantes dos cargos de procurador autárquico, procurador, advogado e assistente jurídico, todos com atribuições semelhantes. Essa multiplicidade de denominações não tem mais sentido no âmbito da nova instituição nem da Administração Federal.



Já a garantia de percepção das atuais vantagens visa a reforçar o que dispõe o art. 64 da Lei Complementar, não representando, assim, aumento de despesa.

03. As emendas seguintes tendem a corrigir distorções na situação dos Órgãos Vinculados, como a questão dos prazos e prerrogativas de defesa das Autarquias e Fundações, que devem ser os mesmos da União, já que envolvem, invariavelmente, a Fazenda Pública, como já é conhecido pelos Tribunais Superiores. Também, a possibilidade, face a defasagem de quadros jurídicos, de os Órgãos Vinculados socorrerem-se mutuamente, na defesa de seus interesses o que reforça o princípio de colaboração na área jurídica do governo, consagrado na Lei Complementar nº 73/93.

04. Finalmente, a observação de que os representantes jurídicos da União, designados na forma da Lei, não dispõem de qualquer prerrogativa deferida ao exercício desta função, que era, por força da Lei nº 2.123/53, exclusiva dos Procuradores da República e dos Procuradores Autárquicos Federais. Com o advento da Advocacia-Geral da União, garante-se o exercício das suas atividades, preservando-os de constrangimento e dotando-os dos meios que lhes possibilitem maior mobilidade no desenvolvimento das suas ações, objetivando a defesa do Erário e das Instituições Públicas.

Plenário Ulysses Guimarães.

#### JUSTIFICACÃO

O art. 131 da Constituição é claro, ao definir a Advocacia-Geral da União como instituição que, diretamente ou através de Órgão Vinculado, representa a União judicial ou extrajudicialmente.

01. A Lei Complementar nº 73/93, por sua vez, nº § 3º do art. 2º, estabelece que esses Órgãos Vinculados são as Procuradorias e Departamentos Jurídicos das Autarquias e Fundações Públicas Federais. Num total de 114, esses Órgãos são responsáveis por cerca de 80% (oitenta por cento) das causas de interesse da União.

Os seus quadros jurídicos compõem-se de 2.895 advogados, encarregados de milhares de ações judiciais nas áreas trabalhistas, de contribuição social, de patrimônio e desapropriação, de seguros, de valores mobiliários, de abastecimento e preços, de ensino e patrimônio cultural, de assistência médica, do meio ambiente e outras.

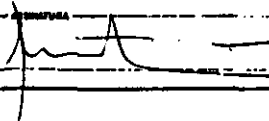
02. As emendas apresentadas visam a regularizar, em caráter de urgência, a participação dos Órgãos Vinculados no contexto da defesa dos interesses da União, a começar pela denominação única para os atuais ocupantes dos cargos de procurador autárquico, procurador, advogado e assistente jurídico, todos com atribuições semelhantes. Essa multiplicidade de denominações não tem mais sentido no âmbito da nova instituição nem da Administração Federal. Já a garantia de percepção das atuais vantagens visa a reforçar o que dispõe o art. 64 da Lei Complementar, não representando, assim, aumento de despesa.

03. As emendas seguintes tendem a corrigir distorções na situação dos Órgãos Vinculados, como a questão dos prazos e prerrogativas de defesa das Autarquias e Fundações, que devem ser os mesmos da União, já que envolvem, invariavelmente, a Fazenda Pública, como já é conhecido pelos Tribunais Superiores. Também, a possibilidade, face a defasagem de quadros jurídicos, de os Órgãos Vinculados socorrerem-se mutuamente, na defesa de seus interesses o que reforça o princípio de colaboração na área jurídica do governo, consagrado na Lei Complementar nº 73/93.

04. Finalmente, a observação de que os representantes jurídicos da União, designados na forma da Lei, não dispõem de qualquer prerrogativa deferida ao exercício desta função, que era, por força da Lei nº 2.123/53, exclusiva dos Procuradores da República e dos Procuradores Autárquicos Federais. Com o advento da Advocacia-Geral da União, garante-se o exercício das suas atividades, preservando-os de constrangimento e dotando-os dos meios que lhes possibilitem maior mobilidade no desenvolvimento das suas ações, objetivando a defesa do Erário e das Instituições Públicas.

Plenário Ulysses Guimarães,

Dep. NELSON TRAD  
Câmara dos Deputados  
Anexo IV - Gabinete 452  
70.160



HP00671

00025

1. DATA / /		2. PROPOSIÇÃO	
3. AUTOR		4. Nº PROPOSTA	
5. TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPLENTE 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GERAL			
6. ASSINATURA	7. ARTIGO	8. PARÁGRAFO	9. EMENDA

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 671, de 21 de Outubro de 1994.

#### APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ADITE-SE ONDE COUBER, O SEGUINTE ARTIGO E PARÁGRAFOS:

Art. - Aos membros da Advocacia-Geral da União e dos seus Órgãos Vinculados, previsto no artigo 2º, § 3º da Lei Complementar nº 73, de 10 fevereiro de 1993, é assegurada, a partir de 1º de setembro de 1992, a percepção da representação mensal de que trata o Decreto-lei nº 2.333, de 11 de junho de 1987.

§ 1º- É mantida a vantagem a que se refere este artigo aos ocupantes de cargos de especialistas privativos de Bacharel em Direito na Administração Federal direta e indireta.

§ 2º- A vantagem deste artigo em nenhuma hipótese será paga cumulativamente aos servidores que já a percebem por decisão administrativa ou judicial.

#### JUSTIFICAÇÃO

Os membros integrantes da Advocacia-Geral da União, quer o sejam de forma direta ou indireta, já percebem a representação mensal por força do Parecer Normativo nº 512/92 - SAF/PR, ratificado pelo parecer nº 220/92, da Consultoria Jurídica do então Ministério do Trabalho e Administração, desde 17 de setembro de 1992, não acarretando, assim nenhum aumento de despesas.

Plenário Ulysses Guimarães,

ASSINATURA

SENADOR AUREO MELLO

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1- ATA DA 150ª SESSÃO, EM 1º DE NOVEMBRO DE 1994

#### 1.1- ABERTURA

#### 1.2- EXPEDIENTE

#### 1.2.1- Ofícios do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafos dos seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 1994 (nº 153/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1994 (nº 92/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1994 (nº 398/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1994 (nº 397/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Executiva FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco.

Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1994 (nº 294/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Porto Real Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1994 (nº 337/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Televisão Brasil Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 1994 (nº 378/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio A Voz do Vale Parapanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cândido Mota, Estado de São Paulo.

Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1994 (nº 384/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 1994 (nº 391/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Alegrete Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1994 (nº 392/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Colinhalfin - Empresa de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 1994 (nº 379/93, na

Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Comunicadora FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.

#### 1.2.2 - Parecer

Referente à seguinte matéria:

Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1994 (nº 1.888-C, na Câmara dos Deputados), que regulamenta o parágrafo 3º do art. 226 da Constituição Federal.

#### 1.2.3 - Comunicações da Presidência

Abertura de prazo para tramitação e recebimento de emendas, pelo prazo de cinco dias, perante a Comissão de Educação para os Projetos de Decreto Legislativo nºs 73 a 81, lidos no Expediente da presente sessão.

Abertura de prazo de cinco sessões ordinárias, para recebimento de emendas para o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1994 (nº 1.888/91, na Casa de origem), lido no Expediente da presente sessão.

#### 1.2.4 - Requerimentos

- Nº 806, de 1994, de autoria do Senador Mauro Benevides, referente à sua ausência do País no período de 1º a 14 de novembro do corrente ano, para integrar a Delegação do Brasil à 49ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, na qualidade de Observador Parlamentar.

- Nº 807, de 1994, de autoria do Senador Moisés Abrão, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 4,7,10,11,13,14,17,20,21 e 24 de outubro do corrente ano. Votação adiada por falta de quorum.

- Nº 808, de 1994, de autoria do Senador Moisés Abrão, solicitando a retirada do Requerimento nº 703, de 1994, de sua autoria. Deferido.

- Nº 809, de 1994, de autoria do Senador João Calmon, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1993, seja ouvida, também, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

#### 1.2.5 - Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 317, de 1994 (nº 916/94, na origem), de 27 do corrente, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, comunicando a cessão de 14 observadores eleitorais às Nações Unidas, para colaborar nos trabalhos de supervisão das eleições gerais a serem realizadas em Moçambique.

Recebimento do Ofício nº 1.249/94, de 27 do corrente, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que aquela Corte deferiu, em parte, por unanimidade, o Mandado de Injunção nº 439-1/400, para reconhecer a persistência do estado de mora do Congresso Nacional, quanto à obrigação de legislar imposta pelo art. 8º, parágrafo 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 1988.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 673, de 25 de outubro de 1994, que altera dispositivos dos arts. 9º e 10 da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 674, de 25 de outubro de 1994, que dispõe sobre a instituição de crédito fiscal, mediante ressarcimento do valor de contribuições sociais (PIS/PASEP e CONFINS) nos casos que específica, e dá outras providências, designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

Edição pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 675, de 26 de outubro de 1994, que autoriza o Poder Executivo a contratar com a Itaipu pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira, denominados "Brazil Investment Bond - BIB", em valor correspondente a até US\$ 92.800.000,00 (noventa e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América); designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

#### 1.2.6 – Discursos do Expediente

**SENADOR MAURO BENEVIDES** – Convênio firmado ontem, pelo Presidente Itamar Franco e pelo Governador Nilo Batista, com vista ao combate da criminalidade no Estado do Rio de Janeiro. Necessidade de maiores esclarecimentos, por parte do Governo Federal, sobre o referido acordo, dada a gravidade da referida decisão.

**SENADOR ODACIR SOARES**, como Líder – Denunciando as crescentes ameaças de morte e as razões dos atentados aos opo-

sitores do atual Governo de Rondônia.

**SR. PRESIDENTE** – Adoção de providências cabíveis em face dos fatos relatados pelo Sr. Odacir Soares em seu discurso.

**SENADOR PEDRO SIMON** – Esclarecimentos sobre o convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro para o combate à violência. Defesa da expedição de Medida Provisória, conforme proposta encaminhada por S.Ex<sup>a</sup> ao Senhor Presidente Itamar Franco, instituindo a Ouvidoria-Geral da República.

#### 1.2.7 – Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão; nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

#### 1.2.8 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 806/94, lido no Expediente da presente sessão. **Votação adiada** por falta de quorum, após parecer da comissão competente.

#### 1.2.9 – Dignação da Ordem do Dia da próxima sessão.

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

#### 2 – MESA DIRETORA

#### 3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## Ata da 150ª Sessão, em 1º de novembro de 1994

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

#### Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Jaques Silva

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Afonso Camargo – Aluizio Bezerra – Amir Lando – Carlos Patrocínio – Chagas Rodrigues – Gilberto Miranda – Hugo Napoleão – Irapuan Costa Júnior – Jacques Silva – João Calmon – José Eduardo – José Paulo Bisol – Magno Bacelar – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Moisés Abrão – Odacir Soares – Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

#### EXPEDIENTE

#### OFÍCIOS

#### DO SR. 1º SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:*

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 1994 (Nº 153/91, na Casa de origem)

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 482. ....  
Parágrafo único. Após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência da falta grave, decai o direito de o empregador despedir o empregado por justa causa."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

#### Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

#### TÍTULO IV

#### Do Contrato Individual do Trabalho

#### CAPÍTULO V Da Rescisão

Art. 482. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- ato de improbidade;
- incontinência de conduta ou mau procedimento;
- negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- desídia no desempenho das respectivas funções;
- embriaguez habitual ou em serviço;

g) violação de segredo da empresa;  
h) ato de indisciplina ou de insubordinação;  
i) abandono de emprego;  
j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;  
k) ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;  
l) prática constante de jogos de azar.  
Parágrafo único. Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 135, DE 1994**  
(Nº 92/91, na Casa de origem)

**Dá nova redação ao § 1º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 651. ....

§ 1º Quando for parte no dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Junta em que a empresa tenha agência ou filial e esta o empregado esteja subordinado e, na sua falta, será competente a Junta da localização em que o empregado tenha domicílio ou a localidade mais próxima."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**

**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**

**TÍTULO VIII**

**Da Justiça do Trabalho**

**CAPÍTULO II**

**Das Juntas de Conciliação e Julgamento**

**SEÇÃO III**

**Da Jurisdição e Competência das Juntas**

Art. 651. A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviço ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.

§ 1º Quando for parte no dissídio agente ou viajante, é competente a Junta da localidade onde o empregador tiver o seu domicílio, salvo se o empregado estiver imediatamente subordinado a agência, ou filial, caso em que será competente a Junta em cuja jurisdição estiver situada a mesma agência ou filial.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 1994**  
(Nº 398/94, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Salvador, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 9 de julho de 1993, que renova, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S.A. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Esta decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 462, DE 1993**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal submeto à apreciação de Vossas Excelências o ato constante do Decreto de 9 de julho de 1993, que "Renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia".

Brasília, 27 de julho de 1993. – Itamar Franco.

**DECRETO Nº , DE 9 DE JULHO DE 1993**

**Renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50 640 000 062/93, decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1993, a concessão deferida à Rádio Sociedade da Bahia S.A., pelo Decreto nº 1.290, de 23 de dezembro de 1936, cujo prazo foi prorrogado pelo Decreto nº 29.136, de 15 de janeiro de 1951, sendo o prazo residual da outorga mantido pelo Decreto sem número de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de julho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

(À Comissão de Educação.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 1994**  
(Nº 397/94, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Executiva FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão**

**sonora em frequência modulada na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 124, de 13 de março de 1990, que outorga permissão à Executiva FM Ltda.; para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco.

Brasília, 7 agosto de 1992. — **Fernando Collor.**

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 474, DE 1992

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do hoje extinto Ministério das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 124, de 13 de março de 1990, que outorga permissão à Executiva FM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco.

Brasília, 7 de agosto de 1993. — **Fernando Collor.**

E.M. Nº 188/90-GM

Em 14 de março de 1990

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinei a publicação do Edital nº 52/89, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco.

2. No prazo estabelecido pela lei, acorreram as seguintes entidades:

Executiva FM Ltda. e

Rádio Asa Branca de Salgueiro Ltda.

3. Submetido o assunto ao exame dos órgãos competentes deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que, sob os aspectos técnico e jurídico, as entidades proponentes satisfizeram às exigências do Edital e aos requisitos da legislação específica de radiodifusão.

4. Nessas condições, à vista das entidades que se habilitaram (quadro anexo) à execução do serviço objeto do edital, tenho a honra de encaminhar o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, encarecendo se digne de enviar ao Congresso Nacional a anexa portaria de permissão. O ato de outorga somente virá a produzir seus efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do art. 223, da Constituição.

Renovo a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito.

(À Comissão de Educação.)

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 1994 (Nº 294/93, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Porto Real Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 53, de 22 de junho de 1992, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 11 de janeiro de 1989, a permissão outorgada à Rádio Difusora

Porto Real Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 320, DE 1992

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 1º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 53, de 22 de junho de 1992, que renova a permissão da Rádio Difusora Porto Sal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 23 de julho de 1992. — **Itamar Franco.**

Exposição de Motivos nº 013/92-SNC, de 22 de junho de 1992, do Senhor Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 53, de 22 de junho de 1992, pela qual renovei a permissão da Rádio Difusora Porto Real Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o devidamente instruído, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223, da Constituição o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, a quem encareço se digne Vossa Excelência de encaminhar a anexa portaria, acompanhada do processo administrativo que lhe deu origem.

Respeitosamente, — **Afonso Alves de Camargo Netto**, Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações.

#### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES

##### PORTARIA Nº 53, DE 22 DE JUNHO DE 1992

O Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 6º, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29101.000044/89, resolve:

I — Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por 10 (dez) anos, a partir de 11 de janeiro de 1989, a permissão outorgada à Rádio Difusora Porto Real Ltda. pela Portaria nº 22, de 5 de janeiro de 1979, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Resende, estado do Rio de Janeiro.

II — A execução do serviço, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

III — Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

IV — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

À Comissão de Educação

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 1994 (Nº 337/93, na Câmara das Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Televisão Brasil Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão).**

**são) na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 30 de julho de 1992, que renova a concessão outorgada à Rádio Televisão Brasil Oeste Ltda. para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 2 de junho de 1990, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 410, DE 1992**

Senhores membros do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, o ato constante do Decreto que "Renova a concessão outorgada à Rádio Televisão Brasil Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso".

Brasília, 30 de julho de 1992 – **Fernando Collor**.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 112/92, DE 9 DE JULHO DE 1992 DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto de renovação do prazo de vigência da concessão outorgada à Rádio Televisão Brasil Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

2. O pedido de renovação encontra-se devidamente instruído de acordo com a legislação em vigor e a estação está funcionando dentro das características técnicas a ela atribuídas por este Ministério.

3. Nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberações do Congresso Nacional, a quem deverá ser remetido o processo administrativo pertinente, que a esta acompanha.

4. Estas, Senhor Presidente, as minhas considerações a respeito do mencionado projeto de decreto, que submeto à elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente, – **Afonso Alves de Camargo Netto**, Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações.

**DECRETO DE 30 DE JULHO DE 1992**

**Renova a concessão outorgada à Rádio Televisão Brasil Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, da Constituição, e nos termos do art. 6º inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29.118-000028/90,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por 15 (quinze) anos, a partir de 2 de junho de 1990, a concessão outorgada a Rádio Televisão Brasil Oeste Ltda. cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto sem número de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e ima-

gens (televisão), na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de julho de 1992, 171º da Independência e 104º da República. – **Fernando Collor**.

(À Comissão de Educação)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 1994 (Nº 378/93, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio A Voz do Vale Paranapanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cândido Mota, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 69, de 7 de março de 1990, que outorga permissão à Rádio A Voz do Vale Paranapanema Ltda. para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cândido Mota, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação. – **Inocêncio Oliveira**, Presidente.

**MENSAGEM Nº 227, DE 1990**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes das Portarias nºs 265, de 27 de dezembro de 1989 e 69, de 7 de março de 1990, publicados no *Diário Oficial da União* do dia 29 de dezembro de 1989, e 8 de março de 1990, respectivamente, que "outorgam permissão, o primeiro, à Difusora Stéreo Cândido Mota Ltda., e o segundo à Rádio A Voz do Vale Paranapanema Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cândido Mota, Estado de São Paulo".

Brasília, 13 de março de 1990. – **José Sarney**.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 125/90, DE 9 MARÇO DE 1990, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinei a publicação do Edital nº 29/89, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cândido Mota, Estado de São Paulo.

2. No prazo estabelecido pela lei, acorreram as seguintes entidades:

Difusora Stéreo Cândido Mota Ltda.,  
Rádio Brasil de São Paulo Ltda.,  
Spazio Rádio Ltda.,  
Rádio a Voz do Vale Paranapanema Ltda.,  
Pípolo Comunicações Ltda.,

Rádio Paranda Ltda. e

SCS – Comércio de Componentes e Serviços de Comunicação Social Ltda.

3. Submetido o assunto ao exame dos órgãos competentes deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que, sob os aspectos técnico e jurídico, as entidades proponentes satisfizeram às exigências do Edital e aos requisitos da legislação específica de radiodifusão, exceto a SCS – Comércio de Componentes e Serviços de Comunicação Social Ltda, que, apesar de notificada através do Ofício nº 1.259/SP04J, a suprir faltas e incorreções em sua proposta, não se manifestou sobre as exigências que foram formuladas.

4. Assim, das entidades que se apresentaram, só foram consideradas formalmente habilitadas as empresas Difusora Stéreo Cândido Mota Ltda., Rádio Brasil de São Paulo Ltda., Spazio Rádio Ltda., Rádio A Voz do Vale Paranapanema Ltda., Pípolo Comunicações Ltda., e Rádio Paranda Ltda.

5. Nessas condições, à vista das entidades que se habilitaram (quadro anexo) à execução do serviço objeto do edital, tenho a honra de encaminhar o assunto à eleva consideração de Vossa Excelência, encarecendo se digne de enviar ao Congresso Nacional as anexas portarias de permissão, as quais estão consubstanciadas no subitem 10.5 das Condições do Edital.

6. Esclareço que, o subitem 10.5 das Condições do Edital, faculta ao Ministro de Estado das Comunicações, verificada a conveniência e, havendo possibilidade técnica, outorgar permissão a mais de uma proponente dentre as que atenderam às suas condições. os atos de outorga somente virão a produzir seus efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do § 3º do art. 223, da Constituição.

Renovo a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito. – **Antônio Carlos Magalhães.**

#### PORTARIA Nº 265, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1989

O Ministro de Estado das Comunicações, usando das atribuições que lhe conferem o art. 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.002690/89, (Edital nº 29/89), resolve:

I – Outorgar permissão à Difusora Stéreo Cândido Mota Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cândido Mota, Estado de São Paulo.

II – A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

III – Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição.

IV – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Antônio Carlos Magalhães.**

#### PORTARIA Nº 69, DE 7 DE MARÇO DE 1990

O Ministro de Estado das Comunicações, usando das atribuições que lhe conferem o art. 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.006427/89, (Edital nº 29/89), resolve:

I – Outorgar permissão à Rádio A Voz do Vale Paranapanema Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cândido Mota, Estado de São Paulo.

II – A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

III – Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição.

IV – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Antônio Carlos Magalhães.**

(À Comissão de Educação.)

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 1994 (Nº 384/94, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 123, de 13 de março de 1990, que outorga permissão à Rádio Sucesso Ltda. para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 473, DE 1992

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 1º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do hoje extinto Ministério das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 123, de 13 de março de 1990, que outorga permissão à Rádio Sucesso Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 7 de agosto de 1992. – **F. Collor.**

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 187/90-GM, DE 14 DE MARÇO DE 1990 DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinei a publicação do Edital nº 226/88, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

2. No prazo estabelecido pela lei, acorreram as seguintes entidades:

Rádio Regente FM Ltda.  
Rádio Encantado FM Ltda.  
Kopitke E Blos Ltda., Emissoras Reunidas Ltda.  
Radiodifusão Quero-Quero Ltda.  
Rede Litoral de Emissoras Ltda.  
Rádio Vale FM Ltda.  
Rádio Porto Alegre FM Ltda.  
Rádio Sigma Ltda.  
Rádio Sucesso Ltda. e  
Rádio Cinderela S.A.

3. Submetido o assunto ao exame dos órgãos competentes deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que, sob os aspectos técnico e jurídico, as entidades proponentes satisfizeram às exigências do Edital e aos requisitos da legislação específica de ra-



diodifusão, exceto a Rádio Cinderela S.A. que não atendeu ao item 7.2.2. das Condições do Edital, referente à apresentação de prova de depósito em banco ou outra instituição financeira de no mínimo, 50% do valor correspondente ao capital exigido para o novo empreendimento. Além disto, a entidade deixou de apresentar as declarações, exigidas pelo artigo 14, item 4 do Decreto nº 91.837, assinados pelos novos diretores em exercício, bem como atualização do Anexo V – Quadro Complementar, de acordo com o quadro diretivo autorizado à data da protocolização da proposta.

4. Assim, das entidades que se apresentaram só, foram consideradas formalmente habilitadas as empresas Rádio Regente FM Ltda., Rádio Encantado FM Ltda., Kopittke e Blos Ltda., Emisoras Reunidas Ltda., Radiodifusão Quero-Quero Ltda., Rede Litoral de Emissoras Ltda., Rádio Vale FM Ltda., Rádio Porto Alegre FM Ltda., Rádio Sigma Ltda., e Rádio Sucesso Ltda.

5. Nessas condições, à vista das entidades que se habilitaram (quadro anexo) à execução do serviço objeto do edital, tenho a honra de encaminhar o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, encarecendo se digne de enviar ao Congresso nacional a anexa portaria de permissão. O ato de outorga somente virá a produzir seus efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do § 3º do artigo 223, da Constituição.

Renovo a Vossa Excelência meus protestos do mais profundo respeito.

#### PORTARIA Nº 123, DE 13 DE MARÇO DE 1990

O Ministro de Estado das Comunicações, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que conta do Processo MC nº 29000.005639/88, (Edital nº 226/88), resolve:

I – Outorgar permissão à Rádio Sucesso Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

II – A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorga em sua proposta.

III – Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do artigo 223, § 3º da Constituição.

IV – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

– Antonio Carlos Magalhães.

(À Comissão de Educação.)

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 79, DE 1994 (Nº 391/94, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Alegrete Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 56, de 22 de junho de 1992, que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Alegrete Ltda. para explorar pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 24 de dezembro de 1989, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 323, DE 1992

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com § 1º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 56, de 22 de junho de 1992, que renova a permissão da Rádio Cultura de Alegrete Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 23 de julho de 1992. – Itamar Franco.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 16/92-SNC, DE 22 DE JUNHO DE 1992, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 56, de 22 de junho de 1992, pela qual renovei a permissão da Rádio Cultura de Alegrete Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o devidamente instruído, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

Aviso nº 826 – AL/SG.

3. Esclareço que nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, a quem encareço se digne Vossa Excelência de encaminhar a anexa portaria, acompanhada do processo administrativo que lhe deu origem.

Respeitosamente,– Affonso de Camargo Netto, Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações.

#### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES

#### PORTARIA Nº 56, DE 22 DE JUNHO DE 1992

O Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 6º, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29.102-001802/89, resolve:

I – Renovar, de acordo com art. 33, § 3º, Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por 10 (dez) anos, a partir de 24 de dezembro de 1989, a permissão outorgada à Rádio Cultura de Alegrete Ltda. pela Portaria nº 896, de 17 de dezembro de 1979, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

II – A execução do serviço, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

III – Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

IV – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Affonso Alves Camargo Netto.

(À Comissão de Educação)

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 80, DE 1994 (Nº 392/94, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a permissão da Colinhafin – Empresa de Rádio Difusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 84, de 22 de junho de 1992, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 22 de maio de 1991, a permissão outorgada à Rádio Colon Ltda., posteriormente transferida à Colinhalfin – Empresa de Rádio Difusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 340, DE 1992

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 84, de 22 de junho de 1992, que renova a permissão da Colinhalfin – Empresa de Rádio Difusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Brasília, 23 de julho de 1992 – Itamar Franco.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 44/92-SNC DE 22 DE JUNHO DE 1992 DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 84, de 22 de junho de 1992, pela qual renovei a permissão da Colinhalfin – Empresa de Rádio Difusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o devidamente instruído, o que levou a deferir a requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, a quem encareço se digne Vossa Excelência de encaminhar a anexa portaria, acompanhada do processo administrativo que lhe deu origem.

Respeitosamente – Affonso Alves de Camargo Netto, Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações.

#### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES

##### PORTARIA Nº 84, DE 22 DE JUNHO DE 1992

O Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 6º, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29106.000676/90, resolve:

I – renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por 10 (dez) anos, a partir de 22 de maio de 1991, a permissão outorgada à Rádio Colon Ltda. pela Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, posteriormente transferida à Colinhalfin – Empresa de Rádio Difusão Ltda. para explorar sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina;

II – a execução do serviço, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos;

III – este ato somente produzirá efeitos legais deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição;

IV – esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Affonso Alves de Camargo Netto.

(À Comissão de Educação)

#### Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 1994

(Nº 379/93, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Comunicadora FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria, nº 88, de 22 de junho de 1992, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 16 de março de 1989, a permissão outorgada à Rádio Comunicadora FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 295, DE 1992

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 1º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 88 de 22 de junho de 1992, que renova a permissão da RÁDIO COMUNICADORA FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 21 de julho de 1992

Itamar Franco

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 88, de 22 de junho de 1992, pela qual renovei a permissão da RÁDIO COMUNICADORA FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o devidamente instruído, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, a quem encareço se digne Vossa Excelência de encaminhar a anexa portaria, acompanhada do processo administrativo que lhe deu origem.

Respeitosamente,

AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO  
Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações

#### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES

Portaria nº 88, de 22 de junho de 1992

O Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 6º, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29106.000676/90, resolve:

I – Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por 10 (dez) anos, a partir de 16 de março de 1989, a permissão outorgada à RÁDIO COMUNICADORA FM LTDA., pela Portaria nº 266, de 16 de março de 1979, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

II – A execução do serviço, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

III – Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

IV – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO  
(À Comissão de Educação.)

**PARECER**

**PARECER Nº 225, DE 1994**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o PLC nº 084, de 1994 (Projeto de Lei 1.888-C, na Câmara dos Deputados), que regulamenta o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.**

Relator: Senador Wilson Martins

**I – Relatório**

A nobre Deputada Beth Azize apresentou, em 19 de setembro de 1991, Projeto de Lei regulamentando o § 3º do art. 226 da Constituição Federal, o qual estabelece:

Art. 226. ....

§ 3º Para efeito da proteção do estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Seus 12 artigos originais foram alterados em função de exaustivos debates e estudos conduzidos pelo nobre Deputado Edésio Passos, posteriormente modificados, em sessão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados, em função de proposta apresentada pelo nobre Deputado Nilson Gibson.

Os diversos textos apresentados à Câmara dos Deputados, de formas diferenciadas, procuram regulamentar apropriadamente o texto constitucional, que transforma em instituto jurídico a união estável entre homem e mulher, reconhecendo mudanças operadas no seio da sociedade brasileira notadamente relativos aos costumes, mas procurando preservar a família como instituição basilar de nossa constituição societária.

O espírito da Lei Maior é o de "facilitar sua conversão em casamento", isto é, garantir à união estável entre homem e mulher os mecanismos de proteção à família instituídos no novo ordenamento jurídico nacional.

Neste sentido, cabe ao legislador ordinário seguir estritamente o preceito constitucional, dando forma à Lei de maneira a preservar o espírito da Constituição, garantindo direitos e o cumprimento de deveres, ao mesmo tempo em que institui mecanismos jurídicos para o pleno exercício desses mesmos direitos e deveres, com vista à preservação da integridade familiar e à proteção de seus membros.

A divergência entre as diferentes redações apresentadas na Câmara dos Deputados, com respeito ao art. 1º, estabelece-se primordialmente em função de conceitos jurídicos que precisam ser melhor adequados à realidade vigente, por isso, a fórmula sugerida pelo ilustre Deputado Edésio Passos, substituindo a expressão "considera-se união estável o concubinato *more uxorio*, público, contínuo e duradouro" pela expressão "união estável é a convivência não adulterina nem incestuosa, duradoura, pública e contínua", pode apresentar-se como inovação adequada para o alargamento do instituto do casamento, tal qual pretende a Constituição.

Outra divergência encontrada, nos textos referenciados anteriormente, diz respeito ao local onde deve ser registrado o contrato de casamento. Enquanto a fórmula apresentada pelo nobre Deputado Edésio Passos procura facilitar a convergência de contratos, localizando-os em mesmo Cartório, a proposta do nobre Deputado Nilson Gibson opta por determinar sua averbação em mesmo local onde são realizados os registros civis, tendo em vista, como afirma o ilustre parlamentar, que os registros de imóveis são averbados em função da localização do imóvel.

Dois outros instrumentos de proteção, encontrados no texto

apresentado pelo nobre Deputado Edésio Passos, foram suprimidos na redação final, são eles, a prerrogativa do sobrevivente em habilitar na residência destinada à família, após a morte de um deles, e que toda matéria relativa à união estável seja de competência das Varas de Família.

**II – Parecer**

Examinando cuidadosamente todos os documentos relativos à tramitação do Projeto de Lei em tela, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade do projeto em sua redação final, apresentando, não obstante isto, Substitutivo com o objetivo de recuperar mecanismos jurídicos de proteção e preservar a observância do preceito constitucional.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 084  
(SUBSTITUTIVO), DE 1994**

**Regulamenta o § 3º do art. 226 da Constituição Federal**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É reconhecida como entidade familiar a convivência não adulterina nem incestuosa, pública e contínua, de um homem e de uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família.

Art. 2º São direitos e deveres iguais dos conviventes:

I – respeito e consideração mútuos;

II – assistência moral e material recíproca;

III – guarda, sustendo e educação dos filhos comuns.

Art. 3º Os conviventes poderão, por meio de contrato escrito, regular seus direitos e deveres, observados os preceitos desta lei, as normas de ordem pública atinentes ao casamento, os bons costumes e os princípios gerais de direito.

Art. 4º Para valer contra terceiros, o contrato referido no artigo anterior deverá ser averbado no competente Cartório de Registro de Imóveis onde estiverem registrados imóveis pertencentes a um ou outro dos conviventes.

Art. 5º Os bens móveis e imóveis adquiridos por um ou por ambos os conviventes, na constância da união estável e a título oneroso, são considerados fruto do trabalho e da colaboração comum, passando a pertencer a ambos, em condomínio e em partes iguais, salvo estipulação contratual contrária em escrito.

§ 1º Cessa a presunção do caput deste artigo se a aquisição patrimonial ocorrer com o produto de bens adquiridos anteriormente ao início da união.

§ 2º A administração do patrimônio comum dos conviventes compete a ambos, salvo estipulação contrária em contrato escrito.

Art. 6º A união estável dissolver-se-á por vontade das partes, morte de um dos conviventes, rescisão ou denúncia do contrato por um dos conviventes.

§ 1º Pela vontade das partes os conviventes põem termo à união estável, amigavelmente e por escrito, valendo entre os mesmos o que for estipulado no acordo, desde que não contrarie o estatuído nesta lei.

§ 2º Havendo contrato escrito e averbado em cartório, qualquer dos conviventes deverá requerer a averbação do acordo de dissolução da união estável.

§ 3º Ocorre a rescisão quando houver ruptura da união estável por quebra dos deveres constantes desta lei e do contrato escrito, se existente.

§ 4º A separação de fato dos conviventes implica denúncia do contrato, escrito ou verbal.

Art. 7º Dissolvida a união estável por rescisão, a assistência material prevista nesta lei será prestada pelos conviventes ao que

dela necessitar, a título de alimentos.

Parágrafo único. Dissolvida a união estável por morte de um dos conviventes, o sobrevivente terá direito real de habitação, enquanto viver ou não constituir nova união ou casamento, relativamente ao imóvel destinado à residência da família.

Art. 8º Os conviventes poderão, de comum acordo e a qualquer tempo, requerer a conversão da união estável em casamento, por requerimento ao Oficial do Registro Civil da Circunscrição de seu domicílio.

Art. 9º Toda a matéria relativa à união estável é de competência do juízo das Varas de Família, assegurado o segredo de justiça.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 1994.-

**Magno Bacelar, Presidente – Wilson Martins, Relator – Josaphat Marinho – Pedro Simon – Francisco Rollemberg – Mansueto de Lavor – Jacques Silva – João Rocha – Cid Sabóia – Alfredo Campos – Marluce Pinto – Juthay Magalhães – Hydekel Freitas.**

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) –** O Expediente lido vai à publicação.

Os Projetos de Decreto Legislativo nº 73 a 81, de 1994, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de 45 dias, nos termos dos artigos 223, § 1º, e 64, § 1º, da Constituição, combinados com o art. 375 do Regimento Interno.

De acordo com o art. 122, II, b, do Regimento Interno, as matérias poderão receber emendas pelo prazo de 5 dias perante a Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) –** Foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que conclui favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1994 (nº 1.888/91, na Casa de origem), que regulamenta o § 3º do art. 226 da Constituição federal.

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 806, DE 1994

Tendo sido designado pelo Senhor Presidente da República para, na qualidade de Observador Parlamentar, integrar a Delegação do Brasil à 49ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, solicito autorização do Senado para aceitar a referida missão, nos termos dos arts. 55, III, da Constituição e 40, § 1º, alínea a, do Regimento Interno. Esclareço que devo estar ausente do País no período de 1º a 14 de novembro.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 1994. – Senador Mauro Benevides.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) –** O requerimento lido será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser apreciado após a Ordem do Dia, nos termos do § 3º do art. 40 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 807, DE 1994

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 13, parágrafo 1º, de Regimento Interno

do Senado Federal, requiero que sejam considerados como licença autorizada os dias 4, 7, 10, 11, 13, 14, 17, 20, 21 e 24 de outubro do corrente ano, quando estive afastado dos trabalhos da Casa, a fim de atender compromissos políticos partidários no meu Estado.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 1994. – Senador Moisés Abrão.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) –** A votação do requerimento fica adiada por falta de quorum.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 808, DE 1994

Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requiero a retirada do Requerimento nº 703, de 1994, de minha autoria, que requer informações sobre propostas de operação de crédito, constantes das Mensagens nºs 290 e 291, de 1994, encaminhadas ao Senado Federal pelo Senhor Presidente da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 1994. – Senador Moisés Abrão.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) –** O requerimento lido é deferido pela Presidência.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 809, DE 1994.

Nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno, requiero que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1993, que acrescenta artigo à Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que "Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências", seja ouvida, também, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para opinar conforme o art. 103 VIII, do Regimento Interno.

Brasília, 1º de novembro de 1994. – João Calmon.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) –** Na forma regimental, o requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) –** A Presidência recebeu a Mensagem nº 317, de 1994 (nº 916/94, na origem), de 27 do corrente, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro do Estado das Relações Exteriores, comunicando a cessão de 14 observadores eleitorais às Nações Unidas, para colaborar nos trabalhos de supervisão das eleições gerais a serem realizadas em Moçambique.

O expediente será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) –** A Presidência recebeu do Presidente do Supremo Tribunal Federal o Ofício nº 1.249/94, de 27 do corrente, comunicando que aquela Corte deferiu, em parte, por unanimidade, o Mandado de Injunção nº 439-1/400, para reconhecer a persistência do estado de mora do Congresso Nacional, quanto à obrigação de legislar imposta pelo art. 8º, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 1988.

O expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos para conhecimento e providências que julgar cabíveis.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) –** O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória Nº 673, de 25 de outubro de 1994, que altera dispositivos dos arts. 9º e 10 da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES**

Titulares	Suplentes
<b>PMDB</b>	
1. Amir Lando	1. Aulísio Bezerra
2. Coutinho Jorge	2. Márcio Lacerda
<b>PFL</b>	
3. João Rocha	3. Aírton Oliveira
<b>PPR</b>	
4. Levy Dias	4. Carlos De'Carli
<b>PSDB</b>	
5. Jutahy Magalhães	5. Joaquim Beato
<b>PTB</b>	
6. Marluce Pinto	6. José Eduardo
<b>PT</b>	
7. Eduardo Suplicy	

**DEPUTADOS**

Titulares	Suplentes
<b>BLOCO</b>	
1. José Múcio Monteiro	1. Waldir Guerra
<b>PMDB</b>	
2. Gonzaga Mota	2. Aloísio Vasconcelos
<b>PPR</b>	
3. João Tota	3. Vitorio Malta
<b>PSDB</b>	
4. José Abrão	4. Adroaldo Streck
<b>PP</b>	
5. Francisco Silva	5. Carlos Camurça
<b>PDT</b>	
6. Carlos Cardinal	6. José Carlos Coutinho
<b>PPS</b>	
7. Augusto Carvalho	7. Roberto Freire

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 1º/11/94 – designação da comissão mista;  
Dia 3/11/94 – instalação da comissão mista;  
Até 31/10/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;  
Até 9/11/94 – prazo final da comissão mista;  
Até 24/11/94 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lúgas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 674, de 25

de outubro de 1994, que dispõe sobre a instituição de crédito fiscal, mediante ressarcimento do valor de contribuições sociais (PIS/PASEP e Cofins) nos casos que especifica, e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES**

Titulares	Suplentes
<b>PMDB</b>	
1. Alfredo Campos	1. Ronan Tito
2. Cid Saboia de Carvalho	2. César Dias
<b>PFL</b>	
3. Odacir Soares	3. Guilherme Palmeira
<b>PPR</b>	
4. Moisés Abrão	4. Hydekel Freitas
<b>PSDB</b>	
5. Joaquim Beato	5. Dirceu Carneiro
<b>PMN</b>	
6. Francisco Rollemberg	
<b>PRN</b>	
7. Aureo Mello	7. Ney Maranhão

**DEPUTADOS**

Titulares	Suplentes
<b>BLOCO</b>	
1. Mussa Demes	1. José Jorge
<b>PMDB</b>	
2. Luís Roberto Ponte	2. Germano Rigotto
<b>PPR</b>	
3. Paulo Mandarino	3. Francisco Evangelista
<b>PSDB</b>	
4. José Anibal	4. Marcos Formiga
<b>PP</b>	
5. João Maia	5. José Linhares
<b>PDT</b>	
6. Max Rosenmann	6. Carrion Júnior
<b>PV</b>	
7. Sidney de Miguel	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 1º/11/94 – designação da comissão mista;  
Dia 3/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 31/10/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 9/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 24/11/94 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 675, de 26 de outubro de 1994, que autoriza o Poder Executivo a contratar com a Itaipu pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira, denominados "Brazil Investment Bond – BIB", em valor correspondente a até US\$92.800.000,00 (noventa e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	
1. Gilberto Miranda	1. Ronan Tito
2. Mansueto de Lavour	2. Coutinho Jorge
PFL	
3. Guilherme Palmeira	3. Raimundo Lira
PPR	
4. Lucídio Portella	4. Louremberg N. Rocha
PSDB	
5. José Richa	5. Joaquim Beato
PDT	
6. Magno Bacelar	6. Júnia Marise
PP	
7. Irapuan Costa Júnior	7. Nelson Carneiro

#### DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
BLOCO	
1. Luciano Pizzatto	1. Werner Wanderer
PMDB	
2. Moacir Micheletto	2. Antônio Barbara
PPR	
3. Paudemey Avelino	3. Avelino Costa
PSDB	
4. Deni Schwartz	4. Flávio Arns
PP	
5. Luiz Carlos Hauly	5. Carlos Scarpelini

PDT

6. Elio Dalla-Vecchia

6. Dércio Knop

PRONA

7. Regina Gordilho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 1º/11/94 – designação da comissão mista;

Dia 3/11/94 – instalação da comissão mista;

Até 1º/11/94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 10/11/94 – prazo final da comissão mista;

Até 25/11/94 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Sr.<sup>tes</sup> e Srs. Senadores, cercado de inusitada expectativa, realizou-se ontem, em Brasília, o encontro do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Itamar Franco, com o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Nilo Batista, com vistas ao combate à criminalidade naquela unidade da Federação.

Toda a imprensa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, registrou aquele fato, e o fez da forma mais ampla e abrangente, buscando sobretudo tranquilizar os habitantes do Rio diante dessa onda incontrolável de homicídios, assaltos, enfim, de todas as formas de delitos ali praticados. Posso dizer a V. Ex.<sup>as</sup> que também no Congresso Nacional o encontro entre o Presidente da República e o Governador do Rio de Janeiro suscitou a maior atenção de Senadores e Deputados, todos desejando conhecer as diretrizes que nortearão o entendimento afinal firmado entre o Chefe da Nação e o Governador do Rio de Janeiro.

Para conhecimento desta Casa, a fim de que se insira nos seus Anais, entendi do meu dever, Sr. Presidente, ler os termos do convênio firmado ontem. Não poderia o Senado Federal, que representa os Estados da Federação, deixar de constar dos seus trabalhos este importante documento, que irá vigorar até o último dia do atual exercício. Se necessário, conforme dispõe uma de suas cláusulas, será prorrogado pelo novo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e pelo Governador do Rio de Janeiro a ser escolhido no segundo turno de votação a ocorrer no próximo dia 15.

Este convênio foi elaborado pelo Ministério da Justiça e firmado, à noite de ontem, pelo Primeiro Mandatário do País e o Chefe do Poder Executivo do Rio de Janeiro.

O convênio tem os seguintes considerandos:

A União, neste ato representada pelo Presidente da República, Itamar Franco, e o Estado do Rio de Janeiro, pelo seu Governador, Nilo Batista,

– Considerando ser competência comum da União e dos Estados velar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas;

– Considerando que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, há de ser exercida para a preservação da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio;

– Considerando que as Polícias Militares e ao Corpo de Bombeiros Militares – forças auxiliares de reserva do Exército – compete exercer respectivamente, atividades de policiamento ostensivo e defesa civil;

– Considerando que às Polícias Cíveis compete o exercício

das funções de polícia judiciária e repressão às infrações penais;

– Considerando que à Polícia Federal compete apurar infrações penais de repercussão interestadual, bem como reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e o contrabando de armas;

– Considerando que o tráfico ilícito de entorpecentes e o contrabando de arma é hoje fundamentalmente uma questão internacional, sendo, portanto, sua repressão da responsabilidade direta da União;

– Considerando competir às Forças Armadas não só a garantia dos poderes constitucionais mas também, da lei e da ordem;

– Considerando a situação da criminalidade no Estado do Rio de Janeiro, com a atuação de grupos de delinquentes estruturado em torno do tráfico local de drogas e fortemente armados, gerando a intranquilidade e a insegurança no seio da população e violando os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos;

– Considerando que esses fatos já ameaçam gravemente a ordem pública e exigem ação coordenada da União e do Estado sob comando unificado,

Resolvem celebrar o presente convênio, que se regerá pelos seguintes termos:

**Cláusula Primeira** – O presente convênio tem por objetivo firmar, nos termos constitucionais, diretrizes e mecanismos de colaboração entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito à preservação da lei, da ordem pública e da segurança do cidadão, especialmente no que concerne à prevenção e repressão do contrabando de armas e do tráfico de drogas.

**Cláusula Segunda** – Para os fins previstos neste convênio, o Governo do Estado do Rio de Janeiro promoverá de imediato a constituição de um órgão central para planejar, coordenar e unificar a atuação das Secretarias de Estado, da Justiça, da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Defesa Civil no combate à criminalidade. Esse órgão atuará sob a direção do Comando Militar do Leste, que, ouvido o Presidente da República e o Governador do Rio de Janeiro, indicará o comandante geral das operações.

**Cláusula Terceira** – Caberá à União prestar ao órgão central a que se refere a cláusula anterior orientação e assistência técnica operacional e material.

**Cláusula Quarta** – A União, por seus órgãos próprios, promoverá a intensificação da vigilância às vias de acesso ao Estado do Rio de Janeiro, aéreas, marítimas e terrestres, com a finalidade de coibir o contrabando de armas e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

**Cláusula Quinta** – A União, na medida das necessidades, reforçará os efetivos da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro, com vistas à repressão do tráfico internacional de entorpecentes e armas e os colocará sob o comando da autoridade extraordinária prevista neste convênio.

**Cláusula Sexta** – O presente convênio vigorará até 30 de dezembro de 1994, podendo ser prorrogado por prazo a ser convencionado entre as partes.

E por estarem de acordo com todas e cada uma das cláusulas que o integram, firmam o presente convênio em duas vias de igual teor.

Brasília, 31 de outubro de 1994. – **ITAMAR FRANCO**, Presidente da República Federativa do Brasil, e **Nilo Batista**, Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Esses são os termos do convênio firmado ontem entre o Presidente Itamar Franco e o Governador do Rio de Janeiro, Nilo Batista, com vistas ao combate à criminalidade, diante de um quadro danoso que se instalou naquela unidade da Federação.

Nós, que temos acompanhado *pari passu* as articulações que se processaram a nível de Governo, ficamos na expectativa de uma convocação do Conselho da República, tantas e repetidas ve-

zes mencionada no noticiário da imprensa brasileira. Teríamos que saudar esse fato auspicioso e sobretudo formular votos no sentido de que essa providência agora adotada possa efetivamente significar o fim ou pelo menos a substancial redução nos índices de criminalidade existentes e constatados no Rio de Janeiro.

**O Sr. Odacir Soares** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Ouço V. Exª com prazer.

**O Sr. Odacir Soares** – Senador Mauro Benevides, V. Exª começou o seu pronunciamento fazendo referência ao fato de que o Senado da República representa a Federação brasileira. Não podemos deixar de compreender os fundamentos da decisão do Presidente da República e do Governador do Rio de Janeiro ao assinarem o convênio que permite, ou que provoca, de fato e de direito, uma intervenção branca no Estado do Rio de Janeiro. Como advogado, vejo com reservas essas providências, a exemplo do que fiz quando o mesmo fato aconteceu no Estado de Rondônia. O Governador do Estado, por não ter autoridade moral para comandar a Polícia Militar, viu-se obrigado a pedir a intervenção federal. O Presidente da República designou um coronel do Exército para comandar a Polícia Militar numa situação bastante menos expressiva do que a que se vê no Rio de Janeiro. Como advogado – repito – vejo com reservas o cometimento de atribuições desse tipo às Forças Armadas, porque, do ponto de vista constitucional – do melhor constitucionalismo, que herdamos dos Estados Unidos e dos países europeus –, situações como essa dificilmente ocorrem. Quando vejo o Governo Federal se preocupando com a ordem e a segurança no Rio de Janeiro, a primeira coisa que me acode ao espírito é a situação da Polícia Federal no Brasil, que está vivendo "às moscas", sem ter os mínimos recursos em todos os Estados da Federação – inclusive no Estado de V. Exª – para sequer tirar um carro da garagem e colocar dentro dele um agente para perseguir um narcotraficante, ou qualquer criminoso que tenha cometido um ilícito considerado federal. Em Rondônia, a Polícia Federal não tem carro, não tem combustível, não tem telefone. Quando os seus agentes são designados para qualquer tarefa, a parte ou as partes terminam pagando as despesas desses agentes. Esses fatos acontecem em todo o Brasil. Então, a primeira providência que o Governo Federal deveria ter tomado, a tempo, era a de fortalecer a Polícia Federal, que, ao longo dos últimos anos – e não apenas do Governo Itamar Franco, mas do Governo Collor e de outros governos anteriores –, foi sempre deixada à margem, criando-se a situação na qual ela hoje se encontra. Gostaria de dizer a V. Exª que compreendemos, principalmente porque sou advogado, com inscrição no Rio de Janeiro, a situação em que aquela cidade chegou, mas se quiséssemos realmente combater a criminalidade no Brasil e os elevados índices de violência e de criminalidade, o Presidente da República deveria ter começado pelo Estado de São Paulo. As estatísticas naquele Estado são o dobro das do Rio de Janeiro. Em São Paulo, a criminalidade não tem a mesma virulência ou a mesma veemência e não violenta tanto a consciência do cidadão brasileiro. Isso porque a TV Globo dedicou-se ao Rio de Janeiro e deixou o Estado de São Paulo de lado, como se fosse um paraíso de normalidade quanto aos índices de violência. Então, a partir desse fato em Rondônia, e hoje no Rio de Janeiro, acho que a União tem a obrigação de intervir em todos os Estados da Federação, porque os índices de criminalidade são idênticos e na mesma proporcionalidade. De modo que queria trazer estas observações, e não estou aqui me manifestando contra a decisão do Presidente, porque o Governador Nilo Batista, do ponto de vista jurídico e legal, foi coagido a assinar esse Convênio, pois a imprensa anunciou que o Governo ia intervir. Então, o Governador do Rio de Janeiro chegou ao Palácio do Planalto e, lamentavelmente, foi recebido depois de o Senhor Presidente ter recebido o Presidente da OAB do

Rio de Janeiro. Considero esse fato lamentável, pois a OAB, que sempre se constituiu, ao longo dos tempos, numa trincheira de luta, do ponto de vista teórico e doutrinário, não poderia concordar com uma decisão desse tipo. Nós, políticos, concordamos do ponto de vista fático, do ponto de vista material, em decorrência da realidade em que se encontra o Rio de Janeiro; mas, no mesmo momento em que concordamos com a intervenção naquele Estado, estamos sendo hipócritas em não admitir que ela deve ocorrer em todos os Estados da Federação, a começar pelo Estado de São Paulo. São Paulo é o principal consumidor de cocaína e o principal corredor de exportação de tóxico do Brasil, e nem por isso o Governo Federal está preocupado em intervir naquele Estado. Considerando que o Senado da República é a Casa da Federação, queria deixar consignada a minha apreensão, porque não posso admitir que a Federação possa, a qualquer pretexto — uma vez que a União não se sobrepõe aos Estados, mas é o resultado da união de todos eles —, fragilizar um Estado, em decorrência de qualquer tipo de intervenção, mesmo sob o manto da legalidade democrática ou sob o manto da constitucionalidade — e isso foi muito discutido na Constituinte, o papel das Forças Armadas. Então, quando ocorre um fato desse tipo, acho que a consciência jurídica do Brasil tem que ficar constrangida. E não menos grave, Senador Mauro Benevides, do que a situação da Polícia Federal é a situação das Forças Armadas. A cada dia recebemos manifestações das Forças Armadas acerca da sua penúria. Os recrutas estão sendo dispensados mais cedo porque não têm o que comer nos quartéis. Li, nesta semana, no livro de Gilberto Dimenstein uma declaração do Senador Jarbas Passarinho contando que fora a São Paulo em uma missão secreta, ainda no Governo Collor, para tentar cooptar o Senador Fernando Henrique Cardoso, e, lá chegando, pretendia acordar ao toque do clarim, mas não se despertou a tempo. Depois lhe foi dito pelo General-Comandante daquela guarnição que os soldados tomam o café, almoçam e jantam em casa, porque as Forças Armadas não têm recursos para o cumprimento da sua função constitucional. Espero que o Presidente Itamar Franco, ao mesmo tempo em que pretende alocar recursos para a contenção da violência no Rio de Janeiro, também alocar recursos para a instrumentalização das Forças Armadas, a fim de que ela possa cumprir a sua verdadeira missão constitucional. Do mesmo modo, se o Governo Federal vai usar a Polícia Federal no Rio de Janeiro, espero que o Presidente da República também alocar recursos para aquela corporação, que hoje é apenas um esqueleto do que foi. É uma vergonha a situação de penúria e de miséria em que se encontra a Polícia Federal no Brasil. De modo que — perdoe-me por estar me alongando exageradamente neste aparte — não poderia, como advogado e como Senador, representante de um Estado da Federação brasileira, deixar de consignar, com todo o respeito que tenho pelo Presidente e pelas Forças Armadas brasileiras — e tenho manifestado isto ao longo desses últimos doze anos de mandato como Senador, e também quando cumpri mandato como Deputado Federal —, aqui no Senado Federal, a minha apreensão quanto à ruptura de uma norma constitucional, não na sua formalidade, mas na sua essência e naquilo que constitui a doutrina constitucionalista dos países mais avançados e mais modernos. Era isso que queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Muito grato a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador e Líder Odacir Soares, pelas considerações tecidas em torno desse Convênio que, ontem, foi firmado entre o Presidente da República e o Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Como destaca V. Ex.<sup>a</sup>, a postura do Governador do Rio não teria sido das mais cômodas na "firtatura" desse importante documento.

Eu me permitiria dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, numa entrevista que

concedi na última sexta-feira à **Folha de S. Paulo**, cheguei a aliviar a convocação do Sr. Ministro da Justiça, Dr. Alexandre Depyral, para que S. Ex.<sup>a</sup> viesse, realmente, ao Senado Federal, já que somos a Casa da Federação, e nos colocasse a par da gravidade constatada no Rio de Janeiro. S. Ex.<sup>a</sup>, que fora realmente lépido na convocação dos chefes militares, no Rio de Janeiro, para aquela reunião formal no Ministério da Justiça, à revelia do próprio Governador do Estado, e que, posteriormente, chegando à Brasília, foi, de modo presto, à presença do Presidente da República, fazendo-lhe um relato das ocorrências que ele teria identificado na antiga Guanabara, hoje Rio de Janeiro.

Teria sido realmente de muita importância para o Congresso Nacional se o Senado, através do seu Plenário ou até mesmo da sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tivesse convocado o Ministro da Justiça para que S. Ex.<sup>a</sup> colocasse a Casa a par desses graves episódios. E hoje, quando fôssemos discutir o Convênio firmado entre o Presidente da República e o Governador do Rio de Janeiro, estaríamos muito mais capacitados para tirar as nossas ilações, para fazer os nossos comentários, enfim, assumirmos aquela postura de extrema responsabilidade diante de um quadro que, em determinados momentos, surgia como verdadeira batalha campal entre policiais, traficantes e aqueles grupos de delinquentes que continuam atuando no Rio de Janeiro.

Ressalte-se que nesse Convênio há aspectos que preocuparam V. Ex.<sup>a</sup> e que se tenta resguardar — acredito que até por iniciativa do próprio Presidente da República ou do Sr. Ministro da Justiça —, em relação à cláusula segunda, que prescreve, *in verbis*:

Para os fins previstos neste Convênio, o Governo do Estado do Rio de Janeiro promoverá, de imediato, a constituição de um órgão central para planejar, coordenar e unificar a atuação das Secretarias de Estado da Justiça, da Polícia Militar, Polícia Civil e da Defesa Civil, no combate à criminalidade. Esse órgão" — atente V. Ex.<sup>a</sup> bem para isso, nobre Líder Odacir Soares — "atuará sob a direção do Comando Militar do Leste, que, ouvido o Presidente da República, indicará ao Governador do Rio de Janeiro o comandante geral das operações.

Procura-se, dessa forma, resguardar a autonomia do Estado do Rio de Janeiro, garantindo ao Governador a nomeação desse militar que será o comandante geral das operações.

**O Sr. Jacques Silva** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Com muito prazer, nobre Senador Jacques Silva.

**O Sr. Jacques Silva** — Nobre Senador Mauro Benevides, não quero aqui discutir a juridicidade desse documento que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de ler. No entanto, desejo aplaudi-lo, porque essa medida já devia ter sido tomada há bastante tempo. O que estamos assistindo no Rio de Janeiro é realmente uma catástrofe: balas perdidas atingindo crianças e pessoas que nada têm a ver com aquela situação. Portanto, louvo a assinatura desse Convênio entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro e rogo para que isso não fique só no papel, porque a situação da segurança neste País — como bem afirmou o Senador Odacir Soares — é de verdadeira calamidade. E não é só a Polícia Federal que se encontra nessa situação. As Polícias Militar e Civil, não só no Rio de Janeiro e em São Paulo mas em quase todos os Estados, encontram-se totalmente desaparelhadas, não têm recursos sequer para comprar pneus ou para colocar gasolina nos carros para perseguirem os bandidos. É preciso que se olhe com mais responsabilidade para esse setor de segurança pública. Isso sem contar aqui a falta de renovação dos presídios. Tenho a impressão de que esses presídios datam da década de 40. São casas provisórias, caindo aos pedaços,



onde se misturam criminosos perigosos com outros nem tanto assim, constituindo-se em verdadeiras fábricas de criminosos. É necessário que se olhe com mais carinho para esse setor e que se destinem a ele mais recursos, não só no Rio de Janeiro como também em todos os demais Estados da Federação. Espero que essa ação seja rápida, porque essa situação no Rio de Janeiro não pode perdurar.

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Agradeço a V. Exª, nobre Senador Jacques Silva, por sua intervenção. Eu me permitiria aditar aos fatos mencionados por V. Exª aquela ocorrência do último domingo, quando um grupo de marginais invadiu importante hospital da cidade, o Souza Aguiar, para resgatar um dos integrantes daquele grupo que estava sendo assistido naquele nosocômio. Foi um verdadeiro absurdo aquele grupo encaminhar-se pelos corredores e enfermarias do Hospital Souza Aguiar e de lá retirar um marginal, numa demonstração excessiva de força, ocorrida em pleno coração do País, que é a Cidade do Rio de Janeiro.

**O Sr. Josaphat Marinho** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Ouço o aparte do nobre Senador Josaphat Marinho.

**O Sr. Josaphat Marinho** – Nobre Senador Mauro Benevides, em primeiro lugar, quero congratular-me com V. Exª por ter tido a iniciativa de trazer ao conhecimento do Senado o texto do Convênio, que pelo Governo nos deveria ter sido remetido por se tratar de assunto concernente a um mecanismo da Federação. Em segundo lugar, quero assinalar a habilidade com que no caso procedeu o Governo, evitando a decretação da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Pode ser que o Convênio não seja o instrumento ideal, mas a verdade é que, assinado pelo Governador – e se há de presumir que o fez voluntariamente –, evitou o ato drástico de intervenção de que tanto se falava. Isto me preocupava como me preocupou quando, há algum tempo, se pretendeu também fazer a intervenção no Estado de Alagoas alegando a falta de segurança pública. No Rio de Janeiro é evidente que o caso é de intranquilidade pública, que se agravava dia a dia. O Governo local e a polícia do Estado, evidentemente, já haviam demonstrado a impossibilidade de acudir adequadamente aos interesses da população, resguardando a tranquilidade geral. De maneira que me parece que o instrumento encontrado foi hábil, diante do quadro evidentemente grave que se verifica no Estado do Rio de Janeiro. Aí, parece que temos que voltar muito àquilo que todos nós aprendemos, ainda nos bancos acadêmicos: o Direito nasce dos fatos, não pode ser apenas visto do ponto de vista formal. E os fatos no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo em sua Capital, recomendavam, evidentemente, uma participação mais direta do Poder Público Federal para resguardar a população das ações criminosas que se desenvolviam ali de maneira acelerada ou abusiva. Por isso que não me parece que possamos fazer comparação com a situação de outros Estados. Se há violência em outros Estados, em nenhum se apura com a mesma gravidade, com a mesma extensão, com a mesma repetitividade com que se apurava e ainda se apura no Rio de Janeiro. Daí me parecer que, resguardada a tese da autonomia do Estado, inclusive o cuidado que se estabeleceu no Convênio de ser o dirigente do grupo de segurança criado indicado pelo Comandante do Exército ao Governador do Estado, merece o nosso acato a providência adotada. Como se fará a execução do Convênio é que será problema a ser oportunamente por nós apreciado, se daí se partir para ações que não condigam com o princípio de autonomia estadual.

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Muito grato, nobre Senador Josaphat Marinho, pela análise que V. Exª faz dessa decisão adotada pelo Governo Federal com a anuência do próprio Governo do Estado do Rio de Janeiro.

No que diz respeito a esse aspecto que V. Exª aludiu no final do seu aparte, referente à cláusula segunda, pelo menos vamos reconhecer que houve engenho e arte do redator desse Convênio para garantir a autonomia do Rio de Janeiro, ensejando a que o seu próprio Governador nomeasse o chefe dessa operação militar.

Até me permito lembrar a V. Exª que, nesta Casa, que representa realmente os Estados brasileiros, teve sempre presente o respeito integral à autonomia das unidades federais. Há uma prova bastante um episódio ocorrido em 1992, no âmbito da discussão nacional e até internacional, que foi aquela tentativa de ocorrência no Presídio do Carandiru, em São Paulo, quando se pretendeu – salvo engano, por iniciativa do então governador Esperidião Amin – a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de investigar as causas e consequências do massacre aos presidiários daquela unidade carcerária.

Deve V. Exª recordar-se de que, quando o então Presidente do Congresso, tive a determinação de que aquele episódio se caracterizasse, na nossa decisão, uma infringência ao princípio da autonomia dos estados, pois a apuração daqueles fatos teria que ocorrer apenas sob a responsabilidade dos órgãos do governo estadual. Se nós, do Poder Legislativo Federal, imiscuíssemos-nos naquela tarefa, ela seria uma exorbitância das nossas atribuições constitucionais, por significar um desrespeito à autonomia do grande Estado bandeirante. Se assim procedemos naquela ocasião, sobradas razões teríamos para nos debruçar sobre este documento e os fatos que antecederam a sua lavratura.

Neste plenário, comentávamos quase diariamente sobre a perspectiva de convocação do Conselho da República. Houve até uma decisão da própria Mesa – decisão salutar, pela oportunidade e pelo acerto da escolha – em compor o Conselho da República com os dois representantes e seus respectivos suplentes, talvez numa expectativa de que, afinal, o Conselho seria convocado para dirimir essa pendência, que vem ocupando os mais amplos e generosos espaços da grande imprensa brasileira.

Portanto, nobre Senador Josaphat Marinho, cumpridas as normas previstas nesse pacto, nesse Convênio, desejamos que as partes convenientes saibam realmente respeitar todos esses dispositivos e que não haja, em momento algum, qualquer restrição ao princípio da autonomia daquela Unidade da Federação. Se o Sr. Nilo Batista aquiesceu, em determinado momento, premido pela crise de intranquilidade que se gerou no Rio de Janeiro, que S. Exª mantenha-se, até por dever de ofício, numa posição absolutamente coerente, para defender o Estado que ora governa, por imposição constitucional, Vice-Governador que era do Governador Leonel Brizola.

Aqui estaremos acompanhando todos esses fatos e, se necessário, convocando as autoridades responsáveis – no caso, o Sr. Ministro da Justiça, que deveria, ao menos, no meu entender, ter oficiado ao Congresso Nacional, ele próprio ou o Chefe da Nação, para que tomássemos conhecimento dos termos desse Convênio. Até aguardarei que os Representantes do Rio de Janeiro ocupassem a tribuna do Senado a fim de reclamar a nossa atenção e de todo o País para essa dramática situação vivenciada pela população carioca, não sendo do meu conhecimento que o tenham feito, talvez em função das dificuldades político-eleitorais do segundo turno. Somente agora o fato está sendo discutido, com base nesse documento firmado ontem pelo Presidente Itamar Franco e o Governador Nilo Batista, do Rio de Janeiro.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Nobre Senador, permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Pois não, nobre Senador Gilberto Miranda.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Nobre Senador Mauro Benevi-

des, esse Convênio parece-me igual aos planos de estabilização econômica que rotineiramente são apresentados à Nação: sabemos como se iniciam, mas não temos a menor idéia de como irão terminar. Utilizar-se das Forças Armadas para combater esse tipo de criminalidade é, no mínimo, bastante temeroso. O Senhor Presidente da República está há dois anos no cargo; o Rio de Janeiro de dois anos atrás não é tão diferente do Rio de Janeiro de hoje. Nada se fez nesse período. Entretanto, faltando dois meses para o término de seu Governo, o Senhor Presidente da República toma essa extremada posição. Entendo que a situação no Rio de Janeiro é delicada e que a sua população precisa ser protegida. No entanto, com essa decisão, o Presidente da República cria um grande problema: primeiro, para as Forças Armadas; segundo, para o próximo Presidente da República. Em que situação ficará o futuro Presidente? Manterá ou não essa posição? Em caso negativo, será criticado por isso? Temos certeza de que as estruturas da Polícia Militar e da Polícia Civil do Rio de Janeiro não irão mudar, da mesma forma que não se modificará a estrutura da Polícia Federal. É preciso haver saneamento nesses órgãos. São necessários recursos, armamentos, treinamentos. Sabemos que o Exército não foi treinado para isso e nem deve ser usado para esses fins. Há cerca de um mês, quando fui Relator de uma dotação para o Exército, tive a oportunidade de visitar várias unidades daquela instituição e constatei que ela não possui armas para esse tipo de combate e, da mesma forma, não possui o treinamento adequado. Disse-me o Sr. Ministro Zenildo Lucena, na ocasião, que o Exército teria condições de atuar na Cidade do Rio de Janeiro por um ou dois meses, não mais do que isso. Acredito que os Srs. Senadores que em dois meses mudará o quadro no Rio de Janeiro? E que, após esse período, esse grupo que controla a situação será retirado, não voltando a população a enfrentar novamente o problema da criminalidade nos morros? Penso que a decisão do Presidente foi precipitada, pois o assunto deveria ter sido discutido no Senado, para que se tivesse a opinião desta Casa, como disse o Senador Josaphat Marinho. Entendo que o problema é estrutural. O problema do Rio de Janeiro, de São Paulo, ou de qualquer Estado da Federação é o mesmo, conforme afirmou o Senador Odacir Soares. Enquanto adotarmos no País essa política econômica, enquanto continuar o Banco Central a depender do Presidente da República e a beneficiar os ricos com taxas para que se tornem cada vez mais ricos, enquanto continuarmos subsidiando os bancos estaduais – como ocorreu recentemente, com a troca de cerca de 7 bilhões de dólares de títulos podres por títulos bons do Governo Federal –, enquanto não planejarmos, enquanto falarmos somente em inflação, a tendência da criminalidade é aumentar. Precisamos, num futuro bem próximo, investir em educação, investir naquilo que é básico. Essa decisão foi tomada de última hora, apressadamente, por um Governo que durante dois anos nada fez. Esse Plano que o Governo apresentou e que elegeu o próximo Presidente da República nada significa para o País. Estamos vendo, por exemplo, a situação em que se encontra a inflação. Temos a certeza de que, se não combatermos duramente as suas causas, vamos ter, no próximo ano, com certeza, taxas de inflação de 30, 40 ou 50%. E como ficam os empregados? E como fica a classe trabalhadora? Enquanto não se tiver uma política de desenvolvimento, uma política para se gerar empregos, uma política capaz de fazer com que as pessoas possam efetivamente sustentar as suas famílias trabalhando, teremos aumento da marginalidade. Esse Governo não planejou, não se preocupou com isso, tendo sido muito demagogo em não tomar decisões duras nesse sentido. Agora, no apagar das luzes, pretende colocar o Exército para comandar essa operação. Isso é, a meu ver, uma irresponsabilidade. Essa questão é, no mínimo, muito delicada. Não deveríamos colocar as Forças Armadas para executar esse tipo de

serviço, pois elas não foram treinadas para isso, não estão armadas para isso e não têm estrutura para isso. Todavia, concordo com V. Ex<sup>a</sup> em que o Rio de Janeiro não pode continuar vivendo essa situação. Precisamos começar fazendo uma limpeza na Polícia Militar, precisamos combater duramente o jogo do bicho. Todos os governos, de modo geral, pactuaram com tudo isso.

O Sr. Odacir Soares – Senador Mauro Benevides, permita-me apenas dar um exemplo: a Polícia Federal tem um quadro ideal de 17 mil homens; hoje, ela dispõe de apenas 5 mil homens, dos quais quase 3 mil são funcionários administrativos. A Polícia Federal, que é o braço judiciário da União, encontra-se nessa situação.

O SR. MAURO BENEVIDES – Nobre Senador Gilberto Miranda, V. Ex<sup>a</sup> entende que as Forças Armadas não se destinam a esse papel e nem estariam suficientemente aparelhadas para esse tipo de atuação. O Senador Odacir Soares, por sua vez, ressaltava as dificuldades enfrentadas pela Polícia Federal, também sem condições de superar essa crise de delinquência com que se debate o Rio de Janeiro. O Presidente firma esse convênio com o Estado do Rio de Janeiro sem ter pretendido sequer, como cogitado, compartilhar as responsabilidades dessa decisão com os integrantes do chamado Conselho da República.

V. Ex<sup>a</sup> se recorda que muitas vezes, nos últimos quinze dias, cogitou-se a convocação do Conselho da República, mas o Presidente preferiu uma decisão quase unipessoal – só não é unipessoal, porque o Governador do Rio de Janeiro terminou se dobrando a essa engenhosa realidade e firmou tal convênio através de documento cuja leitura procedi agora.

V. Ex<sup>a</sup> ressaltou também a limitação temporal desse convênio: encerra-se no dia 30 de dezembro, exatamente até a véspera da instalação do novo Governo, que terá à sua frente o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Haverá, naquele primeiro momento, uma espécie de *vacatio legis*, porque o redator do documento não teve nem a preocupação de se deter sobre o dia 31 de dezembro. Ora, se dia 30 de dezembro é o término desse convênio, como ficará o dia 31? Afinal, ainda será Presidente da República o Dr. Itamar Franco, só assumindo, em 1º de janeiro, o novo Presidente Fernando Henrique. Essa é a pergunta que remeto aos signatários do documento e ao próprio Ministro da Justiça. Espero que o nobre Líder do Governo, Senador Pedro Simon – que também discutirá, na sessão de hoje, esse tema –, possa aditar mais alguns dados e explicações a este debate que apenas me permitiu iniciar, com a participação honrosa dos Senadores Odacir Soares, Jacques Silva, Josaphat Marinho e Gilberto Miranda.

Faço votos, Sr. Presidente, no sentido de que o Líder do Governo, Pedro Simon, também ocupando-se deste tema, possa ele próprio oferecer não apenas ao Senado Federal, mas, sobretudo, à Nação brasileira, os esclarecimentos que se tornam indispensáveis, diante desse convênio firmado ontem entre o Chefe da Nação e o Governador Nilo Batista. (Muito bem!)

SR. ODACIR SOARES – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares, que falará como Líder.

O SR. ODACIR SOARES (PFL - RO. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, há cerca de dez dias, registrando o transcurso do 4º aniversário de assassinato do Senador Olavo Pi- res, fiz um registro sobre a falta de providência, até aquele momento, com relação ao inquérito policial que, apesar de ter passado pelas mãos da Polícia Civil do Estado e pelas mãos de três Delegados da Polícia Federal, encontra-se ainda, como se encontra hoje, na estaca zero.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, afirmei aqui que o nosso candidato a Governador, Valdir Raupp, corria risco de vida, do mesmo modo que este Senador e outros integrantes da coligação que apóia o candidato. Aqueles que apóiam o Governo do Estado e seu candidato a Governador, aqueles grupos que estiveram envolvidos no assassinato do Senador Olavo Pires e que estão identificados no relatório que foi produzido pela CPI da Pistolagem da Câmara dos Deputados não vão abrir mão, gratuitamente, da grande fatia de poder que conquistaram no Estado de Rondônia nos últimos quatro anos.

Estou fazendo essas observações porque o jornalista Mário Calixto, Diretor-Presidente do jornal *O Estadão do Norte*, em Rondônia –, que, na edição de domingo, publicou uma pesquisa na qual cerca de 62% das pessoas entrevistadas se manifestaram a favor do candidato Valdir Raupp e cerca de 31% a favor do candidato do Governo, Chiquilito –, depois de ter sido várias vezes advertido, como ele mesmo narra no jornal que circulou hoje em Porto Velho, pelo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Amadeu Machado, que, antes de ser nomeado Conselheiro, fora o Chefe do Gabinete Civil do Governador, teve o seu carro, conduzido por ele, metralhado por volta das 24h do domingo, quando se dirigia para o aeroporto, conduzindo jornalistas do jornal *A Crítica de Manaus*. Estou de posse do jornal, cuja manchete diz assim: "Mário Calixto sofre atentado. Pistoleiros conseguem escapar depois de furar à bala a camioneta do empresário".

O fato continua, ainda, desconhecido. Não se sabe quem foram os pistoleiros. Tal como ocorreu quando do assassinato do Senador Olavo Pires, está-se procurando dar a esse atentado uma conotação não-política. Todo o Estado de Rondônia sabe que o atentado tem conotações políticas.

Em 1990, quando o Senador Olavo Pires foi assassinado, procurou-se, imediatamente ao fato, dar a ele uma conotação também não-política. No curso das investigações verificou-se, ficou claro, ostensivo, que o Senador fora assassinado por motivação política, para que o grupo que estava em terceiro lugar nas eleições pudesse, a pretexto daquele assassinato, terminar tendo o seu candidato eleito, como aconteceu. No Relatório Final da Pistolagem estão identificados os autores intelectuais do assassinato do Senador Olavo Pires. O inquérito policial presidido pela Polícia Federal continua na estaca zero.

Depois do meu pronunciamento, por volta do dia 18 de outubro, o Coronel Wilson Romão fez contato comigo e, no dia seguinte, estivemos na Polícia Federal. Ele comprometeu-se a ir a Rondônia comigo, com o delegado que preside o inquérito – que também tem uma série de atribuições por todo o País –, com agentes da Polícia Federal, a fim de analisar a situação em que se encontra o inquérito e pôr fim ao mesmo, encaminhando as suas conclusões ao Ministério Público Federal. Apesar do Coronel Wilson Romão ter-me dito que eu poderia comunicar a sua viagem à imprensa, advertiram-me, em Rondônia, que, se eu anunciasse a sua viagem, ele sofreria pressões do Ministério da Justiça e do Presidente da República – pressões essas originadas pelo Governador do Estado – e ele terminaria não indo a Rondônia. E o que aconteceu, Sr. Presidente e Srs. Senadores? O Coronel Wilson Romão não foi a Rondônia. Até hoje, S. Ex.<sup>a</sup> está me devendo essa ida a Rondônia para esclarecer à opinião pública do meu Estado as razões que o levaram a não conclusão do inquérito policial.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu já vi o inquérito policial – pelo menos li a sua síntese. Esse inquérito é uma aberração jurídica. Existem testemunhas que apareceram sem origem, pessoas que prestaram depoimento sem ter ninguém a indicá-las para depor. No laudo pericial, que foi elaborado em relação à metralhadora e que, no primeiro momento, terminou indicando ser essa a metra-

lhadora – já isto em 1990, por exemplo – a arma utilizada pelos autores do assassinato do Senador Olavo Pires. Posteriormente, esse laudo da Polícia Civil de Rondônia foi negado pelo Instituto de Criminalística da Polícia Federal, que, na sua conclusão, dizia não ter sido essa metralhadora, essa arma, a usada para o assassinato do Senador Olavo Pires.

É uma vergonha esse inquérito policial, Sr. Presidente, Srs. Senadores! É uma vergonha que depõe não apenas contra a Polícia Civil de Rondônia, mas também contra a Polícia Federal. O Coronel Romão está devendo à opinião pública deste País e ao Senado Federal uma explicação clara, porque o inquérito não consegue sair do ponto em que se encontra.

O próprio Procurador da República que funciona neste inquérito também não tem produzido as ações necessárias para que ele prossiga. O último despacho é de junho, e nesse despacho, segundo me disse o Coronel Romão, a Polícia Federal pediu ao Banco Central – e daqui quero advertir também o Banco Central –, autorizada em despacho do Juiz Federal competente, que suspendesse o sigilo bancário de uma série de pessoas sobre as quais pesa a acusação de terem pago aqueles que assassinaram o Senador Olavo Pires.

De junho até esta data, o Banco Central não tomou nenhuma medida no sentido de atender ao despacho do Juiz Federal. E sob esse pretexto, não apenas a Polícia Federal, mas também o Procurador da República que funciona nesse inquérito, nem um nem outro tomaram qualquer providência no sentido de dar andamento neste inquérito e de encaminhar ao Juiz Federal para que decreta a prisão preventiva dos autores materiais e dos autores intelectuais do assassinato do Senador Olavo Pires.

Eu fazia essa advertência no dia 18 de outubro, Sr. Presidente. No último domingo, no curso desta campanha política, que possui as mesmas características daquela em que foi assassinado o Senador Olavo Pires, o Diretor-Presidente do jornal do *O Estadão do Norte*, depois de publicar a primeira pesquisa do segundo turno em Rondônia, que indica que o nosso candidato Valdir Raupp está na frente com quase o dobro da votação, 62%, e que o candidato do Governo, o candidato desses grupos econômicos que estão indicados no relatório da CPI da Pistolagem, o candidato Chiquilito Erse está apenas com 31%, o Diretor-Presidente do jornal *O Estadão do Norte*, jornalista Mário Calixto, com quem me solidarizo neste momento, sofreu um atentado produzido por pessoas desconhecidas que se encontravam numa outra viatura.

O Sr. Amir Lando – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ODACIR SOARES – Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Amir Lando – Nobre Senador Odacir Soares, V. Ex.<sup>a</sup> traz ao conhecimento desta Casa um fato deplorável. Mais uma vez Rondônia aparece nas manchetes dos escândalos e, sobretudo, da delinquência. É lamentável que tenha ocorrido isto com o Sr. Mário Calixto, proprietário do jornal *O Estadão do Norte*. É profundamente deplorável que ainda se recorra a esses métodos da barbárie para resolver questões políticas. Disse bem V. Ex.<sup>a</sup>. Durante todo o primeiro turno, as pesquisas foram usadas exatamente ao inverso, para causar um dano à nossa coligação – V. Ex.<sup>a</sup>, evidentemente, naquele momento, não estava agregado à nossa coligação, mas hoje incorpora também esta bandeira, que é a da decência e da dignidade do nosso Estado de Rondônia. Temos de quebrar esta hegemonia da delinquência para instaurar no Estado um mínimo de decência e dar ao País um exemplo de dignidade. Infelizmente, acontece esse tipo de procedimento. Eu examinava comigo as hipóteses desta eleição e jamais admitia que fosse mais uma vez a violência a solução dos problemas. Eu imaginava que depois do que aconteceu com o Senador Olavo Pires na última

eleição, esta passaria em paz, com tranquilidade. Mas não é isso que se vê. Os métodos usados durante a campanha foram para eliminar os adversários. Eu fui vítima desse processo e, como vítima, talvez nem devesse falar. Mas fui exatamente no roldão das pesquisas sempre contrárias, dando diferenças enormes, como também aconteceu com o nosso candidato Valdir Raupp, que sempre nas pesquisas aparecia com dez, quinze pontos atrás do candidato oficial. É o que se viu foi exatamente o contrário. Mas de tudo isso eu quero aproveitar, parabenizando V. Ex<sup>a</sup>, para também me solidarizar com o Sr. Mário Calixto, que, em alguns momentos, cometeu alguns excessos contra este Senador, mas nem por isso deixaria de defender a integridade física e o direito de uma imprensa de ser livre para publicar fatos verídicos como este desta pesquisa. Não há quem duvide desta pesquisa. V. Ex<sup>a</sup> percorreu o Estado, como eu. Estive em alguns municípios com V. Ex<sup>a</sup>, e podemos sentir, dos palanques, a adesão maciça da população, que quer quebrar o passado e dar uma oportunidade para um futuro promissor com Valdir Raupp. Por isso quero me solidarizar com o Sr. Mário Calixto e com o jornal *O Estadão do Norte*, porque entendo que a violência nunca pode ser uma porta para a solução de problemas políticos e até particulares, se o fosse. Para mim, este delito tem uma conotação eminentemente política, como V. Ex<sup>a</sup> acentuou. Muito obrigado.

**O SR. ODACIR SOARES** – Eu disse, Sr. Presidente, no pronunciamento que fiz no dia 18 deste mês, que nós, que eu, que o Valdir Raupp, que o Senador Amir Lando, temos sofrido ameaças. Essas ameaças não foram trazidas ao plenário do Congresso Nacional no momento adequado para que nós não criássemos um clima conturbado nas eleições.

Lamentavelmente, fomos obrigados a trazer esses fatos ao conhecimento do Congresso Nacional.

Na semana passada, por exemplo, o candidato a Vice-Governador da nossa coligação, o Deputado Federal Aparício Carvalho, trouxe a Brasília uma pessoa que prestou depoimento perante o Ministro da Justiça, dizendo que fora contratada – não tenho os dados agora –, pelos nossos adversários para assassinar o nosso candidato a Vice-Governador. O Deputado Aparício Carvalho, do PSDB de Rondônia, foi ao Ministro da Justiça acompanhado de vários deputados federais, levou esta pessoa que prestou depoimento perante o Ministro da Justiça e a Comissão de Direito da Cidadania.

Agora, no último domingo, nós nos deparamos com nova situação, que é essa tentativa de assassinato do proprietário do jornal *O Estadão do Norte*, o jornal de maior circulação no Estado de Rondônia.

O Senado da República, uma vez que estou trazendo ao conhecimento do Senado este fato mais recente, e depois da manifestação do Senador Amir Lando, inteiramente procedente, tem de tomar providências no sentido de não apenas exigir das autoridades, da Polícia Federal, a conclusão do inquérito policial, como também pedir garantias para os Senadores de Rondônia que estão participando deste segundo turno das eleições. Porque, sem nenhuma dúvida, Sr. Presidente, estamos vivendo tempos muito difíceis em Rondônia, e um atentado contra mim, contra o Senador Amir Lando, que estamos participando de todos os comícios no Estado, pode ocorrer a qualquer momento.

Era essa a informação que eu queria trazer a esta Casa e ao País, consignando a minha solidariedade ao jornalista Mário Calixto, vítima desse atentado. As eleições de Rondônia também estão agravadas por outro problema, Sr. Presidente, sobre o qual farei em outra oportunidade. É que os juizes eleitorais iniciaram um processo por abuso de poder econômico após autuação em flagrante de candidatos a deputado federal. Essas eleições envolve-

ram milhões e milhões de dólares. É possível que não apenas um senador eleito, mas também vários candidatos a deputado federal não venham a tomar posse, porque vão ter as suas candidaturas impugnadas por decisão do Tribunal Regional Eleitoral.

Portanto, as perspectivas do julgamento a ser realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral em relação a mais de 40 processos que estão tramitando no Tribunal Regional Eleitoral, por abuso de poder econômico, inteiramente configurado em autos de flagrante produzidos pelos próprios juizes eleitorais de várias comarcas, de vários municípios do Estado, estão também suscitando da parte desses que abusaram nessas eleições medidas de represálias para tentar atemorizar não apenas os políticos em campanha, mas também as próprias autoridades do Poder Judiciário Eleitoral.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – O assunto objeto do discurso de V. Ex<sup>a</sup> será levado ao conhecimento de S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Presidente do Senado, que certamente tomará as providências cabíveis.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, a imprensa vem debatendo longamente a questão da delinquência em nosso País, de modo muito especial no Rio de Janeiro. Trata-se de um assunto sério, grave e difícil, que corajosamente vamos abordar de frente e com toda a lealdade.

De certa forma, no mundo inteiro, o problema da violência é uma realidade, principalmente nas grandes cidades. Dos inúmeros debates promovidos pela imprensa, de modo especial, ganhou as manchetes dos jornais a questão do Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa pela qual temos grande carinho, afeto e admiração, onde gostamos e gostávamos de morar ou de passar.

A matéria foi colocada e a discussão foi travada. Colocaram-se para o Presidente da República três hipóteses: a decretação de intervenção federal no Rio de Janeiro, total ou parcial; a decretação do estado de emergência, com requisição das forças policiais civis e militares para atuar sob comando federal e promover a defesa civil, além do Corpo de Bombeiros militar; e a decisão que foi tomada, em comum acordo, pelo Governo federal – pelo Presidente Itamar e pelo Governador Nilo Batista: A celebração de um termo de convênio com o Estado, para o fim de colocar sob a autoridade federal o comando das operações a serem realizadas.

O Presidente da República rejeitou as duas primeiras, embora até a OAB do Rio de Janeiro, em audiência com ele, tenha defendido a tomada de uma dessas decisões de intervenção no governo estadual. O Presidente Itamar Franco, sentando-se à mesa com o Governador Nilo Batista, preferiu chegar a um entendimento através do qual o Governo federal coloca-se à disposição para, juntando as forças federais e as estaduais, caminhar em busca de um grande entendimento.

Essa unificação é necessária. Se observarmos a cláusula segunda do termo de convênio celebrado, vamos verificar que:

Cláusula segunda – Para os fins previstos neste Convênio, o Governo do Estado do Rio de Janeiro promoverá, de imediato, a constituição de um órgão central para planejar, coordenar e unificar a atuação das Secretarias de Estado da Justiça, da Polícia Militar, Polícia Civil, e da Defesa Civil, no combate à criminalidade. Esse órgão atuará sob a direção do Comando Militar do Leste, que, ouvido o Presidente da República, indicará ao Governador do Rio de Janeiro o comandante geral das operações.

Reparem V. Ex<sup>a</sup>s que duas questões são colocadas aqui. Primeiro o governador coordenará e designará, através de um órgão

central, o comando dos vários setores que representam a segurança no Rio de Janeiro. Posteriormente, esse comando e mais a Representação Federal, sob o comando de um representante do Comando Militar do Leste, atuarão unitariamente na execução dessa tarefa.

Vejam, Srs. Senadores, que o Presidente Itamar Franco, a esta altura, a dois meses do final do seu mandato não tinha a obrigação de tomar uma iniciativa como essa. Poderia esperar até o fim do ano, quando um novo presidente tomaria a iniciativa. Mas, a verdade é que o Presidente não desejou fugir à sua responsabilidade com relação a uma questão que lhe era cobrada permanente, constante e diariamente. Poderia o Presidente tomar uma decisão daquelas que lhe eram solicitadas e que poderia interferir até na questão eleitoral que teremos no próximo dia 15. O Presidente jamais admitiu, em hipótese alguma, qualquer ação que pudesse significar que o Governo federal tivesse preocupação ou interesse em qualquer grupo que está, democraticamente, disputando o governo do Rio de Janeiro, ainda mais, considerando-se, que naquele Estado se repetirão as votações para deputação federal e estadual, já que foi anulado o primeiro turno, a primeira votação. Então, o Presidente tinha essa preocupação.

Particpei de várias reuniões com o Ministro Alexandre Dupuyrat, as representações do Governo federal; reuniões do Governo federal com o Governador Nilo Batista. Pude sentir a preocupação generalizada no sentido de se tomar uma posição e encaminhar uma decisão que fosse a correta. E o Presidente Itamar Franco o fez.

É difícil para um chefe de Estado – e Deus queira que o Presidente Itamar chegue assim ao final do seu mandato – terminar o seu Governo com a tranquilidade e a paz de espírito que tem hoje. 86% de popularidade, a essa altura do mandato é um índice que não se conhece em final de governo, embora falem dois meses para seu término. E tenho salientado que o interessante nesse índice de 86% é que, ao perguntarem por que se é simpático ao Governo Itamar Franco, a terceira razão de eles se manifestarem a favor é o Plano Real; a segunda, o reconhecimento do combate do Governo Itamar à corrupção e a primeira razão é a simplicidade e a sinceridade com que o Presidente Itamar vem governando.

Reparem V. Ex<sup>as</sup> que esse fato é digno até mesmo de ser analisado, porque essa forma singela de governar, durante muito tempo, foi motivo de deboche, de pilhéria, por parte da Imprensa e por parte de alguns de nós.

O Presidente Itamar, numa hora como esta, quer gente que lhe dê apoio, e eu fui um daqueles que lhe disseram o seguinte: "Presidente, será que agora é hora de V. Ex<sup>a</sup> tratar de uma questão como essa? Não seria mais razoável V. Ex<sup>a</sup> dizer: Esta é uma questão que deixo para o Fernando Henrique, que vai assumir e, como tal, poderá, juntamente com o novo Governo do Rio de Janeiro, buscar uma solução para o problema?"

Mas o Presidente jamais foge às questões que considera de sua responsabilidade e, portanto, aceitou a tarefa.

Vi e senti a forma tensa e preocupada com que o Governador Nilo Batista entrou no Palácio; vi também a forma serena, tranqüila e aliviada com que saiu de lá; vi as reivindicações e as alterações que fez no texto e entendi a sua preocupação. Entendo quando ele e outros dizem que esses problemas também existem em São Paulo, em Porto Alegre e em vários lugares do Brasil.

O Governador Nilo Batista citou algumas questões que ele próprio reconhece serem diferentes quando se compara Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo. Em São Paulo, há a Zona dos Jardins, onde moram as pessoas mais ricas; e há as favelas, onde moram as pessoas mais pobres, que ficam do outro lado da cidade. Não há como se encontrarem. Se um favelado passa pela Zona dos

Jardins, as pessoas se perguntam o que aquela pessoa está fazendo ali. Porém, no Rio de Janeiro, coabitam a riqueza e a pobreza; a pujança da burguesia e a miséria. O pátio da casa do milionário é a frente da favela ao lado.

Reconhece o Governador do Rio de Janeiro que essa convivência, onde as questões se interligam, representa uma peculiaridade do Rio de Janeiro. Diz o Governador que questões importantes são a do tráfico de drogas e a da importação fraudulenta de armas pesadas. S. Ex<sup>a</sup> diz que é importante a presença do Governo no controle às formas de entrada de armamento de contrabando e de tóxico no Rio de Janeiro. Segundo ele, não adianta pegarmos pessoas com papeizinhos de coca se entram permanentemente, de várias regiões do País para o Rio de Janeiro, malotes com quilos de droga. E ele mostrou a lista de armamentos pesados apreendidos – mas para cada um que é apreendido, dois ou três vêm do exterior.

Essas questões são corretas como é correto reconhecer que o comando único é indispensável.

Fui Governador de Estado e, no Rio Grande do Sul, esses problemas, graças a Deus, não existem nesses termos.

É difícil o entrosamento, mas uma das incumbências de um Governador de Estado é o relacionamento: Polícia Civil, Brigada Militar, Promotores, Guardas Penitenciárias. E, no Rio, essas divergências atingiram o seu máximo!

A participação do Governo Federal e do Comando Leste das Forças Armadas não se dará da forma que se está imaginando, que vão subir a favela para resolver a questão, como se o favelado fosse culpado. O problema é se reunir, dialogar e estabelecer um esquema através do qual se viverá um novo dia na realidade deste País.

Esses problemas não podem continuar. Se observarmos hoje, na plataforma dos candidatos a Presidente, Governador e Parlamentar, a questão da segurança, veremos que ela é sempre colocada como fundamental, como prioritária. E estamos na hora de debatê-la.

O que se está fazendo no Rio de Janeiro é exatamente o início de um trabalho unitário, em que, graças ao espírito público do Presidente da República e à compreensão – e por que não dizer – ao espírito público do Governador, os dois se entenderam e chegaram a um entrosamento harmônico e respeitoso para equacionar a questão.

Não houve o interesse de perseguir, de humilhar o Rio de Janeiro ou o seu Governador; não houve interesse do Governador em bater na mesa e não aceitar o entendimento que, afinal soma para o Rio de Janeiro.

Eu estava presente. Em nenhum momento o Governador foi pressionado; aceitou a proposição, com as alterações que resolveu fazer no texto sobre o qual havia discutido com o Ministro da Justiça no Rio de Janeiro. Esse texto foi elaborado pelo Ministro da Justiça e baseado em conversas que teve com ele. Nessa redação apresentada pelo Ministro, ele fez alterações que foram aceitas.

Fiquei emocionado com os termos da discussão do Presidente, do Ministro da Justiça e do Governador Nilo Batista. Ali, a preocupação era no sentido de se encontrar um caminho.

Penso que é a primeira vez que isso está sendo feito.

Claro que convênio com as Forças Armadas existiu – inclusive ele mesmo o disse – à época da ECO 92, no Rio de Janeiro. Mas da forma como está sendo feito agora, com debate para o equacionamento de uma questão, parece-me inédito.

Levantam-se algumas questões que são graves e difíceis, no Rio de Janeiro. Uma, por exemplo: ao contrário de outras cidades, os núcleos de bandidagem naquela cidade estão espalhados praticamente por todos os setores da cidade; é algo quase generaliza-

sendo difícil, se não houver um comando de coordenação, o seu desaparecimento.

Segundo: a delinquência não obedece a um comando único. Dizia o Governador que, em vários lugares, várias dessas quadrilhas, nas lutas entre si, já mataram uma, duas, três pessoas. Mas há um sistema tão grande de organização que matar ou prender um não significa terminar o problema, porque, no dia seguinte, vem um outro e continua a violência. Há uma série hierárquica de dez, quinze ou vinte pessoas que estão à disposição para assumir.

Essas quadrilhas, freqüentemente, disputam entre si áreas de operações delituosas.

Outra questão: a delinquência não atua num setor único; não se trata apenas de jogo de bicho ou tóxico. Pode ser tóxico; depois, contrabando; depois, invasão de domicílio, seqüestro, carro-forte. E essa diversificação faz com que o combate seja mais difícil.

Vi, hoje, o Betinho falar – tenho muito carinho e respeito pelo Betinho, bem como pelo Bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, que permanentemente coordena e dirige a ação pela cidadania – que não é com a presença das Forças Armadas, não é com o Exército, não é com tanques que se vai resolver o problema da criminalidade. Diz ainda que a questão é primeiramente social, em termos de desemprego, em termos de miséria, em termos de fome e, secundariamente, uma questão de educação, de preparação da mentalidade da sociedade.

Concordo com o Betinho. Acredito que o problema é social. É evidente que alguém que mora numa favela, com 7 filhos, desempregado, cede a uma quadrilha que lhe oferece condições e passa a manter a sua casa. Como é que esse indivíduo pode dizer não, se não tem outra forma de sobrevivência? Creio que a educação, a cultura, a reabilitação são iniciativas absolutamente corretas, mas, se não agirmos juntos, não iremos equacionar a questão, até porque violência, de certa forma, existe pelo mundo afora, até nos países do Primeiro Mundo.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Senador Pedro Simon, preocupava-me bastante – e eu disse, há pouco, em aparte ao nobre Senador Mauro Benevides – a idéia, que estava muito corrente na Imprensa, de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Salientei mesmo, e que aqui manifestei impugnação, há meses atrás, à idéia de intervenção federal no Estado de Alagoas, quando se dizia que as autoridades locais já não tinham poder para resguardar a ordem pública. Reconheço, como alguns assinalaram, que não houve, ao longo do tempo, providências de planejamento que fossem ao encontro dos problemas sociais. Eu mesmo, nesta Casa, tenho salientado bastante, com relação a vários governos, a falta de planejamento adequado, particularmente para a solução dos graves problemas sociais do País. Por outro lado, reconheço que, na situação do Estado do Rio de Janeiro, não era possível ficar discutindo a adoção de providências de estrutura, nem a promoção de medidas educativas. Se não foram tais medidas adotadas antes, podem ser censuradas. Mas a hora não era de ficar censurando a falta das providências; ao contrário, era de atender ao clamor da população que estava, toda ela, em intranquilidade absoluta. Daí por que me parece – e quero ir ao encontro do seu pensamento – ter o governo encontrado uma fórmula inteligente: conciliou o sistema constitucional e legal com a fórmula política pela qual podem ser adotadas medidas de proteção à tranquilidade da população do Rio de Janeiro, sem atentado à ordem constitucional e, sobretudo, sem violação ao princípio da autonomia estadual. Eu disse, há momentos atrás, que presumia que o Governador do Rio

de Janeiro assinara o documento voluntariamente – e V. Ex.<sup>a</sup> acaba de afirmar, dando até o seu testemunho. Se assim foi, o que se deve agora esperar é que as providências correspondentes a esse convênio sejam postas em prática dentro do espírito que orientou a forma adotada, de maneira que a população seja protegida, sem embargo do respeito à autonomia do Estado. Mas eu disse: há momentos em que as formas legais têm que ser interpretadas com a flexibilidade devida, até porque o Direito é também, ou sobretudo, fato; e diante do fato – e o fato do Rio de Janeiro era de extrema gravidade – não podíamos ficar apenas discutindo as formas legais. Se foi encontrado um instrumento inteligente, adequado, como o desse convênio, o que cumpre agora é desejar que ele possa produzir os efeitos devidos, em favor da tranquilidade da população do Rio de Janeiro, o que também recomenda o Governo brasileiro. Tem-se dito, já, que há uma dificuldade próxima: o convênio foi assinado por 60 dias, e dentro de 60 dias termina o atual governo. Ora, é certo isso, mas também é certo que, convivendo bem o futuro Presidente com o atual, pode ser combinada saída capaz de evitar solução de continuidade nas providências previstas. E, assim, será devidamente resguardada a tranquilidade pública no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço o importante aparte de V. Ex.<sup>a</sup>. Posso garantir-lhe que o Presidente eleito, Fernando Henrique, está a par do que está acontecendo.

Disse V. Ex.<sup>a</sup>, com a inteligência de sempre, que o convênio vigorará até o dia 30 de dezembro, porque não podia o Presidente Itamar, nem o Governador Nilo Batista, interferir no mandato do futuro presidente e do futuro governador.

No entanto, no dia 30, véspera da posse do Presidente e do Governador eleitos, pode haver um entendimento entre estes e os atuais ocupantes dos cargos no sentido de deliberar se o convênio deve ou não continuar.

Como ressaltou V. Ex.<sup>a</sup>, o Presidente e o Governador tiveram a preocupação de não invadir o mandato de seus sucessores, para que eles pudessem chegar a um entendimento.

É importante salientar que o convênio foi firmado diante de uma nova realidade que estamos vivendo neste País. Como eu já havia dito, o Brasil viveu a época da luta da resistência democrática. Nós, principalmente do antigo MDB, lutamos, fomos para as campanhas. Houve a resistência, a anistia, as Diretas Já, Tancredo Neves. Veio – por que não dizer? – a eleição direta que alçou à Presidência o Sr. Collor. Foi um momento de sustentação democrática. Depois, este Congresso votou o impeachment do presidente, por corrupção. Em seguida, cortou na própria carne para reparar atos graves praticados por alguns dos seus representantes.

Vivemos momentos de plenitude da ética. Pode não terem sido feitas as alterações que pretendíamos, mas, isso aconteceu. Digo isso com muita serenidade.

Pode-se dizer do Senhor Itamar Franco o que se quiser. Aceito. Mas que Sua Excelência é um homem sério, um homem digno, que tentou fazer um Governo honesto, parece-me que há unanimidade.

Estamos saindo de uma campanha eleitoral dura, difícil, onde os candidatos ousaram, debateram e discutiram. Mas a figura do Governo do Senhor Itamar Franco foi respeitada. O Sr. Stepanenko, durante a campanha, pediu para que Fernando Henrique inaugurasse uma obra. A obra não foi inaugurada antes da eleição – nem até agora –, e o Ministro sabia. Outro Ministro queria que a assinatura da decisão que previa a transposição das águas do rio São Francisco fosse feita no Nordeste. O ato não saiu e aquilo não aconteceu. Há, portanto, um ambiente de seriedade neste País.

O Plano Real, podemos discuti-lo, debatê-lo. Serão necessárias alterações? Dizem que o governo baixou um pacote alterando,



modificando o Plano. Não foi o que aconteceu. Não alterou, nem modificou. Não dá para comparar o que foi feito ao Plano Real com uma espécie de Cruzado II. O que houve foi um preventivo para que não fosse necessário um Real II. E o governo teve a coragem de fazer isso em cima de uma eleição que está aí. Porque, afinal, Estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, alguns dos mais importantes do Brasil, têm uma eleição pela frente e a ação do governo foi no sentido de evitar que acontecesse aquilo que se temia, ou seja, uma corrida em busca de produtos, e, na falta deles, houvesse o mercado negro e voltasse a inflação.

Podem alegar que o cidadão quer adquirir uma televisão, e tem dinheiro para isso e agora o governo não garante o preço. Mas não há mais televisão disponível em quantidade suficiente. No ano passado, até dezembro, o Brasil produziu e vendeu dois milhões e seiscentos mil aparelhos de televisão. Neste ano, até setembro, o Brasil produziu e vendeu quatro milhões e trezentos mil aparelhos de televisão. Não existe mais o produto e permitir que o governo dê dinheiro para financiar a comprá-lo em vinte meses é cair no mercado negro.

Portanto, evitar o acesso ao crédito, a fim de que a procura não seja maior que a oferta foi uma questão racional. O Ministro foi à televisão, na sexta-feira passada, a nosso pedido e do Presidente Itamar, fez essa exposição e saiu-se magnificamente bem.

Fala-se, por exemplo, que o pobre quer comprar automóvel. Nós estávamos produzindo setecentos mil veículos e agora estamos produzindo um milhão e trezentos mil. Estamos produzindo carro popular em regime de 24 horas, em três turnos por dia. Mas o ágio está em 46%.

**O Sr. João Calmon** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

**O SR. PEDRO SIMON** – Com o maior prazer, nobre Senador João Calmon.

**O Sr. João Calmon** – Nobre Senador Pedro Simon, desempenhar o papel de Líder do Governo, em alguns momentos, é uma tarefa extremamente difícil. Nesta hora, V. Ex.<sup>a</sup> está justificando a corajosa medida tomada pelo Presidente Itamar Franco em circunstâncias extremamente dramáticas. O Rio de Janeiro já foi a Cidade Maravilhosa, cantada em uma marchinha imortal de André Filho. Depois, passou a ser uma cidade sitiada, uma cidade massacrada, inicialmente pelos bicheiros, que chegaram a controlar a festa popular mais fabulosa do mundo, que é o carnaval. A situação foi se agravando de maneira tão insuportável que para sediar a ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – foi necessário mobilizar não apenas o Exército, mas também a Marinha, a Aeronáutica, a fim de que a cidade – que continua, apesar dos pesares, maravilhosa – pudesse garantir a integridade física dos participantes do Congresso. A situação no Rio tornou-se tão dramática, tão trágica, que o Presidente Itamar Franco, num momento de feliz inspiração, mostrando ser credor da gratidão do povo brasileiro, tomou a decisão que V. Ex.<sup>a</sup> está defendendo de maneira tão brilhante. Não era possível que a antiga Cidade Maravilhosa se transformasse no paraíso da cocaína, da maconha, da criminalidade, da corrupção, atingindo até uma das festas mais populares do mundo, que é o carnaval. Por isso mesmo, nobre Senador Pedro Simon, desejo felicitá-lo efusivamente pelo seu pronunciamento na tarde de hoje, que não contribui, de forma nenhuma, para melhorar ainda mais a sua imagem, porque V. Ex.<sup>a</sup> é a própria personificação do Líder corajoso, que não recua diante da defesa de teses, às vezes, ingratas, mas que o deixam em paz com a sua consciência de cidadão e de patriota. Por isso mesmo, desejo transmitir aqui, em nome do meu Estado, o Espírito Santo – que, às vezes, sofre invasões da área conturbada do Rio de

Janeiro –, que essa decisão realmente mostra que o Presidente Itamar já conquistou um lugar de relevo na História do nosso País, vencendo a sua modéstia e, eu diria, a sua timidez. Posso prestar a V. Ex.<sup>a</sup>, neste momento, um depoimento que completa esse retrato de modéstia ou de humildade do Presidente Itamar Franco. Muitas vezes, pessoas bondosas ou generosas atribuem a mim a responsabilidade exclusiva pela apresentação de uma proposta de emenda à Constituição vinculando um percentual mínimo da receita de impostos federais, estaduais e municipais para a Educação. Entretanto, já declarei neste plenário que a minha primeira tentativa de conseguir aprovação dessa emenda fracassou inteiramente, porque, embora tivesse conseguido obter a assinatura de 78 Srs. Senadores, desgraçadamente para a Educação deste País e para o autor dessa iniciativa, na hora da votação, compareceram apenas 19 Senadores e a emenda foi rejeitada por falta de quorum. À época, o Senador que mais me pressionou, que maior número de vezes me fez apelos, às vezes em tom dramático, no sentido de que eu re-presentasse a emenda foi o atual Presidente da República, o então Senador Itamar Franco. Não estou dizendo isso pela primeira vez, já o fiz neste mesmo plenário quando, finalmente, foi aprovada a minha emenda, tendo depois, inclusive, conseguido o aumento daqueles percentuais durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Tive a oportunidade de proclamar o papel relevante que Itamar Franco desempenhou na conquista desse percentual da receita de impostos para a Educação, num momento em que o Brasil estava abaixo de 79 países em dispêndios públicos para a Educação em relação ao Produto Nacional Bruto. Neste momento, V. Ex.<sup>a</sup> nem precisa defender o Presidente da República. V. Ex.<sup>a</sup> está apenas utilizando argumentos que são incontestáveis para defender a legalidade e a justiça dessas providências do Presidente Itamar Franco; providências que eram realmente imperativas, porque estávamos e estamos, até este momento, no limiar de uma convulsão social no Rio de Janeiro, que precisa voltar a ser, como todos desejamos, a Cidade Maravilhosa.

**O SR. PEDRO SIMON** – Agradeço o importante e afetuoso aparte de V. Ex.<sup>a</sup>. Quero dizer que V. Ex.<sup>a</sup> sintetizou realmente o significado dessa decisão, que não foi traumática – como imaginavam alguns –, mas foi de entendimento recíproco, como quiseram o Presidente da República e o Governador do Rio de Janeiro.

Faço questão de salientar que o Presidente Itamar tem uma preocupação angustiante com os problemas sociais do Rio de Janeiro, com a situação difícil em que vive a cidade, desde a transferência da Capital do País. Está no esquema do Presidente Itamar Franco, junto com o Presidente Fernando Henrique – já os vi conversando –, estudar uma fórmula, talvez criando uma comissão entre os Governos Federal e Estadual, para analisar a outra questão a que se referiu o Senador Josaphat Marinho – as dificuldades da cidade e do interior do Rio de Janeiro –, e estudar maneiras de como e quando o Governo Federal auxiliar o Rio de Janeiro. Não foi feito isso agora porque deve haver duas etapas.

Quanto à segunda questão, foi interessante deixá-la para depois da eleição para que não tivesse uma conotação de que aquilo estaria sendo feito com relação a A, B ou C. Isso está dentro do esquema do Presidente Itamar Franco.

Sr. Presidente, há uma manchete que considero importante e que peço para constar dos Anais: "Real eleva a venda de produto popular". Esta é uma questão fundamental. Está acontecendo? Sim, está acontecendo. É difícil? Sim. É complexo? Sim. Tem que debater? Tem que debater. Temos que aprender a viver em um País sem inflação. É necessário o debate com os oligopólios, com os grupos organizados, com a mentalidade de se ganhar dinheiro somente na poupança. Essa mentalidade deve ser modificada, e es-

tamos caminhando para isso.

Estamos vivendo uma nova realidade: regime militar, arbítrio, democracia, anistia, eleição direta, combate à corrupção, um governo sério, plano real, estabilidade sócio-econômica. Agora, as modificações são necessárias. Não tenho nenhuma dúvida.

Semana passada, lançamos a publicação a obra e a biografia do Senador Alberto Pasqualini. Naquela ocasião, eu afirmava que o momento era agora, porque a vida e a biografia de Pasqualini é a preocupação com o social. Dizia ainda que o ano que vem, no Brasil, será o ano do social. Vamos confiar que, se Deus quiser, a democracia será estável, a economia estabilizada e desenvolvida, um Governo sério será feito pelo Senador Fernando Henrique. Vamos deixar o bolo crescer para distribuir a riqueza de novo, ou vamos fazer a distribuição de justiça social, com a equanimidade de uma política mais justa e mais fraterna?

O momento é este. Concorro com o Betinho quando ele diz que temos que nos preocupar com o social. Sim, esse deve ser o nosso objetivo. Temos que nos preocupar com uma filosofia, com formação de mentalidade. Isso está na proposta apresentada pelo Presidente Itamar e assinada pelo Governador Nilo Batista. Os dois estão dentro dessa tese.

Demonstrei ao Governador que poderia haver duas interpretações: a primeira, por que o Rio? Por que não o Rio Grande do Sul ou São Paulo? E a outra: é o Rio, por ser a cidade de que gostamos, que tem prioridade em nossas preocupações e está em primeiro lugar como exemplo de colaboração e não como exemplo de um ato de violência.

O Sr. Amir Lando – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Com o maior prazer, Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando – Nobre Senador Pedro Simon, V. Exª aborda um tema que é preocupação nacional. A violência hoje é uma psicose social. Talvez o problema que mais aflija a sociedade brasileira hoje, segundo estatísticas, seja a violência. E como atacá-la? Como abordar essa questão? É evidente que essa solução emergencial para uma situação de crise aguda, como está no Rio de Janeiro, foi estabelecida com critérios, com equilíbrio, sobretudo do Presidente da República, que não se assomou de nenhuma solução mágica, imperial, para promover uma intervenção que, às vezes, poderia arrastar o sistema federativo. De modo que o aplauso por essa ação sempre voltada para o interesse comum, para o interesse geral da Nação, que o Presidente Itamar Franco demonstrou, nesse apagar das luzes do seu Governo, com a prudência de um homem que está olhando para o Brasil, para os problemas deste País e não para si próprio, para o âmbito interior do poder. Por isso, V. Exª tem toda razão quando destaca o papel e a personalidade do Presidente da República. Em ações como essas é que se revelam os estadistas. Mas não há dúvida de que o problema também exige uma reflexão mais ampla, e V. Exª abordou alguns pontos essenciais. Eu diria que isso me parece o óbvio. Ainda Beccaria, há alguns séculos, quando escreveu sobre o Tratado dos Delitos e das Penas, exatamente a colocação do Direito Penal começa por uma abordagem da injustiça social que, já naquele tempo, ele registra com letras gigantes. Talvez agora tenhamos que dar essa solução, combater os criminosos. No entanto, é imperativo combater a criminalidade, e essa tem raízes sociais, econômicas. Chegou a hora, quando o Brasil já não suporta mais, quando o estado de beligerância se estabelece entre a delinquência e outra parte da sociedade que, talvez, também participe de uma delinquência, porque essa acumulação do capital nem sempre é lícita e legal como se imagina. De qualquer sorte, creio que é preciso a legitimidade de um governo comprometido com a justiça social, que

realmente dê uma solução ou encaminhe as soluções. Acredito que dar as soluções seria uma pretensão demasiada. Todavia, neste ponto, também não há como negar que o Presidente Itamar Franco colocou, ao menos em nível de discussão e de encaminhamento, esses problemas. Devemos continuar. Saio da política, mas permanecerei nesta luta, porque entendo que isso também cabe à sociedade civil, cabe a todo aquele que têm um compromisso com a Nação brasileira. Penso que essa parceria é fundamental, porque fora daí não adianta combater e eliminar os criminosos. Eles, como geração espontânea, continuarão a vir à tona, porque as condições objetivas é que propiciam exatamente o florescimento desse tipo de comportamento social criminoso. Parabênz, pois, V. Exª e, através de V. Exª, o Presidente da República, e o Ministro da Justiça, Dr. Alexandre Dupeyrat, que, com sabedoria, encaminhou uma solução plausível dentro do regime constitucional, dentro do regime federativo e, sobretudo, até agora, sem uma ofensa ao Direito e à Justiça.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço muito o aparte de V. Exª, que muito me honra.

Antes, porém, de encerrar, ressalto, que em relação à decisão V. Exª, de deixar a política, voltarei a esta tribuna. Temos que analisar muito o resultado das eleições. Campanha eleitoral é isso; eleição é resultado popular. Contudo, muitas vezes temos que sentir e sofrer, por razões as mais variadas, vendo pessoas como V. Exª, como os Senadores José Paulo Bisol e João Calmon, que não retornam ao seu lugar de direito, que tanto honraram e honram, que é o Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, um outro assunto que me traz a esta tribuna na tarde de hoje.

No dia 25 de outubro próximo passado, tomei a iniciativa de sugerir ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Itamar Franco, a expedição de Medida Provisória instituindo a Ouvidoria-Geral da República.

Trata-se, Senhor Presidente, da criação de uma instância a que a população em geral, diretamente ou através de órgãos representativos de seus segmentos, tenha acesso ao Poder Público para apresentação de denúncias, reclamações, recomendações e sugestões.

Tal iniciativa eu já a tomara anteriormente, quando propus a esta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 351, de 25 de outubro de 1991, portanto, há exatamente três anos atrás. Este projeto logrou parecer favorável junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, estando, desde então pendente de exame por aquela Comissão.

Diante disso, achei por bem levar a sugestão ao Presidente da República, que decidiu acolhê-la, prontamente, devendo expedir a Medida Provisória correspondente.

Considero, Srs. Senadores, ser esta uma iniciativa de alta importância, dentro do processo de moralização dos serviços públicos, de vez que irá facilitar ao cidadão comum o acesso aos mecanismos de controle da Administração, através do qual poderá exercer um importante papel fiscalizador.

Esta deverá ser, portanto, mais uma medida do Governo Itamar Franco no propósito de dotar a Administração Pública de instrumentos de fiscalização e controle que afastem, em definitivo, a fraude e a má gestão dos negócios públicos.

E, para que fique registrado nesta Casa, solicito a V. Exª, Sr. Presidente, autorize a transcrição nos Anais, da proposição e da mensagem através da qual fiz seu encaminhamento ao Senhor Presidente da República.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PEDRO SIMON EM SEU DISCURSO:



Brasília, 25 de outubro de 1994

Excelentíssimo Senhor  
Dr. Itamar Franco  
DD. Presidente da República  
Brasília - DF

Senhor Presidente,

Em 25 de outubro de 1994, apresentei no Senado projeto de lei instituindo a Ouvidoria-Geral da República, semelhante à existente no Governo do Rio Grande do Sul. Entre as suas atribuições estaria a de apurar denúncias sobre irregularidades na administração, a correção de abusos e o aperfeiçoamento das formas de participação popular e comunitária nos processos de decisão e execução de serviços públicos. Esse projeto não pôde ser aprovado porque cabe ao Presidente da República, de acordo com a Constituição, a iniciativa de matérias que objetivem a criação de cargos públicos.

Um ano depois, com a CPI para apurar denúncias do Sr. Pedro Collor contra o empresário Paulo César Farias, o País tomou conhecimento de graves irregularidades ocorridas no Governo do Presidente Fernando Collor. Essa CPI demonstrou que o sistema de controle dos recursos públicos tinha de ser aprimorado e Vossa Excelência tomou duas providências da maior importância: propôs a criação do Sistema Federal de Controle Interno e instituiu a Comissão Especial de Investigação.

Honra-me, Senhor Presidente, ter examinado com Vossa Excelência essas duas providências. A primeira foi, também por mim, proposta ao Congresso Nacional em 25 de outubro de 1991, na mesma data, portanto, da Ouvidoria Geral da República. A diferença maior entre a proposta de Vossa Excelência e a minha é que considero necessário que o responsável pelo sistema tenha mandato aprovado pelo Senado, e seja vinculado diretamente à Presidência da República.

Em relação à Comissão Especial de Investigação, criada por Vossa Excelência para apurar as denúncias de corrupção, na área do Executivo houve, desde o início, ampla concordância. Participei, Senhor Presidente, da reunião em que Vossa Excelência decidiu instituí-la, convocando o Senhor Ministro da Justiça, Alexandre de Paula Dupeyrat Martins, para examiná-la sob o aspecto jurídico.

Em pouco tempo, Senhor Presidente, essa Comissão demonstrou sua importância no combate às irregularidades. O inquérito sobre as empreiteiras revelou superfaturamento de obras e até o pagamento de trechos não realizados. É evidente, pois, que Vossa Excelência agiu com muito acerto ao instituir essa Comissão, que não pode ser extinta nem ficar sem estrutura adequada. É por isso que estou propondo sua vinculação ao Ouvidor-Geral da República, que passaria a ser o seu Presidente, no projeto que estou submetendo a Vossa Excelência.

Nos termos da proposição em referência, será instituída uma Ouvidoria-Geral que, por sua vinculação à Presidência da República, será, segundo expressão já consagrada, "os olhos e ouvidos" da nação, com atuação marcante na prevenção e correção de erros, omissões e abusos de agentes públicos, assim como no acompanhamento, fiscalização e melhoria de qualidade dos serviços públicos prestados à coletividade.

A fim de prevenir eventuais conflitos de atribuições, a Ouvidoria-Geral, cuja criação ora proponho, voltará sua ação exclusivamente para o funcionamento da Administração Federal e o desempenho de seus agentes, preservando-se, assim, as competências de instituições como o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União.

A Ouvidoria, como se pode perceber, tem como referência

o Ombudsman (Justitieombudsman), surgido na Suécia com a Constituição de 1809, a fim de exercer controle da Administração, nos termos do art. 96 da citada Lei Fundamental: "Controlar a observância das leis pelos tribunais e funcionários e processar, junto aos tribunais competentes, conforme as leis, aqueles que no exercício de suas funções tenham, por parcialidade, favor ou qualquer outro motivo, cometido ilegalidades ou negligenciado o cumprimento adequado de seus deveres de ofício.

Tão profícua foi a atuação do Justitieombudsman, que o reino sueco instituiu, posteriormente, o Militeombudsman (para assuntos militares), sendo de assinalar ainda a criação, naquele mesmo país, do Ombudsman dos consumidores, do Ombudsman da liberdade econômica e do Ombudsman da imprensa.

A instituição, dado o prestígio adquirido ao longo do tempo, se espalhou para países de vários continentes, sendo adotada não só na Finlândia, Dinamarca e Noruega, como também na Alemanha, Inglaterra, Canadá, EEUU, França, Portugal, Espanha e Israel.

Tenho para mim, Senhor Presidente, que a criação da Ouvidoria-Geral da República será o coroamento das ações moralizadoras adotadas por Vossa Excelência à frente do Governo Federal. Medida de inequívoca relevância e urgência, dará a indispensável continuidade ao profícuo trabalho que a Comissão Especial de Investigação, ora em funcionamento, vem realizando em prol do saneamento da Administração.

Respeitosamente, - Senador Pedro Simon, Líder do Governo.

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº , DE DE 1994

#### Institui a Ouvidoria-Geral da República e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º É instituída a Ouvidoria-Geral da República, vinculada à Presidência da República.

Art. 2º A Ouvidoria-Geral da República compete acolher, processar e encaminhar, de ofício, aos titulares de Ministérios, Secretarias e demais órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, indireta e fundacional, bem como concessionários e permissionários de serviços públicos, após avaliação, denúncias, reclamações e recomendações que visem:

I - a correção de erros, omissões ou abusos de agentes públicos;

II - a instauração de procedimentos disciplinares para a apuração de ilícitos administrativos;

III - a prevenção e a correção de atos e procedimentos incompatíveis com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos da Administração;

IV - a fiel observância dos deveres e proibições funcionais estabelecidos na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dos preceitos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994;

V - o resguardo dos direitos dos usuários de serviços públicos;

VI - a disseminação e o aperfeiçoamento das formas de participação popular e comunitária, no acompanhamento e fiscalização da prestação de serviços públicos;

VII - a melhoria dos serviços públicos em geral.

Art. 3º Ressalvadas as disposições peculiares desta medida provisória, o Ouvidor-Geral da República terá os mesmos direitos, prerrogativas e remuneração de Ministro de Estado, sendo a sua

nomeação efetuada pelo Presidente da República, entre brasileiros de notórios conhecimentos jurídicos e reputação ilibada, para mandato de 2 (dois) anos, após aprovação da indicação pela maioria absoluta do Senado Federal, permitida uma recondução, precedida de nova decisão do Senado Federal.

§ 1º A exoneração do Ouvidor-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 2º O Ouvidor-Geral será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Ouvidor-Geral Adjunto, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ouvidor-Geral.

Art. 4º Incumbe ao Ouvidor-Geral da República, sempre que necessário ao exercício de suas funções:

I – requisitar documentos e informações às autoridades, órgãos e entidades mencionados no art. 2º;

II – determinar a realização das inspeções e diligências investigatórias que reputar indispensáveis;

III – determinar às Comissões de Ética a que se refere o art. 2º do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, a instauração de procedimentos disciplinares, cobrando-lhes, em prazo razoável, os resultados de tais procedimentos;

IV – determinar, no curso de inspeção ou investigação, a suspensão do exercício do cargo ou função ocupada pelo servidor responsável, propondo-a ao Presidente da República quando se tratar de autoridade mencionada no art. 2º

§ 1º É assegurado ao Ouvidor-Geral da República e aos agentes por ele designados, quando no exercício de suas atribuições, livre acesso às dependências de órgãos ou entidades públicas e aos arquivos, bancos de dados e documentos necessários às suas inspeções ou investigações.

§ 2º Nenhuma autoridade poderá opor, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo às requisições do Ouvidor-Geral da República, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do documento ou do dado que lhe seja fornecido.

§ 3º A falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ouvidor-Geral da República implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa.

Art. 5º O Ouvidor-Geral da República, sem prejuízo das comunicações que reputar conveniente encaminhar, a qualquer tempo, ao presidente da República, apresentará, anualmente, relatório circunstanciado de suas atividades, no qual enfatizará as medidas que entender apropriadas para a melhoria do funcionamento da Administração e da qualidade dos serviços públicos.

Art. 6º As sugestões, reclamações e denúncias serão dirigidas diretamente à Ouvidoria-Geral da República e deverão ser formuladas por escrito ou por meio eletrônico, acompanhadas, sempre que possível, de documentos que as corroborem.

§ 1º O Ouvidor-Geral da República determinará o arquivamento das sugestões, reclamações ou denúncias que considerar irrelevantes ou sem fundamento.

§ 2º Serão comunicados ao Tribunal de Contas da União os resultados da apuração de denúncias que configurem ilegalidade na utilização, arrecadação, guarda, gerenciamento ou administração de dinheiros, bens e valores públicos.

§ 3º Quando houver prova ou indício de cometimento de ilícito penal, serão os fatos comunicados diretamente ao Procurador-Geral da República, ajuizando ao Ouvidor-Geral da República a ação penal subsidiária, se verificada a hipótese do art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal.

§ 4º Sempre que comprovar a prática de ilícito ou infração a qualquer dos deveres ou proibições estatuídos na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, o Ouvidor-Ge-

ral da República a comunicará, de ofício, ao órgão ou setor de pessoal competente, a fim de que conste, obrigatoriamente, dos assentamentos do servidor responsável.

Art. 7º A Comissão Especial instituída pelo Decreto nº 1.001, de 6 de dezembro de 1993, com a modificação introduzida pelo Decreto nº 1.037, de 6 de janeiro de 1994, passa a integrar a Ouvidoria-Geral da República, sob a presidência do titular da Ouvidoria-Geral.

Art. 8º São criados os cargos e funções gratificadas constantes dos Anexos I e II desta medida provisória.

Parágrafo único. Enquanto não dispuser de quadro próprio de pessoal, a Ouvidoria-Geral da República poderá requisitar, em caráter urgente e irrecusável, servidores de órgãos ou entidades da Administração Federal, assegurados, ao servidor cedido, todos os direitos e vantagens a que faz jus no órgão ou entidade de origem, inclusive promoção.

Art. 9º Decreto do Poder Executivo detalhará a estrutura, as atribuições e o funcionamento da Ouvidoria-Geral da República.

Art. 10. Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

#### ANEXO I

Cargos	Código	Quantidade
Ouvidor-Geral da República	Especial	1
Ouvidor-Geral Adjunto	DAS 101.6	1
Chefe de Gabinete	DAS 101.5	1
Coordenador Geral	DAS 101.4	2
Coordenador	DAS 101.3	3
Assessor do Ouvidor-Geral	DAS 101.3	2
Assessor do Ouvidor-Geral Adjunto	DAS 101.2	1

#### ANEXO II

Cargos	Código	Quantidade
Assistente	FG 1	6
Assistente	FG 2	3
Assistente	FG 3	5

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jaques Silva.*

#### COMPARECEM MAIS OS SRS:

Josaphat Marinho – Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – A Presidência dispensa na presente sessão o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174, do Regimento Interno.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 806, de 1994, lido no Expediente, de autoria do nobre Senador Mauro Benevides.

Solicito ao nobre Senador Gilberto Miranda parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB – AM. Para proferir parecer. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup> e Srs. Senadores, o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável à participação do Senador Mauro Benevides na 49ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, representando o Senado Federal.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jacques Silva) – O parecer é favorável.

A votação do requerimento fica adiada por falta de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** (Jacques Silva) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária do dia 3 de novembro de 1994 a seguinte

## ORDEM DO DIA

### - 1 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1994 (nº 250/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Independente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Áureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

### - 2 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

### - 3 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro,

pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

### - 4 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

### - 5 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

### - 6 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

### - 7 -

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

- 8 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 7, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Cultura de Timbó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação.

- 9 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 9, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

- 10 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 10, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Urbano Thiesen para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 11 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 11, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Verdes Mares para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

- 12 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 12, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 13 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº  
18, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

- 14 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 19, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

- 15 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 23, DE 1994**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Montanhês de Botelhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de Educação.

- 16 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 24, DE 1994**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova

o ato que outorga permissão à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portella, em substituição à Comissão de Educação.

- 17 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1993 (nº 277/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida ao Sistema Nova Era de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Borazópolis, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 18 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1993 (nº 268/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Vila Real Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 19 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1993**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 20 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1993 (nº 313/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mariana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 21 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1994 (nº 303/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Paulo Afonso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 22 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1994 (nº 266/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Nova Terra de Radiodifusão Ltda., atualmente denominada Rede Fênix de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 23 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1994 (nº 292/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 24 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1994**

(Incluído em Ordem do dia, nos termos do art. 375, VIII, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1994 (nº 344/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Campos Dourados FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Medianeira, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 25 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1994 (nº 296/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra Negra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 26 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1994**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1994 (nº 4.672/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 27 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1994**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1994 (nº 4.468/94, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a orga-

nização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede em Belém - PA, e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

- 28 -

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1994 (nº 4.604/94, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que inclui as categorias funcionais de Auxiliares de Transporte, Administrativo, de Vigilância e Artesanato no Nível de Assistente, e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

- 29 -

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1994-CN

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1994-CN, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

- 30 -

#### OFÍCIO Nº S/72, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/72, de 1994, do Senhor Presidente do Banco Central, encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de São Paulo, relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, destinadas à liquidação de precatórios judiciais. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 31 -

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 1993 (nº 1.568/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão de desconto nos valores dos ingressos em espetáculos culturais e artísticos para pessoas idosas ou portadores de deficiência física, tendo

Parecer, sob nº 150, de 1994, da Comissão

- de Assuntos Sociais, favorável com Emendas de nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

- 32 -

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 1991-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Mansueto de Lavor, que regulamenta o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

- 33 -

#### REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 1993

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de

1993, do Senador João Rocha, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que altera o art. 48 da Lei nº 4.504, de 10 de novembro de 1964, para permitir a redução do imposto incidente sobre terras arrendadas.

- 34 -

#### REQUERIMENTO Nº 1.317, DE 1993

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.317, de 1993, do Senador João França, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre isenção do Imposto de Renda para bolsas de estudos de médicos residentes e remuneração de estudantes em estágio para complementação de estudos universitários.

- 35 -

#### REQUERIMENTO Nº 1.318, DE 1993

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.318, de 1993, do Senador João Rocha, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que altera a redação do art. 15 da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, que "dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências".

- 36 -

#### REQUERIMENTO Nº 1.320, DE 1993

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.320, de 1993, do Senador João Rocha, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 101, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que regulamenta o § 3º do art. 43 da Constituição, assegurando o incentivo da União à recuperação de terras áridas nas regiões de baixa renda, e a cooperação com os pequenos e médios proprietários rurais para que suas glebas sejam dotadas de fontes de água e de pequena irrigação, e dá outras providências.

- 37 -

#### REQUERIMENTO Nº 1.321, DE 1993

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.321, de 1993, do Senador João Rocha, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que "altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências".

- 38 -

#### REQUERIMENTO Nº 1.335, DE 1993

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.335, de 1993, do Senador João França, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre o relatório resumido da execução orçamentária, de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

- 39 -

**REQUERIMENTO Nº 484, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 484, de 1994, do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Presidente e do Secretário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), Dom Mauro Morelli, Bispo de Duque de Caxias, e Doutor Herbert de Souza (Betinho), para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, esclarecimentos sobre o quadro de mortalidade infantil no Brasil, especialmente nas regiões mais pobres, e apresentar as sugestões e medidas que o órgão proporá ao Senhor Presidente da República, com vistas a enfrentar tão grave questão.

- 40 -

**REQUERIMENTO Nº 680, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 680, de 1994, solicitando, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 122, de 1993, que cria a Comissão de Ciência e Tecnologia.

- 41 -

**REQUERIMENTO Nº 681, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 681, de 1994, do Senador Júlio Campos, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 56, de 1994, de iniciativa da Comissão Diretora, que ratifica a incorporação de vantagens dos servidores do Cegraf e Prodasen.

- 42 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 1994**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1994 (nº 3.383/92, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados, tendo

Parecer favorável, sob nº 196, de 1994, da Comissão - de Assuntos Sociais.

- 43 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1993 (nº 1.809/89, na Casa de origem), que altera a redação do parágrafo único do art.

354 da Consolidação das Leis do Trabalho. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.)

- 44 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 232, DE 1991**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

De autoria do Senador Jutahy Magalhães, que autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispensáveis à preservação ambiental, integrantes dos bens da União e dos Estados, na forma do art. 23, VI e VII, combinado com o art. 24, VI, da Constituição Federal. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.)

- 45 -

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 1992**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1992, de autoria da Senadora Júnia Marise, que submete a nomeação do Secretário da Receita Federal à prévia aprovação do Senado. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 46 -

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 1992**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

De autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos bens produzidos no Brasil e destinados à pesquisa científica e tecnológica. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 47 -

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que determina que os Institutos Médico-Legais comuniquem à Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência as mortes violentas ocorridas com crianças e adolescentes. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jacques Silva) - Esta encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h50min.)

## MESA

(Biênio 1993/94)

**Presidente:**  
INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL)

**1º Vice-Presidente:**  
ADYLSO MOTA (PPR)

**2º Vice-Presidente:**  
FERNANDO LYRA (PSB)

**1º Secretário:**  
WILSON CAMPOS (PSDB)  
**2º Secretário:**  
CARDOSO ALVES (PTB)  
**3º Secretário:**  
AÉCIO NEVES (PSDB)  
**4º Secretário:**  
B. SA (PP)

**Suplentes:**  
EDMAR MOREIRA (PP)  
  
FRANCISCO CCELHO (PFL)  
  
JOÃO TEIXEIRA (PL)  
  
ALCIDES MODESTO (PT)

### PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

#### PMDB

**Líder:** TARCÍSIO DELGADO

#### Vice-Líderes:

Germano Rigotto  
Aloísio Vasconcelos  
Euler Ribeiro  
Fernando Diniz  
Geddel Vieira Lima  
Gonzaga Mota  
João Almeida  
João Henrique  
João Fagundes

João Thomé  
José Luiz Clerot  
José Thomaz Nonô  
Mauro Miranda  
Neuto do Conto  
Rita Camata  
Roberto Valadão  
Valter Pereira  
Zaire Rezende

#### BLOCO PARLAMENTAR (PFL/PSC)

**Líder:** LUÍS EDUARDO

#### Vice-Líderes:

Arolde de Oliveira  
Antonio Holanda  
Antonio dos Santos  
Atila Lins  
Efraim Moraes  
Eraldo Tinoco  
Humberto Souto  
Jesus Tajra

Maluly Netto  
Maurício Calixto  
Messias Góis  
Nelson Morro  
Ney Lopes  
Paes Landim  
Roberto Magalhães  
Ronaldo Caiado

José Carlos Aleluia  
José Múcio Monteiro

Samery Filho

### PARTIDO PROGRESSISTA REFORMADOR

#### PPR

**Líder:** MARCELO ROMANO MACHADO

#### Vice-Líderes:

Amaral Netto  
Armando Pinheiro  
Basílio Villani  
Gérson Peres  
Eraldo Trindade  
Fernando Freire  
Francisco Dornelles

José Lourenço  
Pauderney Avelino  
Paulo Duarte  
Paulo Mandarino  
Roberto Campos  
Samir Tannus  
Victor Faccioni

### PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

#### PSDB

**Líder:** ARTUR DA TÁVOLA

#### Vice-Líderes:

Sigmaringa Seixas  
Flávio Arns  
Adroaldo Streck  
Jabes Ribeiro  
Sérgio Gaudenzi

Geraldo Alckimin Filho  
Luiz Máximo  
José Abrão  
Jackson Pereira



**PARTIDO POPULAR**

**PP**

**Líder: RAUL BELÉM**

**Vice-Líderes:**

Benedito Domingos (1º Vice)	Odelmo Leão
Luiz Carlos Hauly	Marcelo Luz
José Linhares	Costa Ferreira
Valdenor Guedes	Vadão Gomes
Mário Chemont	Wagner do Nascimento

**PARTIDO DO TRABALHADOR**

**PT**

**Líder: JOSÉ FORTUNATI**

**Vice-Líderes:**

Chico Vigilante	Luiz Gushiken
Éden Pedroso	Nilmário Miranda
Eduardo Jorge	Valdir Ganzer
Jaques Wagner	

**PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA**

**PDT**

**Líder: LUIZ SALOMÃO**

**Vice-Líderes**

Beth Azize (1º Vice)	Benedito de Figueiredo
Carlos Lupi	Edson Silva
Paulo Ramos	Mendonça Neto
Giovanni Queiroz	

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**

**PTB**

**Líder: NELSON TRAD**

**Vice-Líderes:**

Roberto Jefferson (1º Vice)	Paulo Heskander
Carlos Kayath	João Mendes
Elisio Curvo	Bonifácio de Andrada

**PARTIDO LIBERAL**

**PL**

**Líder: VALDEMAR COSTA NETO**

**Vice-Líderes:**

Jones Santos Neves (1º Vice)	João Teixeira
Getúlio Neiva	

**PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO**

**PSB**

**Líder: MIGUEL ARRAES**

**Vice-Líderes:**

Luiz Piauhyllino (1º vice)  
Roberto Franca

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**

**PSD**

**Líder: PAULO DE ALMEIDA**

**Vice-Líderes:**

Edi Siliprandi (1º Vice)  
Irani Barbosa

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**

**PC do B**

**Líder: HAROLDO LIMA**

**Vice-Líderes:**

Aldo Rebelo Sérgio Miranda

**PARÁGRAFO 4º, ART. 9º R.I.**

**PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL**

**PRN**

José Carlos Vasconcellos

**PPS**

**PSTU**

Ernesto Gradella

**PMN**

Jerônimo Reis

**PV**

Sidney de Miguel

**PRONA**

Regina Gordilho

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

**Líder: LUIZ CARLOS SANTOS**

**Vice-Líderes:**

Gassone Righi	Moroni Torgan
Raul Belém	Luiz Carlos Hauly
Roseana Sarney	

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Presidente: Deputado Nelson Markezelli (PTB)  
1º Vice-Presidente: Deputado Rose de Freitas (PSDB)  
2º Vice-Presidente: Deputado Valdir Colatto (PMDB)  
3º Vice-Presidente: Deputado Romel Anísio (PP)

#### Titulares

#### Suplentes

#### PMDB

Dejandir Dalpasquale  
Freire Júnior  
Hélio Rosas  
Ivo Mainardi  
Joni Varisco  
Lázaro Barbosa  
Moacir Micheletto  
Naphtali Alves de Souza  
Odacir Klein  
Valdir Colato

Abelardo Lupion (PFL)  
Antonio Barbara  
Haley Margon  
José Augusto Curvo  
Paulo Novaes  
Pinheiro Landim  
4 vagas

#### PFL

Adauto Pereira  
Aroldo Cedraz  
Francisco Coelho  
Iberê Ferreira  
Jonas Pinheiro  
Mavíael Cavalcanti  
Osvaldo Coelho  
Ronaldo Caiado  
Waldir Guerra

Antônio Ueno  
Cleonânicio Fonseca (PPR)  
Daniel Silva  
Fátima Pelaez  
Jorge Khoury  
José Múcio Monteiro  
Lael Varella  
Osório Adriano  
Rivaldo Medeiros

#### PPR

Amo Magarinos  
Avelino Costa  
Fábio Meirelles  
Hugo Biehl  
Leomar Quintanilha  
Tadashi Kuriki  
Victor Faccioni

Carlos Azambuja  
Fetter Júnior  
Luciano Castro  
Otto Cunha  
Paulo Mandarin  
Paulo Mourão  
Roberto Balestra

#### PSDB

Beraldo Boaventura  
Deni Schwartz  
Derval de Paiva (PMDB)  
Pedro Abrão (PTB)  
Rose de Freitas

Antônio Faleiros  
Flávio Ams  
Jabes Ribeiro  
Jayme Santana  
Wilson Moreira

#### PP

Augustinho Freitas  
Avenir Rosa  
Odelmo Leão  
Osvaldo Reis  
Romel Anísio

Delcino Tavares  
Edilson Fidélis  
Mauro Borges  
Pedro Valadares  
Reditário Cassol

#### PDT

Aldo Pinto  
Carlos Cardina  
Giovanni Queiroz  
Luiz Girão

Edson Silva  
Junot Abi-Ramia  
Vivaldo Barbosa  
1 vaga

#### PT

Adão Pretto  
Célia Mendes (PPR)  
Luci Choinaki

Alcides Modesto  
José Cicote  
Maria Laura

Pedro Tonelli

Tilda n Santiago

#### PTB

José Rezende  
Nelson Markezelli  
Roberto Torres

Camilo Machado  
Etevalda Grassi de Menezes  
Wilson Cunha

#### PL

Ribeiro Tavares  
Valdir Ganzer (PT)

Diogo Nomura  
João Teixeira

#### PSD

Pascoal Novaes

Edi Siliprandi

#### PSB

Álvaro Ribeiro

Philemon Rodrigues (PTB)

#### PC do B

João Thomé (PMDB)

Armando Costa (PMDB)

#### PRN

Zé Gomes da Rocha

José Carlos Vasconcellos

Secretária: Márcia Ferreira R. de Almeida  
Ramais: 6979/6978/6981  
Reunião: 4ª e 5ª feiras - 9 horas  
Plenário 114 (Bloco das Lideranças)

### COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Deputado Humberto Souto (PFL)  
1º Vice-Presidente: Deputado Luiz Moreira (PFL)  
2º Vice-Presidente: Deputado Aloísio Vasconcelos (PMDB)  
3º Vice-Presidente: Deputado Luciano Castro (PPR)

#### Titulares

#### Suplentes

#### PMDB

Aloísio Vasconcelos  
Domingos Juvenil  
João Almeida  
Jório de Barros  
Nelson Proença  
Pinheiro Landim  
Roberto Valadão  
Virmondes Cruvimel  
Wagner Rossi  
Walter Nory  
1 vaga

Antônio Britto  
Ary Kara  
Hélio Rosas  
Manoel Ribeiro  
Pedro Irujo  
6 vagas

#### PFL

Ângelo Magalhães  
Aroldo de Oliveira  
César Souza  
Humberto Souto  
José Jorge  
José Mendonça Bezerra  
Luiz Moreira  
Luiz Viana Neto  
Werner Wanderer

Aldir Cabral  
Antonio dos Santos  
Aracely de Paula  
Aroldo Cedraz  
Cesar Bandeira  
Ivânio Guerra  
Leur Lomanto  
Luciano Pizzatto  
Maurício Najar

#### PPR

Beto Mansur  
Eraldo Trindade

Celso Bernardi  
Cunha Bueno

José Luiz Maia  
Luciano Castro  
Pauderney Avelino  
Roberto Campos  
Samir Tannus

PSDB

Adroaldo Streck  
Aricosto Holanda  
João Faustino  
Koyu Iha  
Paulo Silva

PP

Carlos Sant'Anna  
Eduardo Matias  
José Diogo  
Laprovita Vieira  
Vadão Gomes

PDT

Aroldo Goes  
Edson Silva  
Fernando Lopes  
José Vicente Brizola

PT

Irma Passoni  
João Teixeira (PL)  
Lourival Freitas  
Tilden Santiago

PTB

Carlos Roberto Massa  
José Elias  
Paulo Heslander

PL

Fausto Rocha  
Getúlio Neiva

PSD

Matheus Iensen

PSB

Uldurico Pinto

PC do B

Mahuly Netto (PFL)

PRN

José Carlos Vasconcellos

Secretária: Maria Ivone do Espírito Santo  
Ramais: 6906/6907/6908/6910  
Reunião: 4ªs feiras - 10 horas - Plenário, sala 8

Gerson Peres  
Jose Teles  
Tadashi Kuriki  
Vitório Malta  
1 vaga

Jose Abrão  
Luiz Pontes  
Maurílio Ferreira Lima  
Waldir Pires  
1 vaga

Alberto Haddad  
Francisco Silva  
José Felinto  
Romel Anísio  
Sérgio Naya

Beth Azize  
Cidinha Campos  
Vital do Rêgo  
1 vaga

Florestan Fernandes  
Jaques Wagner  
José Fortunati  
1 vaga

Gastone Righi  
Roberto Torres  
1 vaga

João Melão Neto  
Robson Tuma

Edi Siliprandi

1 vaga

Abelardo Lupion (PFL)

Paulo Octávio

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Presidente: Deputado José Thomaz Nonô (PMDB)  
1º Vice-Presidente: Deputado José Dutra (PMDB)  
2º Vice-Presidente: Deputado Vilmar Rocha (PFL)  
3º Vice-Presidente: Deputado Carlos Kayath (PTB)

Titulares

Suplentes

PMDB

Ary Kara  
Felipe Neri  
João Natal  
José Dutra  
José Luiz Clerot  
José Thomaz Nonô  
Maurici Mariano  
Mendes Ribeiro  
Nelson Jobim  
Nestor Duarte  
Valter Pereira

Armando Viola  
Fernando Diniz  
Freire Júnior  
Gilvan Borges  
Henrique Eduardo Alves  
João Fagundes  
João Henrique  
Michel Temer  
Nicias Ribeiro  
2 vagas

PFL

Antônio dos Santos  
Délio Braz  
Ivan Burity  
Maurício Calixto  
Maurício Najár  
Ney Lopes  
Tony Gel  
Tourinho Dantas  
Vilmar Rocha

Everaldo de Oliveira  
Jesus Tajra  
Jonas Pinheiro  
José Falcão  
Luís Eduardo  
Mahuly Neto  
Nelson Morro  
Rubem Medina  
Rubem Bento

PPR

Gerson Peres  
Ibrahim Abi-Ackel  
Jose Burnett  
José Maria Eymael  
Oswaldo Melo  
Prisco Viana  
Vasco Furlan

Antonio Morimoto  
Armando Pinheiro  
Cleonacio Fonseca  
Fábio Meirelles  
Fernando Freire  
Jair Bolsonaro  
Roberto Campos

PSDB

Edmundo Galdino  
José Abrão  
Luiz Máximo  
Moroni Torgan  
Sigmaringa Seixas

Adroaldo Streck  
Deni Schwartz  
Fábio Feldmann  
João Faustino  
Paulo Silva

PP

Benedito Domingos  
Carlos Scarpelini  
Edison Fidélis  
Marcos Medrado  
Valdenor Guedes

Júlio Cabral  
Luiz Carlos Haully  
Mário Chermont  
Mário de Oliveira  
Vadão Gomes

PDT

Benedito de Figueiredo  
Beth Azize  
Paulo Ramos  
Wilson Müller

Carrion Júnior  
Liberato Caboclo  
Mendonça Neto  
1 vaga

PT

Edésio Passos  
Hélio Bicudo  
Hélcio Castello

José Dirceu  
Nilmário Miranda  
Pedro Tonelli

José Genóino Sandra Starling

**PTB**

Bonifácio de Andrada  
Carlos Kayath  
Gastone Righi

Ervin Bonkoski  
Israel Pinheiro  
Roberto Jefferson

**PL**

Oscar Travassos  
Robson Tuma

Agostinho Valente (PT)  
Ribeiro Tavares

**PSD**

Irani Barbosa

Edi Siliprandi

**PSB**

Roberto Franca

Nilson Gibson (PMN)

**PC do B**

Sérgio Miranda

Haroldo Lima

**PRN**

Euclydes Mello Ze Gomes da Rocha  
Secretário: Sergio Sampaio Contreiras de Almeida  
Ramais: 6922 a 6925

Reunião: 3ªs, 4ªs e 5ªs feiras - 10horas - Plenário, sala 1

#### **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR,**

##### **MEIO AMBIENTE E MINORIAS**

Presidente: Deputado Zaire Rezende (PMDB)  
1º Vice-Presidente: Deputado Neuto de Conto (PMDB)  
2º Vice-Presidente: Deputado Sandra Starling (PT)  
3º Vice-Presidente: Deputado Tuga Angerami (PSDB)

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Michel Temer  
Neuto de Conto  
Tarcisio Delgado  
Zaire Rezende  
Zila Bezerra

Rita Camata  
Valdir Colatto  
3 vagas

**PFL**

Etevaldo Nogueira  
Luciano Pizzatto  
Socorro Gomes (PC do B)  
2 vagas

Francisco Coelho  
Jandira Feghali (PC do B)  
Mauricio Calixto  
Mauro Fecury  
Samery Filho

**PPR**

Amaral Netto  
Eurico Ribeiro  
2 vagas

Avelino Costa  
Célia Mendes  
Hugo Biehl  
Sandra Cavalcanti

**PSDB**

Fábio Feldmann  
Marco Penaforte  
Tuga Angerami

Beraldo Boaventura  
Luiz Máximo  
Munhoz da Rocha

**PP**

Mário Chermont  
Raul Belém  
Reditário Cassol

Augustinho Freitas  
João Maia  
Nan Souza

**PDT**

José Carlos Coutinho  
1 vaga

Aroldo Goes  
Carlos Cardinal

**PT**

Jaques Wagner  
Sandra Starling

Benedita da Silva  
Paulo Delgado

**PTB**

1 vaga

Carlos Roberto Massa

**PL**

Valdemar Costa Neto

Nelson Bornier

**PV**

Sidney de Miguel

Paulo Bernardo (PT)

Secretário: Aurenilton Araruna de Almeida

Ramais: 6930/6931/6932/6933/6934/6935

Reunião: 4ªs feiras, 10horas - Sala 3- Anexo - II - Plenário 13

#### **COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Presidente: Deputado Miro Teixeira (PDT)

1º Vice-Presidente: Deputado Marino Clinger (PDT)

2º Vice-Presidente: Deputado Wilson Moreira (PSDB)

3º Vice-Presidente: Deputado Osório Adriano (PFL)

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Antonio Barbara  
Gonzaga Mota  
Homero Oguido  
João Fagundes  
Oswaldo Stecca  
Roberto Brant (PTB)

Adauto Pereira (PFL)  
Germano Rigoto  
Luís Roberto Ponte  
3 vagas

**PFL**

Darci Coelho  
Eraldo Tinoco  
Gilson Machado  
José Múcio Monteiro  
Osório Adriano  
Rubem Medina

Aroldo de Oliveira  
Gustavo Krause  
José Jorge  
Luiz Viana Neto  
Manoel Castro  
Waldir Guerra

**PPR**

Fetter Júnior  
Jarvis Gaidzinski  
Paulo Mourão  
Roberto Balestra

Delfim Netto  
Francisco Dornelles  
João Tota  
José Luiz Maia

**PSDB**

Saulo Coelho  
Vittorio Mediolli  
Wilson Moreira

Jackson Pereira  
Koyu Iha  
Sergio Gaudenzi

**PP**

Ermani Viana  
Lúcia Vânia  
Renato Johnsson

Edison Fidélis  
José Diogo  
1 vaga

**PDT**

Marino Clinger  
Miro Teixeira

Giovanni Queiroz  
Max Rosenmann

**PT**

Haroldo Sabóia  
João Melão Neto (PL)

Aloízio Mercadante  
Vladimir Palmeira

**PTB**

Ervin Bonkoski

Félix Mendonça

João Mendes		Pedro Abrão
	<b>PL</b>	
Jones Santos Neves		Getúlio Neiva
	<b>PSD</b>	
Luiz Dantas		Cleto Falcão
	<b>PSB</b>	
Basílio Villani (PPR)		Jamil Haddad
	<b>PPS</b>	
Roberto Freire		Sergio Arouca
	<b>PSC</b>	

Israel Pinheiro (PTB) 1 vaga  
 Secretária: Anamelia Ribeiro Correia de Araujo  
 Ramais: 7024 a 7026  
 Reunião: 4ªs feiras - 10horas - Plenário 112  
 (Bloco das Lideranças)

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente: Deputado Aécio de Borba (PPR)  
 1º Vice-Presidente: Deputada Ângela Amin (PPR)  
 2º Vice-Presidente: Deputado Ciro Nogueira (PFL)  
 3º Vice-Presidente: Deputado Adelaide Neri (PMDB)

**Titulares** **Suplentes**

	<b>PMDB</b>	
Adelaide Neri		Aldo Rebelo (PC do B)
Henrique Eduardo Alves		João Thomé
Ivandro Cunha Lima		José Belato
João Henrique		2 vagas
Renildo Calheiros (PC do B)		

	<b>PFL</b>	
Átila Lira		Ângelo Magalhães
Ciro Nogueira		Eraldo Tinoco
Evaldo Gonçalves		Mavíael Cavalcanti
Ézio Ferreira		Oswaldo Coelho
Roseana Sarney		1 vaga

	<b>PPR</b>	
Aécio de Borba		Arno Magarinos
Ângela Amin		Francisco Evangelista
Celso Bernardi		Marihu Guimarães (PFL)
Maria Valadão		Ronivon Santiago

	<b>PSDB</b>	
Flávio Ams		Ariosto Holanda
Osmânio Pereira		Artur da Távola
Ubiratan Aguiar		Tuga Angerami

	<b>PP</b>	
Mário de Oliveira		Costa Ferreira
Wagner do Nascimento		José Linhares

	<b>PDT</b>	
Carlos Lupi		José Vicente Brizola
Vivaldo Barbosa		Messias Soares

	<b>PT</b>	
Florestan Fernandes		Irma Passoni
Paulo Delgado		Lourival Freitas

	<b>PTB</b>	
Flávio Palmier da Veiga (PSDB)		Bonifácio de Andrada
1 vaga		1 vaga

	<b>PL</b>	
Álvaro Valle		Flávio Rocha
	<b>PSD</b>	
1 vaga		Irani Barbosa
Secretária: Celia Maria de Oliveira		
Ramais: 7010/7013 e 6903/6905		
Reunião: 4ªs feiras, 10horas - Plenário, sala 15		

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Deputado Reinhold Stephanes (PFL)  
 1º Vice-Presidente: Deputado Felix Mendonça (PTB)  
 2º Vice-Presidente: Deputado Delfim Netto (PPR)  
 3º Vice-Presidente: Deputado Max Rosenmann (PDT)

**Titulares** **Suplentes**

	<b>PMDB</b>	
Fernando Diniz		Alberto Goldman
Geddel Vieira Lima		Gonzaga Mota
Germano Rigotto		Jose Geraldo
Luís Roberto Ponte		Nelson Jobim
Luiz Carlos Santos		Odacir Klein
Pedro Novais		3 vagas
Pedro Tassis		

	<b>PFL</b>	
Benito Gama		Etevaldo Nogueira
Gustavo Krause		Gilson Machado
José Falcão		Humberto Souto
Manoel Castro		José Reinaldo
Mussa Demes		Tourinho Dantas
Reinhold Stephanes		Vilmar Rocha

	<b>PPR</b>	
Delfim Netto		Basílio Villani
Francisco Domelles		José Maria Eymael
José Lourenço		Paulo Mourão
Paulo Mandarino		Roberto Campos

	<b>PSDB</b>	
Jackson Pereira		Clóvis Assis
José Aníbal		Rose de Freitas
José Serra		Sérgio Machado

	<b>PP</b>	
Flávio Derzi		Carlos Camurça
Luiz Carlos Hauly		Laprovita Vieira
Sérgio Naya		Lúcia Vania

	<b>PDT</b>	
Carrion Júnior		Décio Knop
Max Rosenmann		Luiz Salomão

	<b>PT</b>	
Aloízio Mercadante		Luiz Gushiken
Eden Pedrosa		1 vaga

	<b>PTB</b>	
Félix Mendonça		Elisio Curvo

João Carlos Bacelar João Mendes

PL

Flávio Rocha Jones Santos Neves

PSD

Ricardo Murad Regina Gordilho (PRONA)

PSB

Sérgio Guerra Uldurico Pinto

PPS

Augusto Carvalho Roberto Freire

Secretária: Maria Linda Magalhães

Ramais: 6959/6960/6989

Reunião: 4<sup>as</sup> feiras - 10horas- Plenário, sala 5

### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Deputado Elias Murad (PSDB)

1º Vice-Presidente: Deputado Elisio Curvo (PTB)

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente: Deputado Francisco Diógenes (PMDB)

Titulares

Suplentes

PMDB

Francisco Diogenes

Gilvan Borges

Marcos Lima

Paulo Titan

Sérgio Brito (PSD)

Edison Andrino

Marcelo Barbieri

Mauro Miranda

2 vagas

PFL

Aracely de Paula

José Santana de Vasconcellos

Murilo Pinheiro

Sérgio Barcellos

Alacid Nunes

José Carlos Aleluia

Vicente Fialho

Werner Wanderer

PPR

Carlos Azambuja

Ricardo Izar

Vitório Malta

Eurico Ribeiro

Paulo Bauer

Victor Faccioni

PSDB

Elias Murad

Paulino Cícero de Vasconcellos

Aparecido Carvalho

Lézio Sathler

PP

José Felinto

Mauro Borges

Avenir Rosa

Marcelo Luz

PDT

José Maurício

Márcia Cibilis Viana

Sérgio Cury

Valdomiro Lima

PT

Agostinho Valente

Alcides Modesto

Adão-Pretto

Alceste Almeida (PTB)

PTB

Elisio Curvo

Leopoldo Bessone

PL

Ruben Bento (PFL)

Ribeiro Tavares

PSTU

Alberto Haddad (PP)

1 vaga

PRONA

Regina Gordilho

Matheus Jensen (PSD)

PMN

1 vaga

1 vaga

Secretária: Maria Eunice Torres Vilas Boas

Ramais: 6944/6946

Reunião: 4<sup>as</sup> feiras - 10horas - Plenário, sala 21

### COMISSÃO DE RELAÇÕES

#### EXTERIORES

Presidente: Deputado Salatiel Carvalho (PP)

1º Vice-Presidente: Deputado Júlio Cabral (PP)

2º Vice-Presidente: Deputado Genésio Bernardino (PMDB)

3º Vice-Presidente: Deputado José Teles (PPR)

Titulares

Suplentes

PMDB

Djenal Gonçalves (PSDB)

Genésio Bernardino

Hermínio Calvino

Luiz Henrique

Mauro Sampaio

Neif Jabur

Roberto Rollemberg

1 vaga

Felipe Neri

Laire Rosado

Luiz Carlos Santos

Murilo Rezende

4 vagas

PFL

Antônio Ueno

Efraim Moraes

Leur Lomanto

Messias Gois

Nelson Morro

Samney Filho

1 vaga

Átila Lins

Benito Gama

Evaldo Gonçalves

Ivan Burity

Paes Landim

Pedro Correa

Tony Gel

PPR

Cunha Bueno

Fernando Freire

João de Deus Antunes

José Teles

Oswaldo Bender

Fernando Carrion

José Lourenço

Oswaldo Melo

Pauderney Avelino

Paulo Duarte

PSDB

Artur da Távola

Jayme Santana

Jutahy Júnior

Waldir Pires

Flávio Palmier da Veiga

Paulino Cícero de Vasconcellos

Sigmaringa Seixas

Ubiratan Aguiar

PP

Costa Ferreira

Júlio Cabral

Pédro Valadares

Salatiel Carvalho

Carlos Sacarpelini

Mendes Botelho

Paulo Portugal

Wagner do Nascimento

PDT

Décio Knop

Élio Dalla-Vecchia

Mendonça Neto

Aldo Pinto

Amaury Müller

José Maurício

**PT**  
 Benedita da Silva  
 Luiz Gushiken  
 Sérgio Gaudenzi (PSDB)

**PTB**  
 Leopoldo Bessone  
 Rodrigues Palma

**PL**  
 Diogo Nomura

**PSD**  
 Cleto Falcão

**PSB**  
 Miguel Arraes

**PC do B**  
 Haroldo Lima

**PSC**  
 Augusto Farias

Eden Pedroso  
 Fausto Rocha (PL)  
 Hélio Bicudo

Carlos Kayath  
 Haroldo Sabóia (PT)

Álvaro Valle

Paulo de Almeida

Roberto Franca

Aldo Rebelo

1 vaga

Secretária: Andreia Maura Versiani de Miranda  
 Ramais: 6993 a 6996  
 Reuniões: 3ªs, 4ªs e 5ªs feiras, 10 horas – Plenário, sala 2

#### COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Deputado Laíre Rosado (PMDB)  
 1º Vice-Presidente: Deputado Nilton Baiano (PMDB)  
 2º Vice-Presidente: Deputada Fátima Pelaes (PFL)  
 3º Vice-Presidente: Deputado Clóvis Assis (PSDB)

**Titulares** **Suplentes**

**PMDB**

Antônio Britto  
 Armando Costa  
 Euler Ribeiro  
 Jorge Tadeu Mudalen  
 Laíre Rosado  
 Nilton Baiano  
 Paulo Novaes  
 Rita Camata  
 Zuca Moreira

Derval de Paiva  
 Genésio Bernardino  
 Herminio Calvino  
 Ivandro Cunha Lima  
 Mauro Sampaio  
 Merval Pimenta  
 3 vagas

**PFL**

Everaldo de Oliveira  
 Fátima Pelaes  
 Ivânio Guerra  
 Jairo Carneiro  
 Marilu Guimarães  
 Pedro Corrêa  
 Rivaldo Medeiros

Átila Lins  
 Darci Coelho  
 George Takimoto  
 Jairo Azi  
 Maurici Mariano (PMDB)  
 Orlando Bezerra  
 Ronaldo Caiado

**PPR**

Arnaldo Faria de Sá  
 Cleonânio Fonseca  
 Francisco Evangelista  
 Heitor Franco  
 Otto Cunha  
 Paulo Duarte

Ângela Amin  
 Javis Gaidzinski  
 Maria Valadão  
 Ricardo Izar  
 2 vagas

**PSDB**  
 Antônio Faleiros  
 Clovis Assis  
 Maurílio Ferreira Lima  
 1 vaga

**PP**  
 Delcino Tavares  
 Jofran Frejat  
 José Linhares  
 Paulo Portugal

**PDT**  
 Cidinha Campos  
 Liberato Caboclo  
 Lúcia Braga

**PT**  
 Eduardo Jorge  
 João Paulo  
 Paulo Bernardo

**PTB**  
 José Carlos Aleluia (PFL)  
 Roberto Jefferson

**PL**  
 Joaquim Sucena (PTB)

**PSD**  
 Olavo Calheiros (PMDB)

**PSB**  
 Jamil Haddad

**PC do B**  
 Jandira Feghali

**PPS**  
 Sérgio Arouca

**PSC**  
 Antônio Holanda

Carlos Sant'Anna (PP)  
 Geraldo Alckmin Filho  
 Marco Penaforte  
 Osmano Pereira

Edmar Moreira  
 Eduardo Matias  
 Ernani Viana  
 Renato Johnsson

Benedito de Figueiredo  
 Carlos Alberto Campista  
 Marino Clinger

Luci Choinacki  
 Paulo Paim  
 Waldomiro Fioravante

Reinhold Stephanes  
 Rodrigues Palma

Oscar Travassos

1 vaga

Ricardo Moraes

Sérgio Miranda

Augusto Carvalho

1 vaga

Secretária: Miriam Maria Bragança Santos  
 Ramais: 7016 a 7021  
 Reunião: 4ªs feiras, 10 horas – Plenário, sala 9

#### COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Deputado Paulo Rocha (PT)  
 1º Vice-Presidente: Deputado José Cicote (PT)  
 2º Vice-Presidente: Deputado Merval Pimenta (PMDB)  
 3º Vice-Presidente: Deputado Edi Siliprandi (PSD)

**Titulares** **Suplentes**

**PMDB**

Marcelo Barbieri  
 Mauri Sergio  
 Merval Pimenta  
 Wanda Reis

Alberto Goldman  
 João Almeida  
 Roberto Valadão  
 Zaire Rezende

2 vagas

Zila Bezerra  
1 vaga

PFL

Aldo Rebelo (PC do B)  
Luís Eduardo  
Maria Laura (PT)  
Maria Luiza Fontenelle (PSTU)  
1 vaga

Átila Lira  
Délio Braz  
Luiz Moreira  
Sérgio Barcellos  
Socorro Gomes (PC do B)

PPR

Jair Bolsonaro  
José Cicote (PT)  
Luiz Piauhyllino (PSB)  
Pedro Pavão

Arnaldo Faria de Sá  
Eraldo Trindade  
2 vagas

PSDB

Geraldo Alckmín Filho  
Jabes Ribeiro  
Waldomiro Fioravante (PT)

Edmundo Galdino  
Elias Murad  
José Anibal

PP

Edmar Moreira  
1 vaga

Odelmo Leão  
Valdenor Guedes

PDT

Amaury Müller  
Carlos Alberto Campista

Lúcia Braga  
Márcia Cibilis Viana

PT

Chico Vigilante  
Paulo Rocha

Edésio Passos  
João Paulo

PTB

Ernesto Gradella (PSTU)  
Etevalda Grassi de Menezes

José Carlos Sabóia (PSB)  
Nelson Marquezelli

PL

Paulo Paim (PT)

Carlos Santana (PT)

PSD

Edi Siliprandi

Irani Barbosa

Secretária: Talita Ieda de Almeida  
Ramais: 6987/6990/7004/7007

Reunião: 3ªs, 4ªs e 5ªs feiras, 10horas – Plenário, sala 11

### COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Deputado Sandra Cavalcanti (PPR)  
1º Vice-Presidente: Deputado Carlos Virgílio (PPR)  
2º Vice-Presidente: Deputado Sérgio Cury (PDT)  
3º Vice-Presidente: Deputado Nelson Bornier (PL)

Titulares

Suplentes

PMDB

Alberto Goldman  
Armando Viola  
José Belato  
José Maranhão  
Mário Martins  
Mauro Miranda  
Murik Rezende  
Nicias Ribeiro

Adelaide Neri  
Marcos Lima  
Nilton Baiano  
Paulo Titan  
Zuca Moreira  
5 vagas

Pedro Irujo  
Ronaldo Perim

PFL

Alacid Nunes  
Daniel Silva  
George Takimoto  
Hilário Coimbra (PTB)  
Jonival Lucas  
José Reinaldo  
Lael Varella  
Mauro Fecury  
Philemon Rodrigues (PTB)

Efraim Moraes  
Ezio Ferreira  
Jairo Carneiro  
José Mendonça Bezerra  
José Santana de Vasconcellos  
Murilo Pinheiro  
Mussa Demes  
2 vagas

PPR

Carlos Virgílio  
Fernando Carrion  
João Tota  
Paulo Bauer  
Sandra Cavalcanti  
Simão Sessim  
Telmo Kirst

Antonio Morimoto  
Beto Mansur  
João de Deus Antunes  
João Rodolfo  
Leomar Quintanilha  
Samir Tannus  
Vasco Furlan

PSDB

Aparecido Carvalho  
Laerte Bastos  
Lêzio Sahlner  
Luiz Pontes  
Munhoz da Rocha

José Serra  
Moroni Torgan  
Saulo Coelho  
Vittorio Mediolli  
1 vaga

PP

Francisco Silva  
João Maia  
Marcelo Luz  
Mendes Botelho  
1 vaga

Marcos Medrado  
Oswaldo Reis  
Salatiel Carvalho  
2 vagas

PDT

Messias Soares  
Sérgio Cury  
Valdomiro Lima

Carlos Lupi  
Fernando Lopes  
Luiz Girão

PT

Carlos Santana  
Vladimir Palmeira  
2 vagas

Chico Vigilante  
Hervécio Castello  
Valdir Ganzer  
1 vaga

PTB

Alceste Almeida  
Camilo Machado  
Francisco Rodrigues

José Elias  
2 vagas

PL

Manoel Ribeiro (PMDB)  
Nelson Bornier

José Egydio  
Maurício Campos

PSD

Paulo de Almeida

1 vaga

PSB

Ricardo Moraes

Alvaro Ribeiro

PC do B

Jairo Azi (PFL)

César Souza (PFL)



**PRN**

Paulo Octavio  
 Secretário: Moises Lobo da Cunha  
 Ramais: 6973/6976  
 Reunião: 4<sup>as</sup> feiras, 10horas - Plenário, sala 12

**COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL**

Presidente: Deputado Luciano Pizzatto (PFL)  
 1º Vice-Presidente: Deputado Aldir Cabral (PFL)  
 2º Vice-Presidente: Deputado Werner Wanderer (PFL)  
 3º Vice-Presidente: Deputada Etevalda Grassi de Menezes (PTB)

**Titulares** **Suplentes**

**PMDB**

Hélio Rosas	Euler Ribeiro
João Fagundes	Ivo Mainardi
João Thomé	João Henrique
Marcelo Barbieri	José Augusto Curvo
Mário Martins	2 vagas
Virmondes Cruvinel	

**PFL**

Alacid Nunes	Atila Lins
Aldir Cabral	Marilu Guimarães
Luciano Pizzatto	Paes Landim
Osório Adriano	Roberto Jefferson (PTB)
Werner Wanderer	Roberto Magalhães

**PPR**

Carlos Azambuja	Carlos Virgílio
Fábio Meirelles	José Luiz Maia
Fernando Carrion	Oswaldo Bender
Heitor Franco	Telmo Kirst

**PSDB**

José Aníbal	Jackson Pereira
Moroni Torgan	Marco Penaforte
Paulino Cícero de Vasconcellos	Paulo Silva

**PP**

Edmar Moreira	Benedito Domingos
Mauro Borges	Jofran Frejat
Valdenor Guedes	Raul Belém

**PDT**

Élio Dalla-Vecchia	Paulo Ramos
Vital do Rêgo	Wilson Müller

**PT**

José Genoíno	Hélio Bicudo
Orlando Bezerra (PFL)	José Dirceu

**PTB**

Etevalda Grassi de Menezes	Francisco Rodrigues
Robson Tuma (PL)	Paulo Heslander

**PL**

Maurício Campos	Welinton Fagundes
-----------------	-------------------

**PSD**

Ricardo Murad	Irani Barbosa
---------------	---------------

Secretária: Marci Bernardes Ferreira  
 Ramais: 6998/6999/7000  
 Reunião: 4ª feira - 9horas - Plenário, Sala 19

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO****URBANO E INTERIOR**

Presidente: Deputado Welinton Fagundes (PL)  
 1º Vice-Presidente: Deputado José Egydio (PL)  
 2º Vice-Presidente: Deputado Nan Souza (PP)  
 3º Vice-Presidente: Deputado Nilmário Miranda (PT)

**Titulares****Suplentes****PMDB**

Carlos Nelson	Homero Oguido
Edison Andriano	Jório de Barros
Haley Margon	Ronaldo Perim
José Augusto Curvo	Virmondes Cruvinel
1 vaga	1 Vagas

**PFL**

César Bandeira	Ciro Nogueira
Jorge Khoury	Iberê Ferreira
José Egydio (PL)	Jonival Lucas
Vicente Fialho	Messias Gois

**PPR**

Armando Pinheiro	José Burnett
João Rodolfo	Pedro Pavão
Ronivon Santiago	Prisco Viana

**PSDB**

Marcos Formiga	Jútahy Júnior
Sérgio Machado	Laerte Bastos

**PP**

Carlos Camurça	Djenal Gonçalves (PSDB)
Nan Souza	Flávio Derzi
1 vaga	Maria Luiza Fontenele (PSTU)

**PDT**

Junot Abi-Ramia	José Carlos Coutinho
Luiz Salomão	Miro Teixeira

**PT**

José Fortunati	Eduardo Jorge
Nilmário Miranda	Paulo Rocha

**PTB**

Paes Landim (PFL)	Hilário Coimbra
-------------------	-----------------

**PL**

Welinton Fagundes	Valdemar Costa Neto
-------------------	---------------------

**PSB**

1 vaga	Luiz Piauhyllino
--------	------------------

**PSTU**

Wilson Cunha (PTB)	Ernesto Gradella
--------------------	------------------

Secretário: Estevam dos Santos Silva  
 Ramal: 6976  
 Reunião: 3ª, 4ª e 5ª feiras as 10horas - Plenário 17

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### "DESTINADA A APURAR AS INÚMERAS IRREGULARIDADES NO INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS"

Proposição: REQ - 0013/91

Autor: Jackson Pereira

Presidente:

1º Vice-Presidente: Liberato Caboclo (PDT)

2º Vice-Presidente: Haroldo Sabóia (PT)

3º Vice-Presidente: Ivânio Guerra (PFL)

Relator: Jackson Pereira (PSDB)

#### Titulares

#### Suplentes

	<b>PFL</b>	
Everaldo de Oliveira		George Takimoto
César Bandeira		Maurício Najar
Ivânio Guerra		Rivaldo Medeiros

	<b>PMDB</b>	
Armando Costa		Nilton Bajano
Euler Ribeiro		Paulo Novaes
Vago		Zuca Moreira

	<b>PPR</b>	
José Lourenço		Pedro Pavão
Jair Bolsonaro		Tadashi Kuriki

	<b>PL</b>	
Nelson Bornier		Robson Tuma

	<b>PTB</b>	
Roberto Jefferson		Wilson Cunha

	<b>PDT</b>	
Liberato Caboclo		Cidinha Campos

	<b>PSDB</b>	
Jackson Pereira		Tuga Angerami

	<b>PT</b>	
Haroldo Sabóia		Paulo Bernardo

Secretário: Maria Auxiliadora Benevides Montenegro

Local: Anexo II - Ala Nova - 2º piso - Fone: 318-7055

#### "DESTINADA A APURAR A FUGA DE CAPITAL E A EVASÃO DE DÍVITAS DO BRASIL"

Proposição: REQ-0018/91

Autor: Paulo Ramos

Presidente: Gonzaga Mota (PMDB)

1º Vice-Presidente: José Lourenço (PPR)

2º Vice-Presidente: José Aníbal (PSDB)

3º Vice-Presidente: Nan Souza (PP)

Relator: Manoel Castro (PFL)

#### Titulares

#### Suplentes

	<b>PMDB</b>	
Germano Rigotto		Antonio Barbara
Gonzaga Mota		José Belato
Jose Tomaz Nonô		José Maranhão

#### PPR

Fernando Freire	Feder Júnior
José Lourenço	Hugo Biehl

#### PFL

Manoel Castro	Tony Gel
Rubem Medina	Tourinho Dantas

#### PTB

Félix Mendonça	Carlos Kayath
----------------	---------------

#### PP

Nan Souza	Renato Johnsson
-----------	-----------------

#### PRN

Zé Gomes da Rocha	1 Vaga
-------------------	--------

#### PDT

Paulo Ramos	Mendonça Neto
-------------	---------------

#### PSDB

José Aníbal	Jackson Pereira
-------------	-----------------

#### PT

José Dirceu	Luiz Gushiken
-------------	---------------

Secretário: Regina Maria Veiga Brandão

Local: Anexo II - Ala Nova - 2º Piso - Fone: 318-7056

## COMISSÕES ESPECIAIS

### COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR E DAR PARECER SOBRE O PROJETO DE

#### LEI Nº 2.057, DE 1991, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS"

#### Titulares

#### Suplentes

	<b>PFL</b>	
Elísio Curvo (PTB)		Alacid Nunes
Luciano Pizzatto		Átila Lins
Ruben Bento		George Takimoto
Sérgio Barcellos		Heitor Franco (PPR)
Tadashi Kuriki		Tony Gel

#### PMDB

Domingos Juvenil	Armando Costa
João Fagundes	Euler Ribeiro
Valter Pereira	Hermínio Calvinho
Zaire Rezende	Mauri Sergio

#### PPR

Ângela Amin	Célia Mendes
Avenir Rosa (PP)	Maria Valadão
Luciano Castro	Pauderney Avelino

#### PSDB

Fábio Feldmann	Edmundo Galdino
Tuga Angerami	Osmânio Pereira

#### PDT

Beth Azize	Aroldo Goes
Sidney de Miguel (PV)	Giovanni Queiroz